FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA

LARISSA ZUIM MATARÉSIO

MULHERES *NO* E *EM* MOVIMENTO: UMA ABORDAGEM GEOSOCIOSSEMIÓTICA DA PRESENÇA FEMININA NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS EM RONDÔNIA (MAB-RO)

PORTO VELHO - RO
2021

LARISSA ZUIM MATARÉSIO

MULHERES *NO* E *EM* MOVIMENTO: UMA ABORDAGEM GEOSOCIOSSEMIÓTICA DA PRESENÇA FEMININA NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS EM RONDÔNIA (MAB-RO)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia (PPGG) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Geografia.

Linha de Pesquisa: Território e Sociedade na Pan-Amazônia (TSP).

Orientadora: Professora Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

PORTO VELHO - RO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M425m Matarésio, Larissa Zuim.

Mulheres no e em movimento: uma abordagem geosociossemiótica da presença feminina no movimento dos atingidos por Barragens em Rondônia (MAB-RO) / Larissa Zuim Matarésio. -- Porto Velho, RO, 2021.

165 f. : il.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Maria das Graças Nascimento Silva

Tese (Doutorado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Geosociossemiótica. 2.Movimento dos Atingidos por Barragens de RO. 3.Ecofeminismo. 4.Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira. 5.Arpilleras. I. Silva, Maria das Graças Nascimento. II. Título.

CDU 621.311.21(811.1)

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE REUNIÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

LARISSA ZUIM MATARÉSIO

A Banca de Defesa Pública de Doutorado presidida pela Orientadora e Presidenta **Professora Doutora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Professor Doutor Josué da Costa Silva** - Examinador Interno/PPGG/UNIR, **Professor Doutor Nilson Cesar Fraga** – Examinador Interno/PPGG/UNIR, **Professora Doutora Maria Cristina Borges da Silva** – Examinadora Externa/Universidade Federal do Rio do Janeiro/UFRJ, **Professor Doutor Samilo Takara** – Examinador Externo/Programa de Pós-graduação em Educação/Campus Rolim de Moura/UNIR e **Professor Doutor Adnilson de Almeida Silva** - Suplente/PPGG/UNIR, reuniram-se em **04 de março de 2021**, às 14h (horário de Brasília), por meio de **Videoconferência - Google Hangouts Meet** – Link: meet.google.com/wss-pqpi-myn, para avaliar a Tese de doutorado intitulada: ***"MULHERES NO E EM MOVIMENTO: UMA ABORDAGEM GEOSOCIOSSEMIÓTICA DA PRESENÇA FEMININA NO MAB-RO"***, da doutoranda **LARISSA ZUIM MATARÉSIO - Matrícula 20171000936**. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **TESE** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada **Aprovada**. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua Tese, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Tese revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.***

Porto Velho-RO, 04 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Orientadora/Presidenta/PPGG/UNIR

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Profa. Dra. Maria Cristina Borges da Silva
Examinadora Externa
Universidade Federal do Rio do Janeiro/UFRJ

Prof. Dr. Samilo Takara
Examinador Externo

Programa de Pós-graduação em Educação
Campus Rolim de Moura/UNIR

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRACAS SILVA NASCIMENTO SILVA**, **Docente**, em 15/03/2021, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Borges da Silva**, **Usuário Externo**, em 30/03/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSUE DA COSTA SILVA**, **Docente**, em 30/03/2021, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Nilson Cesar Fraga**, **Usuário Externo**, em 31/03/2021, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **SAMILO TAKARA**, **Docente**, em 31/03/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0616546** e o código CRC **3D7F792D**.

Referência: Processo nº 23118.002841/2021-72 SEI nº 0616546

Dedico este trabalho a todas as mulheres: às mulheres da luta, das águas, do campo, da cidade, da resistência, da força, da educação e dos movimentos sociais. Dedico às mulheres da minha vida: à minha mãe, tia, avós. À minha orientadora. Porque eu acredito que são as mulheres que movem o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Aparecida Zuin, por quem eu nutro profunda admiração acadêmica, além de um imensurável amor de filha. É ela quem me ensina a trilhar os caminhos da vida e é minha companheira de jornada. Aos nossos bichanos Aquiles, Cindy, Calvin, Luna, Oliver e Ragnar que tornam nossa casa um lugar de alegria e aconchego. À minha família, que sempre apoiou e deu suporte para que eu estudasse e chegasse até aqui, tia Rita, tio Célio, tio Marcos, vó Dirce, Hugo e Juliana.

Ao Jairo Laurentino, que permaneceu ao meu lado, mesmo a um oceano de distância, suavizando a estrada e amparando nos momentos necessários.

À minha orientadora, a professora doutora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, que me mostrou uma geografia feminista possível e combativa; que tem uma sensibilidade única como professora, orientadora e como pessoa; com sua gargalhada contagiante nos motiva a levar conhecimentos para empoderar todas as mulheres que encontrarmos pelo nosso caminho. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero (GepGênero) que me fez ter contato com tantas pessoas incríveis, que me auxiliaram na aquisição do conhecimento necessário para a escrita dessa tese e que se tornaram minhas companheiras de luta e amigas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por meio da Bolsa Sanduíche/Edital PROCAD-Amazônia, me permitiu experienciar o intercâmbio de pensamentos em uma universidade no exterior. Ao Centro de Direitos Humanos - *Ius Gentium Conimbrigae* (IGC) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em Portugal, em especial ao meu coorientador professor doutor Jónatas Machado, a mestra Carla de Marcelino Gomes, Rita Perdigão, Bárbara e toda a equipe do IGC que me receberam durante o doutorado sanduíche.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) e à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que são parte da minha construção intelectual e de vida. Agradeço a todos os professores do Programa, em especial ao Dr. Josué Silva, Dra. Madalena Cavalcante, Dr. Adnilson de Almeida; e também à secretária Patrícia Cardoso.

E, por último, nem por isso menos importante, às mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nacional e de Rondônia (MAB-RO), que com sua força, sua estratégia combativa e sua determinação em mostrar ao mundo que longe de ser o sexo mais frágil, são elas que encabeçam a luta e a mudança, me fizeram

querer enxergar com profundidade as costuras que elas tecem nesse processo. À coordenação regional do MAB-RO, em nome do João Dutra.

In memorian, agradeço à Nilce de Souza Magalhães, a Nicinha, que é exemplo de ser humano, e em sua breve passagem pela terra se transformou em símbolo de resistência.

À Manuela, Flávia, Fabiane, Índia, Cleide, Diva e todas as combatentes que buscam seus direitos de existir de maneira digna, com acesso à água, terra, segurança alimentar e educação.

E que a luta continue.

RESUMO

Por meio de ações de empoderamento feminino, as Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MAB-RO) ressignificam os seus espaços vividos após a perda de seus geosímbolos com a implantação das barragens hidrelétricas em seus territórios. No caso de Rondônia, as duas usinas de grande porte, Santo Antônio (2008) e Jirau (2009), modificaram os modos de vida, de relacionamento, de plantio, o contexto geográfico e a relação com a água, impactando sobremaneira a vida das mulheres da região. O enfrentamento cotidiano contra os desmandos das grandes empresas e os problemas ambientais, sociais e econômicos, decorrentes desses empreendimentos é transposto em arpilleras e nas ações ecofeministas, ao exemplo do Projeto Energético Popular (PEP). As arpilleras são uma técnica de bordado com objetivo político de denúncia; inicialmente surgiu no Chile durante a ditadura militar e agora é utilizado pelo MAB para dar voz ao discurso do coletivo feminino do movimento; enquanto o PEP propõe um novo modelo energético para o Brasil e países da América Latina. Por meio da Geosociossemiótica foi possível apreender os sentidos e as construções discursivas que são tecidas nestes bordados e nos discursos que estão ligados às vivências e experiências dessas mulheres. A Geosociossemiótica, proposta inovadora desta tese, é empregada como ferramenta agregada ao método fenomenológico por um viés geográfico e sociossemiótico para analisar as intersecções presentes *no* e *em* movimento que o MAB-RO Mulheres presentifica em sua ressignificação espacial. Os discursos dessas mulheres são, então, a construção simbólica de um novo espaço vivido para elas, seus filhos e filhas e sua comunidade a partir de uma interpretação outra, que se dá pelos laços culturalmente estabelecidos pelo “ser atingido por barragem”. Por isso, analisou-se, além dos geosímbolos das mulheres do MAB, como eles se estabelecem por múltiplas interações existentes em ato, como a criação do espaço e do território; a utilização feminina destes espaços; os embates entre empreiteiras e as mulheres; as significações do que é ser e atuar enquanto comunidade, o que é resistência dentro desse processo, e o que a posse da terra tem a ver com o empoderamento feminino; entre outros aspectos. Sendo assim, tal ferramenta possibilitou a compreensão do porque as mulheres são as primeiras a denunciarem as grandes corporações pela exploração massiva dos seus territórios que trazem consequências cada vez mais danosas ao meio ambiente e à vida de comunidades no campo e na cidade. As ações de empoderamento nesses locais resultam em importantes mudanças nas condições de vida e de saúde, na divisão do trabalho de forma mais justa e na melhoria da condição socioeconômica, permitindo o desenvolvimento e o diálogo entre as mulheres, criando espaços de informação e novas possibilidades de formação e de organização.

Palavras-chaves: Geosociossemiótica. Movimento dos Atingidos por Barragens de RO. Ecofeminismo. Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira. Arpilleras.

ABSTRACT

Through women's empowerment actions, the Women of the Movement of People Affected by Dams in Rondônia (MAB-RO) redefine their living spaces after the loss of their geosymbols with the implementation of hydroelectric dams in their territories. In the case of Rondônia, the two large plants, Santo Antônio (2008) and Jirau (2009), modified the ways of life, relationships, planting, the geographical context and the relationship with water, greatly impacting the lives of women in the region. The daily confrontation against the excesses of large companies and the environmental, social and economic problems arising from these ventures is transposed into arpilleras and in ecofeminist actions, such as the Popular Energy Project (PEP). The arpilleras are an embroidery technique with the political objective of denunciation; it first appeared in Chile during the military dictatorship and is now used by MAB to give voice to the discourse of the women's collective of the movement; while the PEP proposes a new energy model for Brazil and Latin American countries. Through Geosociosemiotics, it was possible to apprehend the senses and the discursive constructions that are woven into these embroideries and speeches that are linked to the lives and experiences of these women. Geosociosemiotics, an innovative proposal of this thesis, is used as a tool added to the phenomenological method by a geographic and sociosemiotic approach to analyze the intersections present *in* and *in* motion that MAB-RO Women presents in its spatial resignification. The speeches of these women are, then, the symbolic construction of a new space lived for them, their sons and daughters and their community from another interpretation, which is given by the cultural ties established by "being hit by a dam". For this reason, it was analyzed, in addition to the geosymbols of the women of MAB, how they are established by multiple interactions existing in action, such as the creation of space and territory; the female use of these spaces; the clashes between contractors and women; the meanings of what it is to be and act as a community, what is resistance within this process, and what land tenure has to do with female empowerment; among other aspects. Thus, this tool enabled the understanding of why women are the first to denounce large corporations for the massive exploitation of their territories, which bring ever more damaging consequences to the environment and the life of communities in the countryside and in the city. Empowerment actions in these places result in important changes in living and health conditions, in a more just division of labor and in the improvement of socioeconomic conditions, allowing the development and dialogue between women, creating spaces for information and new possibilities training and organization.

Keywords: Geosociossemiotics. Movimento dos Atingidos por Barragens de RO. Ecofeminism. Hydroeletrics Dams of Madeira River.

RESUMEN

A través de acciones de empoderamiento femenino, las Mujeres del Movimiento de Afectados por Represas de Rondônia (MAB-RO) redefinen sus espacios de vida tras la pérdida de sus geosímbolos con la implantación de represas hidroeléctricas en sus territorios. En el caso de Rondônia, las dos grandes plantas, Santo Antônio (2008) y Jirau (2009), modificaron las formas de vida, las relaciones, la siembra, el contexto geográfico y la relación con el agua, impactando enormemente la vida de las mujeres de la región. El enfrentamiento diario contra los excesos de las grandes empresas y los problemas ambientales, sociales y económicos derivados de estos emprendimientos se traspone a arpilleras y en acciones ecofeministas, como el Proyecto Energía Popular (PEP). Las arpilleras son una técnica de bordado con el objetivo político de denuncia; apareció por primera vez en Chile durante la dictadura militar y ahora es utilizado por el MAB para dar voz al discurso del colectivo femenino del movimiento; mientras que el PEP propone un nuevo modelo energético para Brasil y los países latinoamericanos. A través de la geosociosemiótica se logró aprehender los sentidos y las construcciones discursivas que se entretejen en estos bordados y discursos que se vinculan a la vida y vivencia de estas mujeres. Geosociosemiotics, una propuesta innovadora de esta tesis, se utiliza como una herramienta añadida al método fenomenológico mediante un enfoque geográfico y sociosemiótico para analizar el presentelas intersecciones *en* y *en* movimiento que el MAB-RO mujeres presentes en su resignificación espacial. Los discursos de estas mujeres son, entonces, la construcción simbólica de un nuevo espacio vivido para ellas, sus hijos e hijas y su comunidad desde otra interpretación, que viene dada por los lazos culturales que se establecen al "ser golpeados por una represa". Por ello, se analizó, además de los geosímbolos de las mujeres del MAB, cómo se establecen por las múltiples interacciones existentes en la acción, como la creación de espacio y territorio; el uso femenino de estos espacios; los enfrentamientos entre contratistas y mujeres; los significados de lo que es ser y actuar como comunidad, qué es la resistencia dentro de este proceso y qué tiene que ver la tenencia de la tierra con el empoderamiento de las mujeres; entre otros aspectos. Así, esta herramienta permitió comprender por qué las mujeres son las primeras en denunciar a las grandes corporaciones por la explotación masiva de sus territorios que traen consecuencias cada vez más dañinas para el medio ambiente y la vida de las comunidades del campo y de la ciudad. Las acciones de empoderamiento en estos lugares resultan en cambios importantes en las condiciones de vida y salud, en una división del trabajo más justa y en el mejoramiento de las condiciones socioeconómicas, permitiendo el desarrollo y diálogo entre las mujeres, generando espacios de información y nuevas posibilidades de formación y organización.

Palabras clave: Geosociosemiótica. Movimiento de Afectados por Represas de RO. Ecofeminismo. Centrales Hidroeléctricas de Rio Madeira.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Trabalho sustentável x Prostituição 82
Imagem 2 – Mulheres do MAB-RO e suas hortas 96
Imagem 3 – Horta das mulheres do MAB-RO 96
Imagem 4 – Energia x Mercadoria 106
Imagem 5 – Materialidade dos direitos x neutralidade dos direitos 118
Imagem 6 – Arpillera pede justiça por Nicinha 140
Imagem 7 – Utopia x Distopia 146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalho sustentável x Prostituição 83
Figura 2 – Energia x Mercadoria..... 109
Figura 3 – Materialidade dos direitos x neutralidade dos direitos..... 120
Figura 4 – Nicinha - vida e morte..... 143
Figura 5 – Utopia x Distopia..... 147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Agência Nacional de Águas
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CLOC	Coordenadoria Latino-Americana das Organizações no Campo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DHESCA	Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
EPE	Empresa de Pesquisa em Energia
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
GepGênero	Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero
IGC	*Ius Gentium Conimbrigae*
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Proteção da Amazônia
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAB-RO	Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não-Governamentais

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBA	Programa Básico Ambiental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POCAE	Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia
PPGG	Programa de Pós-graduação em Geografia
PPDDH	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
RSB	Relatório de Segurança de Barragens
SNISB	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
WCD	*World Commission on Dams*/Comissão Mundial de Barragens
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 22

2 ESTADO DA ARTE: PERCURSO TEÓRICO 28
2.1 EPISTEMOLOGIA 30
2.2 TERRITORIALIZANDO 34
2.3 GEOGRAFIA FEMINISTA E ECOFEMINISMO 37
2.4 DIREITO A TERRA NA AMAZÔNIA 41

3 GEOSSOCIOSSEMIÓTICA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA 46
3.1 FENOMENOLOGIA 47
3.2 SEMIÓTICA 48
3.2.1 Sociossemiótica 51
3.3 GEOSEMIOTIZANDO 53

4 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) 59
4.1 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE 66
4.2 MAB MULHERES: COLETIVO FEMINISTA 71
4.2.1 Bordando a resistência: as arpilleras 72
4.3 AS ATINGIDAS: EFEITOS SOBRE SEUS CORPOS 76

5 ECOFEMINISMO COMO RESISTÊNCIA: MULHERES NA FRENTE DE LUTA 86
5.1 ENTRE O DITO E O VIVIDO PELAS MULHERES: CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS 91
5.2 MULHERES DO MAB NA FORMULAÇÃO DO PROJETO ENERGÉTICO POPULAR 101
5.3 DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES DE PODER 111
5.3.1 Negócios e Direitos Humanos 114

6 MULHER *NO* E *EM* MOVIMENTO: "MULHERES, ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS!" 127
6.1 DA ÁGUA PARA A TERRA SECA: REFLEXOS DO REASSENTAMENTO 131
6.2 ESPAÇO DE PRESENÇA: ÁGUA E MULHER — SIGNOS DA VIDA 133
6.3 JUSTIÇA PARA NICINHA 138
6.3.1 Do lodo à vitória-régia: Nicinha é o despertar das mulheres 144

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 151

REFERÊNCIAS 155

APRESENTAÇÃO

Os questionamentos que estruturam esta tese são desdobramentos da minha trajetória enquanto jornalista, quando tive a oportunidade de acompanhar reuniões, protestos, manifestações e ocupações envolvendo o Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MAB-RO), a prefeitura de Porto Velho, o governo do Estado de Rondônia e consórcios construtores do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. Nem sempre essas reuniões eram pacíficas, acordos eram feitos e desfeitos como se nada valessem ao invés de tratarem da vida de centenas de famílias, milhares de pessoas. Perguntas como: “o que será de nós agora?”; “essa terra não produz, o que a gente faz?”; “cadê as nossas indenizações?”; estavam sempre no ar, causando distúrbios que fugiam do mero descontentamento, era algo mais substancial, uma perturbação quase palpável que, para mim, que estava ali para registrar todos os lados como jornalista, beirava o inaceitável.

Duas coisas ficaram muito claras aos meus olhos logo de início. A primeira era que aquelas pessoas que estavam ali para reivindicar seus direitos giravam em uma estrutura que as via como um empecilho, algo que deveria ser tirado do caminho, custe o que custar, seja pagando por esse silêncio, seja pelo silenciamento violento, tanto no sentido físico, como pelo apagamento de suas lutas. A segunda coisa era que as mulheres em número superiores aos homens presentes nessas manifestações eram sempre as mais eloquentes e que sabiam exatamente o que precisavam reivindicar. Esse conhecimento de causa, do que era mais importante para si e suas comunidades, só podia dizer uma coisa: eram elas, essas mulheres, as maiores prejudicadas por esses empreendimentos. Essas questões passaram anos ruminando no meu cérebro, horas mais esquecidas, horas que vinham à tona, até que um acontecimento em específico fez com que eu voltasse a elas.

Em 2016, depois de uma pausa nas redações, retornei como editora de um *site* de notícias e, logo no primeiro mês de volta, em junho de 2016, recebi um telefonema na redação. Era o coordenador do MAB-RO, João Dutra, contando que uma ossada havia sido encontrada no lago da usina de Jirau, e a suspeita era que o corpo seria de Nilce de Souza Magalhães, mais conhecida como Nicinha, que estava desaparecida há cinco meses. Nicinha, pescadora e ativista do MAB, estava desaparecida desde janeiro e a investigação apontava para assassinato. A minha primeira reação foi correr para a Delegacia de Homicídios de Porto Velho,

encarregada do caso. Qual foi a minha surpresa ao deparar com o descaso e a pouca vontade em ser atendida em busca de informações. A princípio ninguém queria falar e, mesmo depois de obter poucas palavras do delegado, eram palavras inúteis, não só jornalisticamente, mas para sanar aquelas inquietações, a expressão “pulga atrás da orelha” definiria bem a sensação. Voltei para a redação com o sentimento de impotência e um aperto no peito me dizendo que aquela história estava só começando.

Foram meses de espera por um teste de DNA que era sempre adiado; falta de material, greve no laboratório, problemas com os correios para envio da amostra para análise. Quando finalmente saiu, o resultado era só um papel para a família de Nicinha e seus companheiros de luta, que já tinham há meses a certeza de sua morte. Ativista pelos Direitos Humanos, respeitada pelo movimento e sua comunidade, além de mulher, eram todos os atributos que a faziam ser uma vítima em potencial daqueles que a tentavam silenciar. Sem contar que suas denúncias deram início a processos civis e criminais contra os consórcios construtores. Como pescadora e mãe, ela viu seu sustento ser prejudicado, primeiro pela construção da usina e, segundo, pela falta de capacidade do consórcio em aderir ao Programa de Apoio das Atividades de Pesca. Já jurada de morte e perseguida, precauções estavam sempre em torno dela e daqueles que a cercavam, mas, infelizmente, não foram suficientes. Seus algozes, dois homens, um preso e outro foragido da Justiça, nunca revelaram a motivação do crime.

Foi por intermédio do caso de Nicinha que despertei de vez para as causas de gênero. Pesquisar, estudar e defender essas pautas é um trabalho em tempo integral para quem se assume ativista, porque é acreditar que em um mundo melhor para as mulheres, as crianças, a comunidade LGBTQIA+ e outros grupos sociais pouco visibilizados. É de tempo integral porque vivemos em um contexto global em que o patriarcado, a mercantilização da vida em favor do capital e a exploração subjugam e aprisionam uma parcela enorme de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, em divisões sexuais do trabalho, fortalecendo hierarquizações entre os papéis dos homens e das mulheres, além de desconsiderar totalmente as diversas subjetividades étnicas, culturais, sociais, religiosas, políticas, entre tantas outras possíveis.

Digo isso porque acredito que nossa militância diária, incluindo a minha durante a escrita deste trabalho, é ponto importante na crença por um mundo melhor, com

mais dignidade, com mais equidade, em que as diferenças são vistas como elementos positivos incorporados em nossa sociedade, não apenas toleradas ou escondidas pela falta de empatia. Acredito que construir um mundo mais sustentável, ecofeminista e antiespecista, perpassa por olharmos para nosso entorno com cuidado, acostumando nossos olhos com os detalhes, analisando-os emocional e racionalmente, para, assim, romper as barreiras que se opõe ao desenvolvimento humano como seres igualitários, englobando não somente o humano, mas o mundo natural e animal como espectros amplos desse conjunto evolutivo.

Como pesquisadora do Grupo de Estudos em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GepGênero) pude vivenciar em comunidades indígenas e em grupos de mulheres de movimentos sociais que é possível termos vivências completamente diferentes do que se é esperado para um padrão generificado na sociedade, e mesmo assim falar de sustentabilidade, de saúde, em especial da saúde reprodutiva, de ética ambiental e do cuidado, da quebra de fronteiras, tanto espaciais quanto sociais, e da profunda importância da educação no processo de entendimento do que se percebe como papel social de gênero. Percebi, nas caminhadas por esses grupos, mais especificamente nos grupos de mulheres, que é inegável o paralelismo entre as opressões de gênero e a exploração da natureza, e que a força que vem da luta dessas mulheres é o que fortalece suas comunidades, suas famílias, seus lares. É o sentimento de reciprocidade, de ver na outra as forças e dificuldades enfrentadas que as fazem enxergar para além do lucro financeiro e tomar as rédeas do embate entre a defesa de seus espaços vividos e vivenciados.

Muitas vezes o elemento que falta para esse sentimento agregador entre elas é um fio condutor que as aponte uma direção para um caminho emancipatório, que as faça se reconectar com suas buscas e forças. Creio que a pesquisa e divulgação de informações possa ser esse fio condutor para essas mulheres, ajudando-as a combater um dos aspectos mais impactantes que as faz continuarem em um caminho tortuoso em suas vidas, que é a violência. A violência baseada no gênero tem várias facetas que precisam ser combatidas, tanto a física, que acaba sendo a que mais nos choca, como a morte de Nicinha, os atentados contra outras lideranças mulheres e os assédios sexuais, já que corporificam uma violência que acontece de outras formas, quanto as violências psicológicas e as estruturais que impedem que demandas das mulheres recebam a atenção devida. Olhar com atenção para cada uma dessas demandas e encontrar soluções a curto e longo prazo para a realidade das afetadas

de um determinado território é essencial, pois todos devem ter acesso à informação e suporte no enfrentamento às violências.

Também tive a oportunidade de experienciar essa pesquisa como bolsista CAPES beneficiada pelo edital PROCAD/Amazônia de Bolsa Sanduíche durante um ano, de abril de 2019 a abril de 2020, no Centro de Direitos Humanos de uma das mais antigas universidades do mundo, a Universidade de Coimbra, em Portugal, recebida como coorientanda pelo professor doutor Jónatas Machado. Foi lá que amadureci teoricamente o pensamento anticapitalista, antiespecista e antipatriarcal que eu tanto sentia na vivência empírica do estudo dessas mulheres como pesquisadora do GepGênero. O irônico é que precisei ir ao país que nos colonizou para entender que a colonialidade ainda permeia nossas relações e nossa sociedade. Foi a partir daí que conceitos como decolonialidade, soberania alimentar para uma justiça alimentar e nutricional, veganismo, reflexibilidade na investigação científica vieram somar nesse processo de construção do conhecimento, participando de inúmeros seminários, oficinas, congressos e simpósios nos 12 meses vivendo fora.

Um ano que foi interrompido pela pandemia COVID-19, que fez vítimas em todos os cantos do mundo, mas que acometeu o Brasil de uma forma profunda, não só pela falta de gerenciamento do sistema de saúde pública, mas pela incompetência do governo e seu descaso com o número de mortes. Mais do que em qualquer outro momento, ficou escancarada a diferença brutal entre ter um governante preocupado com seus cidadãos e um que é acusado em diversas instâncias internacionais. Enquanto eu estava em Portugal, em *lockdown* há semanas, mesmo com um número de mortes baixo, eu assistia desconfortavelmente ao Brasil caminhar para um cenário sombrio. E foi nesse contexto que voltei ao país.

Além da preocupação óbvia com a minha família, a readaptação ao cotidiano, aos horários e ao isolamento social, auto-imposto, diga-se de passagem, surgiu a necessidade de repensar a pesquisa e como adaptá-la a esse novo contexto, já que era inviável a ida à campo que estava sendo planejada. Eu acredito que esses imprevistos também fazem parte do fazer científico, pois ele não é estático. Então, foi necessário refletir sobre as questões éticas que surgiram nesse fazer científico, em que o interagir com outro que não é o seu habitual só é possível quando saímos de uma dicotomia eu-outro, porque mesmo que se queira estar próximo ao contexto do investigado, é impossível se comparar a ele. É importante refletir sobre isso, tanto para o entendimento do contexto de investigação, como também da escolha da

direção da pesquisa. De quem se fala? Quem ouve? Como perguntar? A quem dar visibilidade? Como ganhar confiança em um contexto sem que o investigado/a se sinta invadido/a? O que eu tenho a “dar em troca” das informações prestadas a mim?

Foi me questionando sobre esses aspectos e como seria possível visualizar essas mulheres do MAB de forma a não invadir uma realidade que já sofria todas as intempéries de uma pandemia, fora todas as dificuldades comuns ao dia a dia, em um país desgovernado, que se tornou tão importante enxergar a arte e os espaços de não-fala (verbal, no caso), como as arpilleras, e tudo o que elas representam a partir desses espaços vivenciados. As mulheres não são um grupo homogêneo, e estudar gênero é sempre questionar a representação, questionar aquilo que é performado.

A representação, como força política pelo uso da linguagem e das imagens para criar um significado sobre um mundo que nos rodeia, pode e deve ser contestada; porque, se o gênero é uma representação em um espaço-tempo, não há nada de essencial que a faça imutável.

Pelo bordado das arpilleras, essas obras artísticas com força política, eu percebi que o silenciamento dos afetados pelas barragens é um projeto do capital, mas que a resistência a ele é feroz. Pelas linhas, agulhas e tecidos, as mulheres “bordam a resistência”, como o próprio MAB nomeia. Os bordados entrelaçam a história a ser contada com o espaço vivido. Elas comungam nessas obras as suas dores, as suas inquietações e necessidades para que possam retomar as rédeas de suas vidas, suas casas, seus lugares no mundo.

Então, olhando para essas arpilleras, quais são as representações vivenciadas e vividas naquela realidade e para aquelas mulheres em específico? Quais símbolos se apresentam nessas representações em busca de reconhecimento de vida e de luta? Tais perguntas nortearam o que tentamos apresentar neste trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Atingidos por Barragens, comumente conhecido como MAB, está presente no Brasil inteiro e tem estrutura organizaa em dezenove estados brasileiros[1], além de outros quatro países da América Latina: Chile, Argentina, Paraguai e México. A luta dos atingidos vai além da busca pela compensação dos danos causados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos; é uma luta de reparação geográfica e histórica, de um movimento engajado na luta pela construção de um Projeto Energético Popular. Nessa direção, o movimento denuncia os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais ocasionados pelo modelo energético implantado na América Latina.

Especificamente no Brasil, o modelo de exploração hídrico afeta sobremaneira a região Amazônica. Os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia fazem parte de uma política territorial de implantação de projetos de infraestrutura de readequação espacial desde a época da ditadura militar (1964-1985). Mesmo com todas as dificuldades que a floresta e o ambiente impuseram, desde a época dos colonizadores, a ideia de exploração da região segue a mesma trajetória cultural em que uma cultura vai se sobrepondo à outra, entendendo-se como superior por ter a força do capital. Os múltiplos interesses envolvidos no “projeto de colonização” se destinaram a extrair as riquezas naturais sem se importarem com as consequências para as populações nativas. Desde então, tal modelo explorador político-hereditário de um mesmo grupo econômico, entre militares, madeireiros, mineradores, fazendeiros, posseiros, biopiratas nacionais e internacionais e outros em busca do lucro fácil e da mão de obra explorada, segue expropriando as comunidades nativas.

É sobre a Amazônia Legal[2] que recaem as externalidades negativas e as situações de vulnerabilidades em decorrência dessa exploração. E é nesse cenário em que as lutas femininas, já tão árduas no tocante a igualdade de direitos, de salários, de divisão sexual do trabalho e do lar, o cuidado com a família e a prole, pesam nos ombros das atingidas por barragens. Já é sabido e reconhecido que nesse

---

[1] O MAB possui organização administrativa nos estados de Rondônia, Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Amapá, Bahia, Santa Catarina, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal.

[2] A Amazônia Legal é delimitada no Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007, sendo composta pelos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

processo de reorganização territorial por conta das usinas hidrelétricas, são elas as maiores afetadas. Então, além das lutas já conhecidas, da busca pelo direito dos atingidos, elas enfrentam a tripla jornada de ter que aprender a ressignificar seus espaços e suas vidas. E é por isso que dentro do MAB o coletivo de mulheres é uma força à parte.

As mulheres do MAB discutem os direitos que são perdidos com o modelo de construção das hidrelétricas e a necessidade de rever esse modelo em vista de um Projeto Energético Popular. Voltam-se, sobretudo, à denúncia da violação dos direitos humanos, das populações atingidas e das mulheres, que são afetadas pela falta do reconhecimento do trabalho feminino, pela ausência nos espaços deliberativos e pela forma autoritária e truculenta com que as empreiteiras as tratam.

Contra essas violências, às mulheres do MAB criam formas de empoderamento, no sentido de transformação coletiva que a palavra traz, como a defesa do modelo popular de energia, as *arpilleras* e a marca discursiva: “Água e energia não são mercadorias!”. Tais enfrentamentos podem ser vistos como ações ecofeministas. O ecofeminismo, como um posicionamento de luta política e social, vê como a depredação da natureza e o uso indiscriminado dos recursos naturais está intimamente relacionado à exploração e desvalorização feminina e suas relações com o modelo capitalista e patriarcal presente nas sociedades atuais.

E é com vistas a reconhecer o papel da mulher do MAB-RO que esta pesquisa propõe, por meio da Geosociossemiótica, uma proposta interdisciplinar entre a Geografia, a Sociossemiótica e os Direitos Humanos, em especial o Direito das Mulheres, e, assim, investigar os símbolos que permeiam o lugar dos arranjos econômicos, jurídicos, históricos, socioculturais e de gênero, como também a presença feminina — *em* e *no* movimento — pelas causas ambientais e energéticas no estado de Rondônia.

Nesse ínterim, têm-se os temas: público e privado; coletivo e particular; vida e morte; interior e exterior; que embora permitam serem analisados cada qual com suas especificidades, do particular ao geral, não é possível nesse contexto desconsiderar que tais relações não estejam fundadas no poder hegemônico dos grandes empreendimentos em detrimento dos direitos das atingidas.

Desse modo, foi preciso enxergar a presença das mulheres no lugar, Rondônia, especialmente *no* Movimento dos Atingidos por Barragens, como constituintes e/ou formuladoras *em* seus lugares, concebidos a partir da vivência comunicativa feminina,

o que significa que aquilo que as mulheres do MAB dizem e como dizem, diz respeito a sua presença (*no* e *em* movimento) em defesa dos direitos e pela construção de um Projeto Energético Popular.

Para tanto, o objetivo geral foi entender os sentidos dos modos como se dá a presença das mulheres do MAB-RO em suas diferentes posições *no* movimento e *em* movimento, ressignificando seus espaços e, a partir desses modos de presença, identificar e descrever os geosímbolos que compõem o mapa do cotidiano de vida dessas mulheres, nos planos da expressão (significantes) e do conteúdo (percurso gerativo de sentido) como propõe a Sociossemiótica.

Um dos aspectos justificáveis para este estudo, considerado relevante nesse contexto, é que as discussões por questões energéticas e da água fazem parte de um cenário internacional de pautas que precisam ser levantadas e observadas com mais cautela. E dentro da discussão dessa pauta é importante ressaltar que a Organização das Nações Unidas (ONU), no desenvolvimento da Agenda 2030 para o estabelecimento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), coloca como *ODS 5 – de Igualdade de Gênero* o acesso aos recursos econômicos, ao controle sobre a terra e aos recursos naturais, entre outros; sendo que para que isso aconteça, o *ODS 6 – para Água potável e Saneamento* seja alcançado, principalmente quando atenta-se para o fato de que 40% da população mundial sofre com a escassez de água (ONU, 2019). A falta de água muitas vezes acontece em comunidades que antes eram regidas pelo ritmo dos rios, mares e igarapés, e que vêem sua vida transformada por empreendimentos comerciais que só visam o lucro.

Como no caso das mulheres atingidas, em que a interrupção desse fluxo, que antes era vida, é acompanhada pela opressão e a violência de natureza verbal, física e emocional fazendo com que elas sofram as mais diversas injustiças, como por exemplo: o não reconhecimento do trabalho feminino em defesa dos propósitos defendidos; a perda de renda tendo em vista que, com as instalações das usinas muitas atividades realizadas por elas se perderam pela falta de recursos naturais; a truculência dos funcionários das empresas contratadas pelas construtoras, que as discriminavam; o agravamento da violência sexual e da prostituição; crimes de morte e contra a vida das ativistas, gerando o medo e a invisibilidade feminina nas decisões; fazendo-as perder os seus espaços de vida por causa da destruição de seus geosímbolos e o apagamento de memórias.

Essa violência foi conferida e sentida com a morte de Nilce de Souza Magalhães, a Nicinha como era comumente conhecida. O crime contra Nicinha é a prova cabal de que as mulheres do MAB-RO sofreram e sofrem as violências do sistema opressor e que, por isso mesmo, é muito importante conseguirem dar voz, vez e visibilidade às suas pautas, de modo que sejam reconhecidas.

Portanto, o desafio frente a essas questões foi entender as relações de poder manifestadas nas arpilleras e nos geosímbolos do mundo vivido pelas mulheres do MAB. Por isso, foi preciso analisar os sentidos dos signos que permeiam a sua espacialização à luz dos processos de poder/manipulação que permeiam as políticas territoriais no lugar que habitam, usando como referências sígnicas: as Cartas das Mulheres do MAB; documentos e notícias publicadas nos *sites* de notícia e do MAB; e outras iconografias.

Como método de pesquisa empregou-se o método fenomenológico, com ênfase para a fenomenologia poética de Gaston Bachelard (1884-1962). A metodologia utilizada caracterizou-se como uma análise sociossemiótica por meio de um estudo descritivo analítico, de abordagem qualitativa, sendo utilizada como instrumentos a revisão teórica sobre o assunto e a análise semiótica discursiva das narrativas ora expostas. A Semiótica se interessa não apenas pelo que se vê, o que é aparente, mas, sobretudo, pela sua essência, correlacionando com o emprego da fenomenologia.

Também foi empregada a pesquisa bibliográfica e documental mediante explicações embasadas em trabalhos publicados sob a forma de livros, revistas, artigos, publicações especializadas e dados oficiais do MAB que abordem direta ou indiretamente os temas da mulher dentro do ativismo social; como também os fatos semióticos produzidos pela interação feminina dentro do movimento.

Sendo assim, na primeira seção após a Introdução, a Seção 2, apresenta-se o estado da arte, no qual se realiza um apanhado bibliográfico do percurso teórico desta tese, ressaltando as principais temáticas e autores que dão embasamento ao desenvolvimento da pesquisa. É nessa confluência de ideias, de conhecimento e de reconhecimento do próprio objeto em outras linhas que não as próprias que o texto começa a se comunicar, por entre esses símbolos construídos com saberes em que se produz, infere e pela qual também acaba se moldando. É lançado um olhar sobre o fazer ciência, a epistemologia, a geografia e geosímbolos, a fenomenologia, ao ecofeminismo e à geografia feminista para chegar até o *locus* Amazônia, porque

estudar sobre algo que está localizado nesta região do país sem falar sobre o lugar em si é não compreender que os discursos que permeiam a “construção” amazônica estão refletidos em todos os aspectos de vida e de vivência.

Na terceira seção deu-se especial atenção à Geosociossemiótica como ferramenta metodológica própria para a análise dos geosímbolos que permeiam as construções de ressignificação geográfica das mulheres do MAB-RO. Foi necessário perpassar pelo conhecimento semiótico e sociossemiótico para chegar ao percurso gerativo de sentido, que constrói as bases de análise das iconografias femininas do MAB.

A quarta seção faz um resgate histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como uma forma de reconhecimento sobre quem se fala. Busca traçar desde a fundação do movimento (1970) durante a ditadura militar à sua primeira atuação no estado de Rondônia, como uma organização que vem colocando em pauta o problema do modelo energético empreendido no Brasil com a ordem por “Terra Sim, Barragem Não!” e a construção de um Projeto Energético Popular. Apresenta-se também o contexto em que o movimento se fez mais atuante em Rondônia em decorrência da instalação de Santo Antônio e Jirau, e como essas usinas têm um impacto direto sobre os corpos das atingidas. Tanto na terceira, quanto nas próximas seções as arpilleras com temáticas relacionadas ao conteúdo são o fio condutor para a aproximação do entendimento proposto neste trabalho.

E como sem feminismo a exploração feminina nunca chegaria ao fim, é impossível deixar de falar sobre esse movimento. Com os sistemas político e econômico atuando como mecanismos de opressão e da invisibilidade simbólica da mulher como parte da orientação patriarcal ligado ao capitalismo, relacionar que a exploração dos recursos naturais está imbricada com a exploração feminina é função da Seção 5. Esta seção fala sobre o ecofeminismo e a luta pelo reconhecimento das demandas das mulheres do MAB, como o direito à terra.

A sexta seção também tem relação intrínseca com o período de desenvolvimento do doutorado sanduíche desta pesquisadora no Centro de Direitos Humanos (IGC) da Universidade de Coimbra. Por meio do IGC, foi possível participar do Fórum *Business and Human Rights* da ONU, ocorrido em Genebra (Suíça) em 2019, em que uma das sessões tratou especificamente dos direitos por afetados por barragens, com a presença de líderes indígenas e camponeses (as) de diversos povos do mundo. O debate, apesar de extremamente necessário e ter dado voz a memórias

por vezes esquecidas e caladas pela injustiça, não tiraram a incômoda sensação de que todos os arranjos giravam em torno de compensações mitigadoras das injustiças causadas por grandes empresas e empreendimentos, e em como esses negócios poderiam ter o seu papel no acesso aos Direitos Humanos; quando a real questão, o cerne do problema que gira em torno do capital explorador da sociedade moderna, sequer foi mencionado.

A Seção 6 poderia ser apresentada pelo próprio lema das mulheres do MAB: “Mulheres, água e energia não são mercadoria”, pois é o que define a essência dela. Ao trazer mais profundamente o caso do assassinato da Nicinha, não busca colocar a atingida como vítima, mas sim, demonstrar que **resistente** é adjetivo para as mulheres do campo, da cidade, das águas, das florestas, do mundo. Sem elas não há solo que floresça, não há água que corra, não há alimento que nutra, pois são das mulheres e da sua luta que nasce a vida. A empreitada aqui empreendida, de certo, faz jus ao *no* e *em* movimento do título. *No* movimento porque está dentro dele, pelo direito à vida; e *em* movimento porque nada é definitivo, tudo pode ser modificado, as estratégias para ganhar a batalha contra o patriarcado não são únicas; assim como também não são únicos os entendimentos acerca das vivências socio-geográficas aqui representadas.

2 ESTADO DA ARTE: PERCURSO TEÓRICO

O começo de todo trabalho científico demanda um “sem contar” de páginas lidas, de trabalhos pesquisados, de artigos revirados em revistas, com menos ou mais indexadores, de livros grifados, de teses e dissertações baixadas de tantas bibliotecas *online* possíveis, de aulas assistidas e da prática vivenciada. É assim que vai se obtendo a “bagagem” para construir uma reflexão própria sobre um objeto pesquisado, sendo que:

> A pesquisa tem por finalidade conhecer as contribuições científicas efetuadas sobre determinada temática. Parte-se do pressuposto de que a pesquisa teórica não deve ser considerada mera repetição do que foi dito ou escrito, mas, sim, um campo que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, o que possibilita análises inovadoras (SILVA, MENDES, 2013, p. 208).

Ou seja, um novo olhar é posto sobre as arpilleras produzidas pelas mulheres do MAB, em que as representações simbólicas são analisadas pelo viés geosociossemiótico.

O entendimento de representação aqui utilizado se dá nos aspectos semióticos de representação-semântica ou lógico-semântica em que se constrói uma descrição linguística de um objeto semiótico por meio de conceitos controlados pela teoria — no caso, aqui, o percurso gerativo de sentido. Representação é também um conceito filosófico em que “a linguagem teria por função estar no lugar de outra coisa, de representar uma ‘realidade diferente’” e “as palavras não são então nada mais do que signos, representações das coisas do mundo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 419). Pela descrição e observação do objeto chega-se à representatividade possível por meio da repetição dos signos que se apresentam no *corpus* escolhido a ser analisado.

E assim, nesta seção, serão apresentados brevemente alguns conceitos e obras que serviram de base para a estruturação do saber epistemológico desta pesquisa. Tal material é uma compilação de atividades que duraram quatro anos, desde o início deste doutorado, e que se pode afirmar: não estará completa depois dele; e tal qual Milton Santos diz:

> Nenhum método é eterno. Modifiquei o meu próprio várias vezes, em função de minha experiência e da dos outros, mas sobretudo em função de como o mundo se apresenta, já que não posso inventar o mundo: invento uma forma

> de interpretação, pois o mundo existe independente de mim (SANTOS, 2007, p. 156).

Considerando o que escreve o autor, parece possível que os acontecimentos no mundo, o pensamento sobre o espaço e as relações sociais (e de poder) pela Geografia podem ser revisitados a partir de outras epistemologias, como a Sociossemiótica, na tentativa de conduzir e/ou colaborar com novas ferramentas de análise sobre as categorias geográficas, assim como nas categorias semântico-narrativas dos geosímbolos das mulheres do MAB-RO *no* e *em* movimento nos espaços que almejam constituir enquanto sujeitos de poder, seja no MAB e/ou no mundo como mediadoras competentes, com base no que acreditam, com suas emoções e vivências do cotidiano. Afinal, não há ocorrência de nenhum pensamento ou ação humana sobre o mundo sem a mediação.

Segundo Milton Santos, a mediação se dá quando:

> A sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos enquanto realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. A dialética se dá entre ações novas e uma “velha situação”, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito (SANTOS, 2012, p. 86).

Nessa direção, para Milton Santos “a Geografia sempre pretendeu construir-se como uma descrição da terra, de seus habitantes e das relações destes entre si e das obras resultantes, o que inclui toda ação humana sobre o planeta” (SANTOS, 2012, p. 86). Sendo possível uma nova forma de enxergar essa construção geográfica, que se dá entre os habitantes e seu território, olhando para as relações geográficas espaciais e culturais.

Para Joël Bonnemaison (1981, p. 86), a cultura proporciona para a Geografia respostas no campo ideológico e espiritual sobre a problemática da existência coletiva em determinado ambiente natural, em um espaço com características históricas e econômicas. A cultura é um sistema de representação simbólica que pode ser analisada para o entendimento da conjuntura territorial. O autor expressa que essa visão é encontrada no movimento ecológico, que coloca a relação homem-natureza de uma forma nova.

> A dicotomia homem-natureza é recusada, o que leva colocar em questão a própria noção de "progresso": a de um tempo linear e evolutivo ao fim do qual o homem, tendo imposto às suas próprias leis à natureza, de alguma maneira venceu-a e domesticou totalmente. O movimento ecológico funciona em diversos níveis, mas sua coerência mais profunda consiste numa vontade de situar o homem no seio da natureza, em sua animalidade - essa é a versão biológica e etológica - e mais fundamentalmente em seu aspecto cultural, o que permite definir uma ecologia cultural, que diz respeito ao mesmo tempo, a geógrafos e antropólogos (BONNEMAISON, 1981, p. 89).

Tal pensamento vai de encontro ao ecofeminismo, no sentido em que existe a busca pelo equilíbrio entre o ser humano e a natureza, como forma colaborativa e não de dominação, com respeito a todos os seres. A diferença que se coloca neste trabalho no emprego do substantivo “homem” ao se referir à humanidade, é terminológica; porém, é interessante pensar que é este mesmo *homem*, o cerne do problema ambiental atual dentro da lógica de exploração capitalista neoliberal, e que as *mulheres* têm encabeçado movimentos de recuperação ambiental; mas, tal questão será mais bem explorada na Seção 5.

2.1 EPISTEMOLOGIA

Gaston Bachelard (1996) nos alerta para um possível vício epistemológico presente nas ciências, a valorização objetiva do objeto de estudo até a generalização, e reflete que o conhecimento científico só emerge nas mentes e nas sociedades quando finalmente se consegue abrir mão das imagens preconcebidas, das impressões iniciais que se tem de um fenômeno e passa a um caminho de abstração crescente, distante de dado explícito, porque é nos níveis mais profundos de abstração que é possível identificar signos e significados que se escondem entre as camadas superficiais do entendimento. Aqui, ressalta-se o quão importante será a Semiótica para esse nível de observação, sendo empregada como uma ferramenta de análise dentro do método fenomenológico.

Bachelard (1996) põe ênfase ao pensamento científico abstrato e para isso apresenta provas de que pensamentos abstratos não são má consciência científica, como parece sugerir a acusação habitual, mas que é a prova de que a abstração desobstrui o espírito, que ela o torna mais leve, mais dinâmico. É nesse sentido que o olhar atento do pesquisador sobre os signos criados e vividos por seu objeto de estudo deve permanecer aberto, pois são nas nuances e no não dito que se pode encontrar aquilo que se busca como prova científica.

> De um modo geral, acreditamos que a psicologia das emoções estéticas ganharia com o estudo da zona dos devaneios materiais que antecedem à contemplação. Sonha-se antes de contemplar. Antes de ser um espetáculo consciente, toda paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vimos antes em sonho (BACHELARD, 1998, p. 5).

Ao mesmo tempo em que um dos problemas epistemológicos do conhecimento é a impulsividade, é dela que se parte e nasce uma inquietude sobre o objeto. Quando se entra em um questionamento frente ao que se diz/chama de real, é discutir uma questão do que é este real e como se enxerga esse real.

> Qualquer que seja o problema particular, o sentido da evolução epistemológica é claro e constante: a evolução de um conhecimento particular caminha no sentido de uma coerência racional. A partir do momento em que se conhecem duas propriedades de um objeto, tenta-se constantemente relacioná-las. Um conhecimento mais profundo é sempre acompanhado de uma abundância de razões coordenadas (BACHELARD, 1978, p. 12).

Nessa ordenação racional torna-se necessária a razão sensível do olhar do pesquisador ou pesquisadora. Eric Dardel (2011) em sua interpretação geográfico-epistemológica da materialidade da vida apresenta que a interconexão entre o homem e a terra é o que cria, por meio da sensibilidade, a condição fundamental para a apreensão dos sentidos do mundo vivido. O espaço geográfico torna-se então um espaço vivo, que longe da imobilidade, afeta a posição de “ser no mundo”. É ao mesmo tempo estímulo e resistência à liberdade. É em si a própria matéria de tudo que compõe a Terra, está nas substâncias, na água, nas montanhas, na vegetação e no “ser” humano. É nessa confluência que o ser humano se comunica com seu espaço construído, com a terra em que habita, produz, infere e pela qual também acaba se moldando em cada espaço-tempo.

Num determinado período, a Geografia heróica, no qual o homem se afasta de uma concepção puramente mítica da realidade e passa a descobrir “novos mundos” para além daqueles poucos “mares d’antes navegáveis”, a estrutura coletiva de tomada de decisões cai em detrimento em favor da figura de um “herói”, proporcionando o domínio de uma figura masculina, branca, nobre e aristocrática, fundando as bases de um patriarcado monárquico. Esse é um dos mitos que permeiam a sociedade até hoje:

> [...] nenhum Estado pós-colonial em qualquer parte assegurou a homens e mulheres acesso igual aos direitos e recursos do Estado-nação. As necessidades das nações pós-coloniais têm sido amplamente identificadas não só com aspirações e interesses masculinos, mas a própria representação do poder nacional se baseia em construções prévias do poder do gênero.
> A militarização global da masculinidade e a feminização da pobreza asseguram que mulheres e homens não vivam o pós-colonial da mesma maneira, nem partilhem a mesma condição pós-colonial singular (MCCLINTOCK, 2010, p. 34).

Para Maria Lugones (2014) a colonialidade do gênero apresentou um perfil dicotômico entre humano e não-humano, e dentro dessa dicotomia outras representações hierárquicas se concretizaram, como homem e mulher. Mas o ser homem, em sua magnitude hierárquica, determinava o que era humano ou não. Na época colonial, os povos nativos colonizados não eram considerados humanos, portanto, passíveis de serem capturados, domesticados e explorados. A mulher, mesmo a europeia burguesa, “não era entendida como o seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade e por estar atada ao lar a serviço do homem branco, europeu, burguês” (LUGONES, 2014, p. 936). E como Yi-Fu Tuan (1983, p. 56) apresenta, o corpo humano é o que dá forma a algumas divisões e valores espaciais, como a “distância”, por expressarem relações interpessoais.

Esse binarismo entre mulheres/fêmeas e homens/machos, entre brancos e negros e entre animais humanos e não-humanos só interessa àquele que detém o poder, o econômico, o social, o político e o geográfico. Com a posição masculina, branca e eurocentrada delineada ao longo de séculos de colonização de mentes, corpos e saberes, se faz necessária a ruptura das paredes que separam as divisões epistêmicas “cujas formas de compreender o mundo estão localizadas em espaços e tempos que hoje são desafiados pela presença de novos perfis acadêmicos” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 13).

É o que abarca as novas teorias decoloniais/descoloniais. Haesbaert (2021) ressalta que não é o emprego ou não do (s) o foco principal da discussão, mas sim, o combate ao colonialidade, que vai além do colonialismo, um senso individual e coletivo que impregna o pensamento mesmo de países há muito “descolonizados”; pois estaríamos passando por uma “colonização global do capitalismo” com alicerces transnacionais e no reforço de desigualdades antes existentes, como as étnico-raciais (HAESBAERT, 2021, p. 100). Porém, a descolonialidade pressupõe que são dos países que passaram por um processo de colonização mais profundo é que possa

surgir o maior potencial de resistência. Esse potencial tem de ser marcado pela ruptura com a corporalidade constituída como hegemônica.

A questão premente encontra-se na condução de uma pesquisa norteada pela epistemologia feminista, no sentido de que:

> Produzir conhecimento a partir das epistemologias feministas independe dos corpos que praticam a ciência, mas de sua prática de pesquisa enquadrada pela ética feminista. [...]
> Para praticar uma ciência com base nas epistemologias feministas, basta que sejam assumidos os compromissos com os princípios que as norteiam. As feministas lutaram muitos anos para superar as ideias de que a anatomia das genitálias constituía identidades fixas, e, portanto, o processo de identificação com o feminismo também não deve estar apenas atrelado à morfologia dos corpos, mas a um processo de experiência que se faz com as escolhas políticas (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 15).

A teoria feminista tenta entender e separar o “sexo” do “gênero”, já que a fisiologia tem corporificado as significações que se dão em ato. Judith Butler (2018, p. 3) diz que gênero não é uma identidade estável, e sim “uma identidade constituída de forma tênue no tempo — uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos”. Os movimentos e encenações que vão criar um “eu generificado” são construídos por meio das temporalidades sociais constituídas. Então, o ser mulher é construído pelas repetições performativas que vão se apresentando ao longo dos séculos.

Performance, para a Semiótica, é o ato humano do “fazer-ser” constituído pelos enunciados de fazer e de estado. Sendo constituída como ato, essa performatividade é passível de mudança e subversão. Subverter tem sido a missão das mulheres ao longo do tempo em busca de restabelecer novos atos de construção do eu, do ser mulher e do entendimento que se tem sobre o gênero. Isto porque performar é uma natureza de valor modal para aquisição da competência do saber-fazer, caracterizada pela produção e aquisição do valor a ser conquistado. Como parte do percurso narrativo do sujeito competente e em ação (por si mesmo), a performance se opõe àquela que é considerada como a programação normal de uma competência modal, em que “*a)* só falaremos de *performance* se o fazer do sujeito disser respeito a valores descritos, *b)* se o sujeito de fazer e o sujeito de estado estiverem inscritos, em sincretismo, num só ator” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 364).

Por mais que algumas repetições tenham sido subvertidas por performances ao longo do tempo, ainda está longe de se estabelecer na temporalidade atual um

performativo que seja o ideal para quem se entende como mulher. O machismo que perpassa a constituição dos atos performativos femininos, baseado em uma cultura patriarcal, continua mantendo a generificação do “eu mulher” como um ser subalternizado. O embate ainda se dá no campo das relações de poder entre os significantes: homem *versus* mulher. Compreender essas relações e as performatividades que constroem esses corpos faz parte do processo de subversão daquilo que está constituído, longe de um conhecimento descorporificado, que perpetua a manutenção das hegemonias. “A ciência criou o mito da existência de um olhar que tudo vê, que tudo explica e que não pode ser visto, escapando assim a qualquer representação possível” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 14).

O fato dos movimentos sociais no Brasil formarem coletivos de gênero dentro de suas estruturas vem na premissa de que as mulheres corporificadas, unidas e fortalecidas na performatividade subversiva por reivindicações que lhe são de direito são um fator essencial para o desenvolvimento de uma economia mais solidária, mais humanizada e que reflete em condições básicas de existência, desde a alimentação até a saúde. Quando mulheres se unem e vão para as ruas, a força de movimento que se cria gera ondas capazes de repercutirem por todos os lados, inclusive quebrando essa ultrapassada narrativa heróica do homem como centro da representação, inclusive científica.

2.2 TERRITORIALIZANDO

Pode-se dizer que o fazer ciência é um pouco do fazer jornalismo quando se tenciona olhar para todos os ângulos, testar cada especificidade e divulgar o conteúdo. No jornalismo deve-se usar a objetividade ao contar todos os lados de uma história, já que a imparcialidade não é possível, pois fatores como posicionamentos editoriais, pessoais, éticos e discursivos influem na escrita. O mesmo se dá na observação geográfica, pois se considera que o pesquisador ou pesquisadora irá determinar qual o enquadramento teórico, qual tipo de metodologia a empregar, quais serão os aspectos socioespaciais, territoriais, culturais, econômicos, etc. a serem observados. Como aponta Rogério Haesbaert (2016) sobre a conceituação de território a depender de seu pesquisador:

> Fica evidente que a resposta a estes referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Assim, um marxista, dentro do materialismo histórico e dialético, poderá defender uma noção de território que: i) privilegia sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico; ii) aparece contextualizada historicamente; e iii) define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional (p. 41-42).

Nesse sentido, o processo do “fazer científico” só é capaz de existir a partir do conhecimento que o ser humano tem de seu próprio território, com seus olhos já planteados pelas teorias e descobertas pessoais, existindo em suas representações culturais:

> Nesta [...] perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição em um polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geosímbolos mais do que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica” (HAESBAERT, 2016, p. 71).

Essa identificação parte da observação e de um padrão, de certa forma, estruturado, seja pela natureza, seja pela capacidade humana de utilização da linguagem; já que é da linguagem que se determina que o ser humano é diferente de outros seres quando se trata de processo biológico e de construção dos saberes, e: “O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico” (HAESBAERT, 2016, p. 71).

O olhar do pesquisador ou da pesquisadora se entrelaça às linguagens as quais ele ou ela reconhece, e seu objeto acaba sendo analisado por uma perspectiva moldada por questões de gosto, de estética, de literaturas e de linguagens que envolvem o seu conhecimento. Aqui, vê-se uma questão ética. Se não é possível o olhar neutro, o que se deve manter é, portanto, uma distância suficiente que possibilite contestar os antigos saberes para que se estabeleçam novas perspectivas. É a mesma questão encontrada no jornalismo.

Não há imparcialidade na literatura, seja ela do jornalismo, seja ela na ciência, seja literária ou geográfica, porque a linguagem, em si mesma, já vem de um processo de aprendizagem que leva a compreensão de quem fala para aquele que recebe a mensagem. Nesse mesmo quesito, quem fala a mensagem é diferente de quem recebe, também é diferente os processos cognitivos e de aprendizagem, biológica e cultural de quem a recebe, criando diferentes interpretações da mensagem transmitida ou da territorialidade vivida; ressaltando que:

> Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial [...]. Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política (HAESBAERT, 2016, p. 74).

Os seres humanos são coroados pela capacidade de criação de símbolos e, segundo Tuan (1983), o entendimento destes símbolos envolve como o ser humano experiencia e entende o mundo pelo plano animal, da fantasia e do cálculo. Como ainda ressalta o autor: “Na sociedade moderna a organização espacial não é capaz, nem nunca foi destinada a exemplificar uma visão total de mundo” (TUAN, 1983, p. 126); até porque, não é possível essa visão total, considerando as próprias transformações que o ser humano faz no território.

Nessas mudanças, a possibilidade da desterritorialização torna-se uma realidade para grupos sociais que são excluídos, já que em determinados territórios estabeleceu-se uma territorialização ecologicamente degradante em que surgem “as condições para uma desterritorialização brutal, na medida em que várias áreas afetadas [...] geram deslocamentos maciços ou impedem completamente a ocupação humana” (HAESBAERT, 2016, p. 316). Considerando que:

> Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido "forte", ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como *exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto "recurso" ou "apropriação" (material e simbólica) indispensável a nossa participação efetiva como membros de uma sociedade.*
> [...] Não se trata, porém, neste caso, exatamente de uma "exclusão socioespacial" no sentido mais especificamente social, aqui enfatizado, mas de uma "exclusão territorial" que se estende para a própria relação sociedade-natureza (HAESBAERT, 2016, p. 315. Grifo do autor).

Mas, como o Haesbaert (2016) reflete, não há uma absoluta exclusão territorial, até mesmo porque o processo de exclusão, como a privação de um conjunto de relações sociais que se estabelecem na desterritorialização, faz surgir uma força transformativa por meio dos afetados.

Assim, o paradigma que se traça neste estudo é que as mulheres dos movimentos sociais no caso aqui estudado, mais especificamente o Movimento dos Atingidos por Barragens, são essa força performativa. A construção que elas fazem em torno de seus saberes e necessidades regem a busca por direitos e

compensações para si e suas famílias em uma busca por (re)territorializar. Esse processo se dá por meio de relações de poder que envolvem particularidades concretas e simbólicas na construção do espaço de pertencimento de seu grupo.

Para entender esta problemática são aqui vistos como objetos de análise os discursos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em especial, as Mulheres do MAB, como sujeitos competentes do saber-fazer. Objeto no sentido semiótico em que:

> Denomina-se objeto, no quadro da reflexão epistemológica, o que é pensado ou percebido como distinto do ato de pensar (ou de perceber) e do sujeito que o pensa (ou o percebe). Essa definição - que nem mesmo o é - basta para dizer que só a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento os institui como existentes e distintos um do outro: atitude que parece totalmente de acordo com a abordagem estrutural da semiótica. É nesse sentido que se fala de linguagem-objeto ou de grandeza semiótica, insistindo na ausência de qualquer determinação prévia do objeto, que não seja sua relação com o sujeito (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 346-347).

Desse modo, para o semioticista entender como esse movimento, o MAB-RO, enquanto objeto semiótico se estrutura, é necessário também entender a dinâmica que se dá entre comunidades tradicionais e empresas construtoras durante o processo de construção-instalação-funcionamento dos empreendimentos barragísticos, no caso aqui considerado das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia. E, dentro dessa realidade, como se dá o papel das mulheres que fazem parte do MAB na luta por direitos, seja na luta pela terra, por um Projeto Energético Popular, seja na venda de produtos orgânicos, seja pelos bordados das arpilleras. E, também, pelo reconhecimento feminino no espaço participativo e deliberativo de decisões políticas das reuniões do grupo, elaborando pautas para a agenda nacional e internacional, discutindo sobre a temática “Mulheres, Água e Energia não são mercadorias!”.

2.3 GEOGRAFIA FEMINISTA E ECOFEMINISMO

O fazer científico, nesses séculos de patriarcado, assim como a construção da realidade socioespacial, tem sido generificado e construído sob as bases de uma cultura hierárquica machista. E como já apontado, este trabalho tende a ser uma pesquisa feminista em que a fundamentação epistemológica visa ser um instrumento transformativo para uma justiça de gênero. Portanto, os estudos feministas que dão

base para as análises do objeto aqui estudado são propostos sob a perspectiva da geografia feminista e do ecofeminismo, entendendo que “uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que pode mascarar diferenças, desigualdades e dominações, e luta contra as universalizações” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 18).

Há a compreensão de que a tradição epistemológica, via de regra, estabelece fronteiras e limites com os quais deve-se ter cuidado; não apenas no sentido mais explícito da pesquisa, como o emprego de teorias, conceitos e referências pensadas por homens, mas no reconhecimento que as estruturas binárias geram ausências e silêncios que precisam ser ultrapassados. Questionar essas invisibilidades, apropriando-se delas para uma nova espacialidade ser criada, sendo pesquisador/a ativa na produção do conhecimento, refletindo sobre como a posição sociopolítica e de privilégios influi no resultado. “A pesquisa feminista implica que o/a pesquisador/a se pergunte de que forma sua própria posição afeta sua metodologia, revisitando suas escolhas e relações políticas em cada estágio do processo de pesquisa” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 21).

Deste modo, ao propor analisar os geosímbolos que permeiam os discursos sociais das mulheres atingidas por barragens e identificar como elas buscam, no seu cotidiano, se manterem atuantes e visíveis no espaço que almejam, faz-se isso utilizando a Geosociossemiótica por meio de uma ética feminista e ecofeminista, estudando a vivência espaço-temporal dessas mulheres e como essa vivência pode ser concebida, experienciada ou sentida de modo contínuo ou descontínuo, com rupturas brutais ou bloqueios espaço-temporais, seja na construção das barragens, seja como reassentadas e como ecofeministas defendendo um Projeto Energético Popular e construindo arpilleras[3].

Esses geosímbolos apresentam-se como possibilidade analítica do espaço feminino do MAB, uma vez que são feitos de um entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação geosimbólica do espaço social, organizado e produzido, e do espaço cultural, vivido em suas “relações simbólicas”, já

[3] Arpilleras são telas de tecidos utilizadas pelas mulheres na ditadura militar chilena para denunciar as violações daquele período. A técnica foi apropriada pelas mulheres do MAB para denunciar a violação dos direitos humanos nas barragens. Será melhor evidenciada no capítulo 3 por fazer parte do material de análise deste trabalho.

que para a Semiótica de cunho fenomenológico, o espaço é o mundo da experiência levada a efeito (BONNEMAISON, 1981, p. 105).

O MAB caracteriza-se por ser um movimento cuja atividade produtora de discursos dirigidos a um público — os atingidos por barragens — propõe, elabora, discute e regimenta, faz projetos e documentos para se afirmar e representar esse público no espaço social. Sendo que os discursos sociais são aqueles discursos cujo receptor é o coletivo, segundo o semioticista Eric Landowski (1992), ou seja, não é um indivíduo isolado, mas um grupo aberto e indeterminado de indivíduos que chamamos de público. Para entender a função do MAB no lugar, precisa-se entender sobre as funções dos discursos sociais do MAB nesse espaço, porque é a partir dos sentidos encontrados nos seus discursos que se podem inferir quais os arranjos espaço-temporais (histórico, econômico, cultural e social), devidos a sua característica própria, carregam consigo para dotar de sentido suas representações.

Não se trata apenas da empregabilidade de uma teoria em cima de um objeto, é necessário entender os processos interacionais para que a teoria tenha um sentido de aplicação feminista para este objeto. Não é uma aplicação da disciplina, mas uma opção teórica para estabelecer uma relação constitutiva e necessária ligando o sentido e a interação, se propondo a ser uma “teoria da produção e da apreensão do sentido em ato” (LANDOWSKI, 2014, p. 12); pois, a pesquisa sobre as relações de gênero enriquece o entendimento de lugar.

Um exemplo: ao refletir sobre a perda geográfica e histórica que a mulher sofre de suas terras para plantação, percebe-se que a situação continua sob a mesma lógica colonial, na qual o sistema coloca o lucro acima da vida, em que as empresas, regidas e reguladas em sua grande maioria por homens brancos tomam de assalto a vida e o território de comunidades inteiras, criando complexas desregulações naturais do ecossistema e na trajetória social de uma população, e que:

> Enquanto o gênero continuar sendo uma variável essencial à compreensão dos processos geográficos e da forma espacial e para delinear alternativas futuras, explicações que o omitam estarão, em muitos casos, destinadas à ineficiência. Claramente, o trabalho teórico ao longo de diversas linhas de pesquisa poderia ter benefícios caso se tornasse atento ao gênero em vez de continuar cego a ele (MONK; HANSON, 2016, p. 40).

Assim sendo, são as mulheres as mais afetadas nesse processo, não há dúvidas, nem pela parte daqueles/as que são atingidos/as e nem por aquelas pessoas

que são beneficiadas causando os danos. O que se observa é mais do que uma aceitação desse fato, é uma necessidade neste circuito para regular a ordem estabelecida e continuar a mantê-la da forma com que ela está, porque o que importa é a colonialidade do ser. Para Lugones (2014), a “mulher colonizada” é uma categoria vazia, já que nenhuma fêmea que seja colonizada é mulher, portanto, nenhuma mulher é colonizada. A colonialidade está presente na sociedade nas intersecções gênero-raça-classe, e como forma de transpor essa subalternização o foco deve ser na resistência:

> A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (LUGONES, 2014, p. 6).

Nesse arcabouço considera-se a resistência prática discursiva das mulheres do MAB como essência da ação comunicativa do movimento e suas relações com o trabalho, à natureza e à cultura, seus companheiros/as e outras lideranças, isto porque as estruturas históricas e socioculturais que orientam essa ação comunicativa passam a constituir o mundo da cultura feminina que se prolonga no mundo da história da vida.

São as mulheres que em um entendimento da conexão valorativa entre humanidade, os recursos naturais e os animais, com um sentido agroecológico, não só pautado na relação mística mulher-divino, mas em considerações ecofeministas, que têm pautado as mudanças. Essas mulheres fazem ao mesmo tempo uma crítica ao patriarcado e ao capitalismo, em particular em sua faceta neoliberal. Elas organizam-se para denunciar a destruição dos recursos naturais e os modelos capitalistas de exploração pelo mundo, que oprimem as mulheres, especialmente as mulheres dos campos, das águas e dos movimentos, mais do que a qualquer outro ser. “Baseado na teoria do *Ecofeminismo*, mulheres têm uma relação diferente com o meio ambiente, sendo que estas pensam no futuro e bem estar de sua família em ‘harmonia com a natureza’” (SILVA, 2016, p. 7. Grifo da autora).

É o reconhecimento de problemáticas com um olhar interseccional.

2.4 DIREITO A TERRA NA AMAZÔNIA

A Amazônia é palco das mais variadas histórias míticas e extraordinárias que habitam o imaginário até os dias de hoje e que permeiam a construção dos povos e miscigenações que ocupam o território amazônida brasileiro. No livro de Neide Gondim, *A invenção da Amazônia*, a autora traz luz a essas narrativas mitológicas que vão sendo criadas e discursivizadas, ora pelos imigrantes, destemidos exploradores, ora pelo governo com diferentes propósitos exploratórios ao longo dos séculos pós-colonização, ora pela literatura científica e ficcional. Dentre esses mitos, um que prevalece fortemente é de que a Amazônia é uma folha em branco, em que a terra é de "ninguém", um lugar a ser colonizado e explorado sem considerar a relação do povo que já a habita e suas interrelações com as águas, a floresta, os animais e suas culturas. Gondim traz uma contextualização histórica e literária do mito da Amazônia vazia, como sendo o "Éden tropical" a partir dos diferentes discursos que permeiam a história. Sobre isso, os autores Maria Madalena de A. Cavalcante *et al*. (2011, p. 5) explanam:

> A primeira natureza (sem intervenção humana), em termos de utilização, metamorfoseia-se em função dos significados que lhe são expressos conforme a dinâmica que a sociedade impõe. Para tanto, não se pode argumentar que a natureza tem um significado universal e totalizante para toda a população que vive na Amazônia, seus sentidos modificam-se no tempo e no espaço, sendo processo de uma interpretação com elementos que articulam a técnica desenvolvida e aprimorada pela sociedade, pelo conhecimento e vivência empírica processual no cotidiano e pelas necessidades da população.

O processo de colonização brasileira estabeleceu uma economia colonial dependente no qual a maior riqueza era a acumulação do trabalho. Para os trabalhadores isso representou a instauração da fome. Atualmente, até nas áreas mais férteis da América Latina, da África e da Ásia a desnutrição é endêmica por causa da destruição da posse comum da terra (FEDERICI, 2018). Para Josué de Castro (1984), o Brasil é o cenário ideal do estudo da fome, pelo seu vasto território e diversidade climática, biológica e sociopolítica, sendo um verdadeiro laboratório de pesquisa. O autor coloca como algumas das características agravantes da fome no Brasil e na América Latina as condições semifeudais de trabalho; o fato das indústrias extrativas, as instituições de produção e distribuição serem controladas por conglomerados estrangeiros; e, contrariamente, a população rural não ser dona da

terra, que ou é dominada por uma minoria de senhores de terra ou por organizações de capital estrangeiro.

Olhando para o contexto amazônico a realidade latino-americana apontada por Castro (1984), em que uma minoria é detentora do capital, muitas vezes estrangeiro, explora a terra e os recursos naturais, continua sendo uma realidade, e intensificada pelo tipo de modelo exploratório adotado durante a ditadura militar brasileira:

> Pouco foi realizado com relação à redistribuição de terra durante o regime militar, uma vez que os militares estavam submetidos à tradicional classe de proprietários, e seu primeiro interesse foi o de apoiar a modernização da agricultura. A política do governo, na década de 1970, centrou-se na modernização das fazendas através de um abundante crédito subsidiado. Quanto maior a propriedade, maior o crédito, encorajando a crescente concentração de terra. Especialmente favorecidos foram a plantação de soja para exportação e os interesses do *agrobusiness* nas fazendas de gado e madeira. A política de modernização também provocou uma mudança nas relações de trabalho, com a força de trabalho dos arrendatários residentes nas fazendas sendo substituída pela força de trabalho assalariada temporária. A prioridade do governo militar, em termos de resolver os problemas dos conflitos rurais, estava focada na colonização espontânea e planejada da fronteira amazônica, a qual coincidiu, em propósitos, com o desenvolvimento da doutrina de segurança nacional brasileira (DEERE, 2002, p. 178).

A posse da terra continua sendo de vital importância na economia mundial, especialmente a brasileira. De acordo com o Instituto de Proteção da Amazônia (IPAM), a grilagem de terras continua sendo a principal forma de barganha político-administrativa e eleitoral no Brasil, monopolizando o acesso a diversos fundos públicos. De acordo com Guerrero, Torres e Cunha (2020), nos últimos 15 anos, as medidas governamentais têm facilitado inadivertidamente a privatização de terras públicas promovendo flexibilização nas regras de regularização fundiária, sustentando a premissa de que a garantia da propriedade privada traria segurança aos seus ocupantes e a concretização de mecanismos de controle estatal sobre o território, com especial atenção à proteção ambiental na Amazônia Legal. Estruturando, dessa forma, o que Haesbaert (2021, p. 111) viria a chamar de “classificações territoriais”, tornando-se instrumentos ou tecnologias do poder.

Deve-se enfatizar essa questão na medida em que ela ajuda a perceber o quão essencial foi a escravidão e a privatização da terra para a história do capitalismo e seus reflexos para a cultura familiar e para a estruturação do patriarcado; e, por que, periódica, mas sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista detentora do poder econômico

põe em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala.

Em 2018, relatório da Fundação *Walking Free* constatou que no índice global de escravidão 71% das vítimas da escravidão moderna são mulheres, um total de mais de 15 milhões, sendo que os piores índices estão na produção de elétricos, vestimentas, peixes, cacau e cana de açúcar, e, no Brasil, o gado. Entender esses dados para além de apenas números faz parte da construção do saber sobre determinado espaço. Por essa estatística, dentre outros fatores, é possível verificar porque as articulações políticas femininas, especialmente no campo, são tão difíceis. As mulheres são coagidas e são escravizadas, colocadas à venda como os produtos que elas são obrigadas a produzirem.

Então, se com a exploração latifundiária do capitalismo, iniciada pelos cercamentos de terras na Idade Média, aprofundada durante a colonização e expansão da industrialização, em que a terra deixa de ser um bem comum para se tornar gradativamente um bem privado, o que se encontra é a falta de terras para pessoas “comuns” plantarem e viverem. E também, algo deveria substituir esse bem comum, e aí entra a mulher (FEDERICI, 2018). Depois de séculos passando por um processo de rebaixamento, em que cada vez mais direitos de acesso às terras lhe eram negados, impossibilitando que as mulheres tivessem seu próprio capital, criando condições materiais para a sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho, inclusive o reprodutivo, as mulheres se vêem em pleno século XXI escravas de um sistema patriarcal neoliberal em que o capital está acima da vida, ainda mais se ela for a vida de uma mulher.

No caso do acesso a terra no Brasil, somente com a Constituição Federal de 1988 é que as mulheres puderam ter o direito à sua posse:

> Além da inclusão de mulheres na reforma agrária, outros ganhos para as mulheres rurais na Constituição de 1988 incluíam o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas. Esses benefícios incluem, além do direito ao seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença-maternidade remunerada para as mulheres (DEERE, 2002, p. 183).

Mas foi apenas no ano 2000 que o maior movimento de mulheres do campo conquistou vasta visibilidade, a Marcha das Margaridas, organizada pela Comissão

de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e outros grupos de mulheres do campo:

> No texto redigido na preparação para o congresso de mulheres trabalhadoras, no Rio Grande do Sul em 1986, organizado pelo grupo conhecido como 'as Margaridas' (tomando o nome da líder nordestina assassinada Margarida Alves), foi proposto "que o título de propriedade distribuído pela reforma agrária fosse emitido em nome do casal, independente de seu estado civil legal". Além disso, "se a família é a base para a seleção dos beneficiários, então que os direitos da mulher chefe de família (viúvas, mulheres separadas, mães solteiras) à propriedade e aos benefícios da reforma agrária sejam reconhecidos" (DEERE, 2002, p. 181).

Em 2003, a portaria nº 981, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estabeleceu a titulação conjunta da posse da terra de assentamentos rurais. Um ganho ainda pequeno, mas que possibilitou com que a mulher melhorasse sua condição de vida e não sofresse ao ser abandonada pelo companheiro/a, ficando sem seu sustento. "A propriedade da terra no nome da mulher pode gerar uma independência. Ela passa a ter mais autonomia, isso principalmente nas tomadas de decisões, mesmo que ela não tome a decisão sozinha ela passa a ter uma maior participação" (SILVA, 2016, p. 4).

Em Rondônia os assentamentos rurais observados por Maria das Graças Silva Nascimento Silva (2016, p. 7) apresentam manifestações dessa autonomia performadas pelas mulheres:

> Encontramos algumas iniciativas de mulheres que de alguma forma o seu trabalho proporciona o aumento da renda, com o cultivo de frutas, hortaliças e legumes; com a criação de animais domésticos como galinhas e porcos; com o beneficiamento de alguns produtos, como a bananada, compotas de frutas, fécula da mandioca, e outros. Todos esses produtos são cultivados, cuidados e preparados pelas as mulheres e são vendidos no assentamento, ou transportados para a cidade de Porto Velho onde são vendidos no mercado do produtor rural. E a outra parte é consumida pela família.

Nessa perspectiva, os signos espaciais produzidos pelas mulheres do MAB em Rondônia, como assentadas, são importantes para entender seu território, seu espaço e seu lugar em oposição ao projeto desenvolvimentista instalado no estado. O espaço não somente conceitual, mas como campo sígnico que não nega o racional, mas deixa de ser pura objetividade para se transformar em subjetividade histórica, segundo o qual, a Semiótica e a cultura podem explicá-lo, de modo a dar condições aos seres

humanos de se moverem e serem capazes de alcançar uma realidade que lhes é exterior, sem anular o que lhes é interior, ou como coloca Doreen Massey:

> Compreendermos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual, distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade (2009, p. 29).

Com todas essas multiplicidades no espaço que inferem na vida feminina, e aqui com pontual atenção para as Mulheres do MAB e a sua espacialidade própria, não é por menos que existam tantas mulheres querendo romper com o sistema e que os movimentos sociais sejam encabeçados e tenham tanta força feminina engajada na luta pela sustentabilidade.

3 GEOSSOCIOSSEMIÓTICA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

Observar, identificar, descrever e, posteriormente, interpretar são os passos que se consideram ao olhar para o objeto desta pesquisa científica. Mas não é um simples olhar, é um olhar “atentamente”, “sensivelmente” para além do que os olhos vêem. É perceber, também pela intuição, as camadas para além da superficial, de maneira que o processo seja enriquecido com detalhes simbólicos que são a diferença para outra interpretação do território, do espaço e do lugar; para compreender as relações de poder e de manipulação que influem sobre a territorialidade, estabelecendo uma interpretação feminista, de base fenomenológica, empregando a Geosociossemiótica como ferramenta metodológica.

A opção pela fenomenologia poética de Gaston Bachelard se deu por reconhecer que, em seu método, as imagens são centrais na aquisição do conhecimento simbólico sobre o objeto. Bachelard (2008) considera que o fenômeno da imagem poética emerge na consciência como um produto que vem direto do coração, da alma do ser humano, portanto, a fenomenologia apresenta uma imagem poética que aparece para o outro em suas representações e marcas que surgem de seus contextos de vivência. A vista disso, tendo como objeto de análise os geosímbolos das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como os constituídos pelas representações performativas nas arpilleras, nas cartas abertas e nas lideranças femininas, compreendeu-se que tal método ajudaria a alcançar o objetivo de compreender como elas performam seus lugares no mundo vivido.

Para proceder por este método propõe-se a interpretação por meio da ferramenta metodológica do que veio a se nomear aqui como *Geosociossemiótica*. Uma proposta inovadora desta pesquisa, que se dispõe a analisar o objeto por um viés interdisciplinar entre a Geografia, a Sociossemiótica e os Direitos Humanos, com ênfase aos Direitos das Mulheres. Tal propositura surge como uma forma de percorrer os conceitos geográficos através da Semiótica construindo os percursos gerativos de sentido das mulheres do MAB.

3.1 FENOMENOLOGIA

Na filosofia científica da linguagem desenvolvida por Charles Sanders Peirce, a preocupação fenomenológica se constituiu na fundamentação básica do seu pensamento. Para Peirce (1985), o primeiro momento de análise e observação em um trabalho filosófico é a fenomenologia, a ciência que tem como objetivo a observação de qualquer fenômeno. A fenomenologia como ciência proporciona a análise dos processos de percepção e das formas e fontes pelas quais o conhecimento é significado, permitindo que se desmonte a complexidade da memória e da imaginação, tornando sensível às diferenciações simbólicas. Assim, o fenômeno é entendido como qualquer coisa que esteja de algum modo e em qualquer sentido presente à mente, ou seja, qualquer coisa que apareça, seja ela externa, interna ou visceral quer pertença a um sonho ou uma ideia geral e abstrata da ciência.

Desse modo, é possível emergir na subjetividade do sujeito e compreender o que se passa em seu interior, trazendo à tona, em forma de imagens, o que lhe ocorre interiormente. Esta ação é o que Bachelard denomina (1978) de fenomenologia da imagem, na qual há antes do pensamento a imagem pré-concebida na alma, na essência do sujeito, e que a poesia, antes de ser uma fenomenologia do espírito, é uma fenomenologia da alma.

> Quando, no decorrer das nossas observações, tivermos que mencionar a relação de uma imagem poética nova com um arquétipo adormecido no inconsciente, será necessário compreendermos que essa relação não é propriamente *causai.* A imagem poética não está submetida a um impulso. Não é o eco de um passado. É antes o inverso: pela explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa em ecos e não se vê mais em que profundidade esses ecos vão repercutir e cessar. Por sua novidade, por sua atividade, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. Ela advém de uma *ontologia direta.* É com essa ontologia que desejamos trabalhar (BACHELARD, 1978, p. 184).

É pelas imagens em movimento que as diferentes experiências de vida que se interconectam em uma teia de interações tornam-se passíveis da interpretação do sentido. Descrever as imagens é se colocar por breves instantes no lugar descrito como uma experiência geográfica do “estar no *locus*”, procurando experienciar pela imagem.

A imagem não é só uma ideia mental, é algo que vai se solidificando até se estabelecer e firmar conceitos espaço-temporais. Na poética do espaço, a imagem

torna real o lugar, “quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva” (TUAN, 1983, p. 20). Esse conjunto complexo de experimentações do lugar se dá no espaço regido pelos “princípios da organização espacial: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas” (TUAN, 1983, p. 39). Bachelard (1978), ao falar de uma poética da casa, coroando-a como a “topografia do nosso íntimo”, estabelece uma relação que só se concretiza pelo corpo do sujeito performático neste lugar topológico.

Segundo Butler (2018), as teorias fenomenológicas da corporeidade humana também se empregam das distinções que estruturam a existência corporal, considerando as distinções causadas pela fisiologia, a biologia e o contexto da experiência:

> Para descrever o corpo generificado, a teoria fenomenológica da constituição precisa ampliar a perspectiva convencional dos atos de modo que ela signifique, ao mesmo tempo, tanto aquilo que constitui o significado quanto o modo como o significado é performado e atua (BUTLER, 2018, p. 4).

Portanto, a casa, os reassentamentos, a terra e como se dá o plantio, os corpos em luta e que pereceram na luta e as arpilleras são imagens geosimbólicas que significam (dotam de sentido) as mulheres do MAB em suas performances de vida. Pela fenomenologia poética esse emaranhado de signos vai se desnovelando para se estruturarem como representações dessa realidade.

3.2 SEMIÓTICA

A abordagem Semiótica permite o entendimento dos processos que estão por trás do sistema de representações; enquanto uma ciência dos signos, consegue abranger todas as áreas em sua performance interpretativa. Com diversas correntes teóricas que são oriundas da Antiguidade Clássica, mais recentemente divide-se em três linhas distintas: a norte-americana, com Charles Sanders Peirce sendo o teórico mais proeminente com sua divisão do signo em três categorias (primeiridade, secundidade e terceiridade), em que uma visão de mundo é interpretada pela visão de um enunciador; a russa, sendo Yuri Lotman o cientista a falar em uma bioesfera e

semioesfera; e a francesa, que pela teoria da significação proposta por Algirdas Julien Greimas propõe o percurso gerativo de sentido.

Em sua linha francesa, a Semiótica tem uma origem multidisciplinar que perpassa pela linguística estrutural (com autores como: Ferdinand de Saussure, Louis Hjelmslev e Émile Benveniste), a etnoliteratura (com autores como Vladimir Propp), a antropologia (com autores como Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss), a mitologia comparada (com autores como Georges Dumézil), a fenomenologia (com autores como Maurice Merleau-Ponty), entre outros importantes pensares que vão agregando nesta construção (NÖTH, 1995).

Na origem linguística, talvez o mais conhecido teórico da Semiótica seja Saussure, que constrói o signo linguístico a partir de um conceito duplo e indissociável, o de significante-significado. Para o autor, a língua é forma, não apenas substância e esse par forma o signo (NÖTH, 1996).

Também de uma dualidade, entre *Plano da Expressão* e *Plano do Conteúdo*, é que Hjelmslev fundamenta a interpretação sígnica do texto, sendo que é no Plano da Expressão que se dão as materializações, enquanto no Conteúdo estão as ideias, não existindo conteúdo sem expressão. Este ponto, em específico, terá destaque mais adiante já que a homologação entre os dois planos faz parte da semântica discursiva do percurso gerativo de sentido, sendo que:

> [...] o percurso gerativo da significação é uma representação dinâmica dessa produção de sentido: é a disposição ordenada das etapas sucessivas pelas quais passa a significação para se enriquecer e, de simples e abstrata, torna-se concreta e complexa (FLOCH, 2001, p. 15).

Esse percurso de significação se dá a partir dos discursos enunciativos como atos de interação, em que a enunciação é um ato instaurador de sentido na e pela interação entre os parceiros do discurso. Enunciação como “ato de instalar presenças discursivas de um ator em relação ao outro. Enunciação como instância na qual se configuram interações discursivas”, de um EU-AQUI-AGORA → PESSOA/ESPAÇO/TEMPO como uma posição epistemológica que complementa o discurso (OLIVEIRA, 2013, p. 237). Considerando o discurso como um sistema de generalizações que cada cultura faz dos elementos de modo a considerá-los universais.

Dessa forma, a imagem fenomenológica que marca as representações surge na Semiótica como um todo de significação, autossuficiente “relativa a uma determinada cultura, que julga certos signos ‘mais reais’ que outros, e que conduz, em certas condições, o produtor da imagem a se submeter às regras de construção de um ‘faz de conta’ cultural” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 254).

Nos termos semióticos significa que no plano da expressão se descreveu o discurso das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens a partir do corpo em luta construindo a percepção dos programas discursivos operados por elas, para a formulação das análises dos planos do conteúdo e da expressão, e como procedimento para essa descrição a Semiótica propõe, de acordo com Ana Cláudia Oliveira (1995, p. 107), “a individualização dos dois planos que o organizam, tratamento que se explica em razão de cada um desses constituir-se de níveis de articulações próprios, edificados como subsistemas”.

Desse modo, a análise das mulheres do MAB como objeto semiótico, mais do que apresentar um coletivo de mulheres ou descrever a prática participativa delas, é caracterizar como suas enunciações são organizadas para desencadear efeitos de sentidos no espaço onde vivem e que se tornam lugares por meio da materialização dos signos que elas produzem discursivamente. Mas, além disso, como o plano da expressão, com os seus arranjos de signos, pode ser-visto do mesmo modo nas emoções (o corpo físico) femininas. Nos termos de Lucrécia D’Alessio Ferrara (2007), se há uma homologação entre significante (plano da expressão) e significado (plano do conteúdo) implica, nesse caso, a decodificação dos signos e/ou os fatos socioculturais que se colocam no espaço circundante.

Nos termos de Paulo Freire:

> [...] o tempo e o espaço têm que ser um tempo-espaço de inclusão, de possíveis realizações e participação, e não um tempo-espaço que é determinado mecanicamente. Logo, o presente e o futuro não são dados, predeterminados ou preestabelecidos, mas construídos, por isso, a história é possibilidade e não determinação (2003, p. 11-12).

Nesse sentido, a fim de caracterizar seu espaço — como o lugar da presença ou visibilidade da mulher do MAB — é importante observar o modo como as mulheres combinam ou relacionam esse espaço com o seu cotidiano por meio de competências (estrutura modal resultantes das atividades cognitivas do sujeito). Considera-se, neste momento, espaço no sentido da semiótica espacial, que tem como objetivo explicar

as transformações do meio pela intervenção humana, em que o sujeito é produtor e consumidor do espaço, no qual a presentificação exige todas as qualidades sensíveis (visual, tátil, textual, etc). A semiótica discursiva permite também explicar a inscrição no espaço das relações cognitivas entre sujeitos (ver, ouvir, tocar, escutar, etc.).

A escolha do percurso gerativo de sentido para compreender como esses discursos se constroem, se dá, pois:

> Correlativamente, o projeto sociossemiótico procede de uma última escolha decisiva: a de privilegiar não a descrição de sistemas que determinariam a produção e a recepção das manifestações significantes [...], mas a análise dos processos, ou seja, justamente das interações (entre sujeitos ou entre o mundo e os sujeitos) que presidem a construção mesma do sentido e tornam em consequência possível a emergência de configurações inéditas (LANDOWSKI, 2014, p. 12).

A Sociossemiótica permite apreender por meio das representações, enquanto práticas que constroem o social por meio do universo de significantes, os elementos constituintes de intertextualidade semiótica entre a Linguística e a Sociologia, construindo a própria significação por meio do percurso gerativo de sentido, considerando uma linguagem de conotação social. Linguagem esta de comunicação sincrética, em que atitudes somáticas, gestuais e a proximidade espacial importam.

3.2.1 Sociossemiótica

A Sociossemiótica enquanto área que estuda os signos sociais, isto é, tudo aquilo que é produzido e que possa ser interpretado ou ter seus sentidos apreendidos, baseando-se na semiótica, estuda a semiose[4] ou os sentidos dos signos:

> Ora, de nossa parte, enquanto sociossemióticos, mais do que as descontinuidades, são as formas em vias de construção, o não acabado — o devir —, aquilo que nos interessa. Não o devir social ou político tomado ao pé da letra, cuja análise pertence a outras disciplinas, mas pelo menos o devir dos regimes de sentido que fazem significar as transformações sociais ou políticas em questão. O que gostaríamos de captar um pouco melhor é o vivido do sentido nas suas evoluções ligadas ao próprio curso das coisas, tal como elas se apresentam, se é possível dizer, vistas da ponte, quase com os pés dentro d'água, e não como elas são concebidas à distância, vistas das margens (LANDOWSKI, 2001, p. 21).

---

[4]Dentro da ciência dos signos (Semiologia; Semiótica), semiose foi o termo introduzido por Charles Sanders Peirce para designar o processo de significação, a produção de significados (SANTAELLA, 2004).

As enunciações deixam marcas semióticas, como se fossem maneiras organizativas da linguagem, que vão encaminhar o olhar do semioticista para o texto. Ao se referir à linguagem e ao texto, não é apenas a linguagem falada ou ao texto em escrita alfabética, são todas as formas discursivas possíveis, seja a língua, a fala, os gestos, as corporeidades, as geograficidades, os geosímbolos, a estésis e as estéticas presentes nas enunciações que estabelecem sentidos pelas relações. O entendimento da totalidade de sentidos, por sua vez, vai construir o objeto semiótico, e para isso é necessário:

> [...] para compreender, caso por caso, aquilo que nos interessa ou, no caso de práticas, para captar "o que se passa", o único meio é simplesmente descrever e analisar o material de que dispomos, isto é, tentar resgatar, na sua singularidade e sua especificidade, os efeitos de sentido resultantes da própria organização estrutural do objeto ou da prática em questão (LANDOWSKI, 2001, p. 21).

Portanto, é pela descrição e análise de cada enunciação que seguirá o percurso gerativo de sentido. Então, se a Semiótica é a teoria dos processos de significação, logo, a significação é o objeto da Semiótica enquanto relações estruturais; e, se a narrativa é universal, cada discurso vai utilizar a narrativa para seus próprios fins e o semioticista só apreende seu objeto ao interagir, trocar de lugar, agir sobre, se deixar sentir.

Na Sociossemiótica, o investigador mergulha no texto do sujeito para encontrar a ação deste no mundo, atribuindo *status* a essas ações performáticas de transformação de estado:

> Ora, o estado, na perspectiva do sujeito que age, é ou o resultado da ação, ou seu ponto de partida: haveria, portanto, "estado" e "estado", e as mesmas dificuldades ressurgem; o estado é antes de mais nada um "estado de coisas" do mundo que se acha transformado pelo sujeito, mas é também o "estado de alma" do sujeito competente em vista da ação e a própria competência modal, que sofre ao mesmo tempo transformações. Com base nessas duas concepções do "estado", reaparece o dualismo sujeito/mundo (GREIMAS, 1993, p. 14-15).

O pensamento sociossemiótico em si é a teoria da geração do sentido através da interação, na qual o objeto é o social analisado sob uma perspectiva dos fatos de significação no mundo vivido. No caso desta pesquisa, diversos são os fatores interacionais que levados em consideração na construção narrativa, como o coletivo

de mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens em interação a comunidade atingida, as construtoras das barragens, o movimento econômico local e mundial que influem no processo organizativo e indenizatório das comunidades afetadas, o esvaziamento simbólico do espaço pela opressão e violência, os Direitos Humanos, entre outros. Significa também que é preciso compreender os discursos imanentes no modelo de sociedade capitalista e patriarcal para analisar os modos como não se permite a performatividade das mulheres do MAB.

Portanto, não se trata de analisar somente o sentido da significação da vida das mulheres do MAB enquanto atingidas, mas entender como esse sentido acontece por causa das interações existentes no processo entre: espaço x território; mulheres x homens; empreiteiras x atingidas; comunidadade x sustentabilidade; posse de terra x ecofeminismo.

A Geosociossemiótica, enquanto ferramenta metodológica de investigação desses discursos sociais permite analisar o processo geosimbólico de produção e veiculação dessas narrativas, e os sentidos imanentes nos discursos sociais, para explicitar aquilo que lhe diz respeito: o espaço e a espacialidade; o território e a territorialidade, o ser-visto e não-ser-visto nessa mesma relação. O que não se pressupõe apenas a aplicação da disciplina, “mas uma opção teórica para estabelecer uma relação constitutiva, e necessária, ligando o sentido e a interação” (LANDOWSKI, 2014, p. 11).

3.3 GEOSEMIOTIZANDO

A ferramenta metodológica proposta baseia a análise das enunciações discursivas para a compreensão das representações geosimbólicas espaciais das mulheres do MAB na construção do percurso gerativo de sentido. O sujeito “mulheres do MAB”, como actantes no mundo, revelam-se como agentes socioculturais, econômicas e geopolíticas do lugar onde se instauram pela mediação dos “corpos que sentem”.

Espaço, agora, além da conceituação semiótica apresentada anteriormente, é complementado pelo espaço vivido de Bonneimason (1981, p. 110), que é “formado pela soma dos lugares e trajetos que são usuais a um grupo ou indivíduo. Portanto, trata-se de um espaço de reconhecimento e familiaridade ligado à vida cotidiana”. Pelo vivido, os símbolos adquirem um papel espacial que encarnam nos lugares

culturalmente estabelecidos, criando o espaço cultural “geosimbólico, carregado de afetividade e significações, em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores” (BONNEIMASON, 1981, p. 111).

Tal entendimento vem a ser importante, pois as enunciações discursivas das mulheres do MAB se constroem como uma forma de ressignificar seus espaços vividos que foram desterritorializados pelos empreendimentos barragísticos, tornando-as atingidas. O que eram antes lugares cotidianos e familiares, como o rio, a casa, a plantação e as relações sociais, perdem as significações afetivas. Os discursos dessas mulheres são, então, a construção simbólica de um novo espaço vivido para elas, sua prole e sua comunidade, a partir de uma interpretação outra, que se dá para os laços culturalmente estabelecidos pelo “ser atingido por barragem”.

Pelo percurso gerativo de sentido, os discursos das mulheres do MAB podem ser analisados como um modelo de simulação da produção e interpretação do significado e da representação; pois o percurso é um simulacro metodológico eficaz para a leitura de um texto. É pelo percurso gerativo de sentido que são identificadas as disposições dos componentes textuais e como eles se relacionam uns com os outros. E o texto nesse percurso “é uma representação dinâmica dessa produção de sentido: é a disposição ordenada das etapas sucessivas pelas quais passa a significação para se enriquecer e, de simples e abstrata, torna-se complexa e concreta”, no qual um enunciador de estado e o enunciador de transformação atuam no objeto de valor e ressignificam o espaço vivido, em três níveis: discursivo, narrativo e fundamental (FLOCH, 2001, p. 15).

No Dicionário de Semiótica especifica-se:

> Designamos pela expressão percurso gerativo de sentido a economia geral de uma teoria semiótica (ou apenas linguística), vale dizer, a disposição de seus componentes uns com relação aos outros, e isso na perspectiva da geração, isto é, postulando que, podendo todo objeto semiótico ser definido segundo o modo de sua produção, os componentes que intervêm nesse processo se articulam uns com os outros de acordo com um “percurso” que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 206).

Nessa articulação, a gramática narrativa com seus componentes sintáticos e semânticos, que vão do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais

concreto, resultam em dois planos que se correlacionam: o plano da expressão e do conteúdo.

No plano do conteúdo encontram-se as figurativizações e tematizações que formam as oposições básicas dos objetos e dos valores. Os formantes do plano da expressão são identificados pelo matérico, eidético, cromático, topológico e isotópico; é o plano da manifestação e concretização do plano do conteúdo. “Aquilo que os olhos de imediato veem da significação pela figuratividade está no plano da expressão, por ser nesse que nossos olhos são reenviados e se detém” (ZUIN, 2018, p. 17). A combinação dos dois planos se dá na homologação simbólica ou semissimbólica, pela compreensão das variações diferenciais de cada um, presentes na linguagem do texto de forma conotativa. Mas:

> [...] é importante ressaltar esse fenômeno da conotação como um julgamento predisposto a cada geração, grupo, cultura ou mesmo indivíduo, do qual depende para o acesso ao conteúdo, uma vez que para entender o mundo cada cultura tem sua maneira singular de expressá-lo e de interpretá-lo (ZUIN, 2018, p. 18).

Em um texto, há dois tipos de objeto que o sujeito almeja, são eles: “*objetos modais* (o querer, o dever, o poder e o saber), necessários para a obtenção dos *objetos de valor* — que são o objetivo último da ação narrativa” (FIORIN, 1999, p. 45). Nesse caso, tanto as mulheres do MAB, quanto os empreendimentos hidrelétricos são sujeitos construindo objetos de valor pela enunciação, sendo que esta pesquisa toma como sujeito a ser analisado o MAB. A enunciação é também o lugar da veridicção, onde o que se diz tem efeito de sentido de verdade para o convencimento daquilo que se diz.

Assim, a narrativa constrói uma problemática de outra ordem, partindo da ideia de que essas enunciações, enquanto valores manipulados por um sujeito ou vários, têm como primeiro efeito diferenciar as posições, os papéis e, mais comumente, as competências dos atores uns em relação aos outros, isto é, produzir, por ajuste delas, certas “configurações intersubjetivas” — relações de igualdade ou de dominação, de atração ou de repulsão, de cooperação ou de rivalidade, que trata de descrever e prever no espaço.

Posto isso, é o vivido, sob a ótica da percepção, da organização do espaço, da vivência do cotidiano e da significação dos signos imanentes nos discursos sociais produzidos pelas mulheres do MAB, levando em conta as características

socioculturais, econômicas e geopolíticas do lugar onde pertencem e da visão do mundo concebido e a do mundo percebido ou subjetivado, tratar da oposição entre o espaço presença (performático) tal como concebido pelas mulheres do MAB, e o espaço ausência (constituído pelos projetos hidrelétricos do Complexo Santo Antônio e Jirau).

É nessa perspectiva que se pode valorizar o caráter semiótico das linguagens visual-iconográfica e discursiva-verbal elaborados pelas mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens; pois ambas as linguagens permitem construir e reconstruir significantes e significados nos mais diferentes contextos topofílicos e topofóbicos, em particular nas narrativas do espaço-tempo da Amazônia, Rondônia, Porto Velho, em sua totalidade discursiva, uma vez que é por meio das repetições que se dá o efeito de sentido.

Topofilia, para Tuan (1980, p. 107), são os laços afetivos dos seres humanos para com o meio ambiente material, “é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”. Os laços podem ser estéticos, táteis ou sentimentais para com o lugar, por ser o lar e o meio de ganhar a vida. Enquanto que, topofóbico é o lugar do medo, do sentimento de aversão. Já que para Tuan (1980, p. 114) “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”, lugares topofílicos podem ser transformados em topofóbicos, e vice-versa.

A experiência da significação, ora como significação do processo de fazer (produção do sentido), ora como aquilo que é significado de estado (sentido produzido), se dará pela experiência estética e espacial do sujeito manifesta em seus textos em relação com seus territórios e territorialidades. O percurso gerativo de sentido, como já dito, captura essas experiências partindo das mais simples para as mais abstratas. Aprofundando esse conceito, têm-se, então, três níveis de apreensão semiótica neste percurso: o nível discursivo (temas e figuras, isotopia, atores, tempo e espaço, operações de embreagem e debreagem); o nível narrativo (narratividade enquanto simulacro da ação humana sobre o mundo e sobre os outros); e o nível fundamental (quadrado semiótico).

O quadrado semiótico, no nível mais superficial da apreensão de sentido, faz parte da homologação do plano do conteúdo ao dispor visualmente as relações de oposição, sendo que este quadrado é:

> [...] a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer. A estrutura elementar da significação, quando definida — num primeiro momento — como uma relação entre ao menos dois termos, repousa apenas na distinção de oposição que caracteriza o eixo paradigmático da linguagem: ela é, portanto, suficiente para constituir um paradigma composto de n termos, mas não permite por isso mesmo distinguir, no interior desse paradigma, categorias semânticas baseadas na isotopia (o "parentesto") dos traços distintivos que nele podem ser reconhecidos. Faz-se necessária uma tipologia das relações, por meio da qual se possam distinguir os traços intrínsecos, constitutivos da categoria, dos traços que lhe são alheios (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 400).

Os termos opositores que estão nas análises do nível fundamental desta pesquisa enquadram-se nos eixos das oposições semânticas da contrariedade, da contradição, da complementaridade e da asserção.

No nível narrativo, as ações se dão da seguinte forma:

MANIPULAÇÃO → COMPETÊNCIA → DESEMPENHO → SANÇÃO

A manipulação é uma ação modal do sujeito com competências (poder e saber) com uma intencionalidade de criação de sentido. O procedimento de manipulação é uma interação que parte da busca de um sujeito enunciador em mostrar seu objetivo a um sujeito destinatário. Na manipulação, o sujeito, por meio de enunciados, atua sobre o querer do outro, que não possui competência. São quatro condições de manipulação regidas por competências, respectivamente: 1) performativa = fazer, 2) cognitiva = saber e poder, 3) volitiva = querer e 4) prescritiva = dever.

Assumindo a ideia de que as mulheres do MAB são sujeitas enunciadoras competentes, sua ressignificação simbólica é uma manipulação por meio da competência performativa de um saber-fazer, em que seu "desempenho" está em busca de ação transformadora para chegar à conjunção com seu objeto de valor. As sanções possíveis dentro dessa conjuntura são a cognitiva e a pragmática. Na sanção cognitiva está o reconhecimento do sujeito do fazer; e, na pragmática, está a recompensa ou punição.

E fechando o percurso gerativo de sentido está o nível discursivo, que na sintática é o lugar da encenação do discurso com seus arranjos discursivos escolhidos pelo enunciador, e na semântica se concretiza pelos temas e figuras. Os temas são abstrações de natureza conceitual pelo quais se reflete sobre o mundo, se estabelecem opiniões, organizam, classificam e categorizam elementos do mundo natural. As figuras são o concreto perceptível pelos sentidos, uma semiose entre o

mundo natural e a linguagem. A escolha de temas e figuras define ideologicamente um discurso e mostra a construção de um enunciador e seu par pressuposto, enquanto que a reiteração desses dois itens forma a rede referencial discursiva organizando o fazer interpretativo, que dá a direção do sentido.

Cada ato enunciativo dessas mulheres pode ser visto dentro da identidade de gênero, que para Butler “é uma realização performativa compelida por sanções sociais e tabus. É precisamente no caráter performativo da identidade de gênero que reside a possibilidade de questionar sua posição reificada” (2018, p. 3).

Traçando esse percurso gerativo de sentido apresentar-se-ão as condições espaciais, sociais, econômicas e sensíveis em que o movimento de mulheres ressignifica simbolicamente seu espaço vivido por meio de reificações por elas performadas.

4 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

As fontes de produção de energia sempre foram essenciais para a história da civilização. O fogo, o primeiro grande recurso energético empregado pelo ser humano, possibilita a cocção de alimentos e a proteção necessária contra os animais. A partir do controle do fogo, a humanidade buscou potencializar as formas de utilizá-lo e, ao longo do tempo, empregou diversos recursos naturais como forma de combustão. Durante as revoluções industriais que permearam a história, foi investido em áreas tecnológicas diversas, como produção de maquinários, meios de comunicação, de políticas econômicas e de capital humano, mas mais importante que isso era as fontes de energia utilizadas para esses meios produtivos funcionarem. A primeira revolução industrial dependia do carvão mineral que fazia funcionar as máquinas a vapor que moveram os rumos dessa etapa do capitalismo. No século XIX, já com a eletricidade a ganhar espaço na cadeia produtiva industrial, iniciaram-se os testes com a turbina hidráulica, dando origem "às primeiras hidrelétricas de certo porte, com linhas de transmissão que permitiam o uso da energia dos rios, nas cidades e nas fábricas" (CARVALHO, 2014, p. 27).

Na medida em que vão sendo descobertas e aprimoradas, as fontes de energia transformam a realidade social e econômica. O que sempre esteve presente na componente evolução industrial foi a apropriação de recursos naturais até o seu esgotamento e, consequentemente, crise para o sistema empregado.

No caso brasileiro, foi com a Eletrobrás que o desenvolvimento dos estudos sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e das bacias hidrográficas, desencadeou o mapeamento detalhado dos lugares onde se poderiam construir as usinas hidrelétricas. Desse modo, o Estado brasileiro teve papel fundamental como financiador:

> O período foi marcado por uma grave crise energética a nível mundial, com a primeira grande crise do petróleo. Isso fez com que os países centrais fossem em busca de novas formas de gerar energia já pensando em como substituir a falta de petróleo. Com isso, os países com potencial em outras fontes começaram a ser alvo de estudos e implementação de formas "renováveis" de geração de energia (MAB, 2017a, *online*).

De acordo com a Comissão Mundial de Barragens/*World Commission on Dams* (WCD), criada em 1997 para analisar os efeitos e parâmetros para construção dos

empreendimentos, as barragens hidrelétricas correspondiam a 19% da eletricidade gerada mundialmente no relatório expedido em 2000 (CHAYB, 2001). No Brasil, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), são 17.604 barragens cadastradas. Destas, pelo menos 7.386 (42%) tiveram algum tipo de autorização para seu funcionamento por conta de seu tamanho e volume, sendo que 14% (687) é de geração de energia elétrica (ANA, 2018, p. 30).

Com alguns dos maiores rios do mundo em extensão e volume de água atravessando seu território, o Brasil se encontra naturalmente em uma posição geopolítica energética estratégica para a utilização desse tipo de energia. Em se falando de Amazônia, esse projeto energético é ainda mais ostensivo. A bacia amazônica, com ⅕ de toda a água doce do mundo correndo por seus rios, têm o correspondente a 8,9% de seu potencial já sendo explorado e é alvo de outros grandes projetos com pressões da indústria barragística (MAB, 2014a). Nesse sentido:

> Não obstante uma série de grandes projetos ameaça acelerar a transformação da Amazônia em exportador de bens primários. Estes projetos precisam de energia e vias de transporte para grandes volumes de soja, madeira, e minérios, e por este motivo, os rios da Amazônia são os pontos focais da Iniciativa pela Integração de Infra–estrutura Regional Sul–americana, a IIRSA, sendo promovido pela Corporação Andina de Fomento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (INTERNATIONAL RIVERS[5], 2020, *online*).

Esses grandes projetos de desenvolvimento provocam conflitos de valores sociais e culturais, pois mesmo quando as grandes empresas publicizam os efeitos positivos de implantação de um grande empreendimento, os aspectos econômicos de lucro para elas são o fator decisivo, não importando o número de pessoas afetadas, o equilíbrio do ecossistema ou as barreiras geográficas e físicas impostas pela natureza. Porquanto, “nesta sociedade, o modelo energético é organizado principalmente para fornecer energia às grandes empresas a fim de acelerar a produtividade dos trabalhadores, com o objetivo de acumular e expropriar o máximo possível de lucro” (MAB, 2014a, p. 4). Tanto é que, somente das barragens voltadas à geração de energia hidrelétrica, mais de um milhão de pessoas tiveram que deixar suas casas e

[5]A *International Rivers* foi criada em 1985 como uma rede internacional que trabalha com pessoas atingidas por barragens, organizações de base, ambientalistas, defensores dos direitos humanos e que estão comprometidos em interromper projetos que destroem os rios e buscando novas alternativas.

terras, e o mais alarmante, 70% delas não receberam as indenizações devidas (MAB, 2014a).

> A maioria dos levantamentos realizados pelo governo e pelas empresas construtoras de barragens considera como atingido por estes projetos, apenas aquelas pessoas que são deslocadas devido ao enchimento do reservatório e que possuem o título de propriedade da terra. Desta forma, excluem as populações que vivem nos arredores das barragens, os posseiros, indígenas e as populações que vivem nos arredores das barragens e que não possuem o título de propriedade, além daquelas cujo acesso é obstruído, devido ao alagamento de estradas e vias de acesso (SILVA, 2007, p. 67).

As escolhas do Governo brasileiro para produção de energia desconsideram, em grande parte, as violações dos direitos humanos e as alterações no meio ambiente em favor dos benefícios do capital.

Cabe esclarecer que Direitos Humanos, aqui na complexidade de um conceito que coloca a pessoa humana no centro da preocupação, "é baseado num sistema de valores universal e comum dedicado a proteger a vida e fornece o molde para a construção de um sistema de direitos humanos protegido por normas e padrões internacionalmente aceites" (MOREIRA, GOMES, 2012, p. 44). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pelas Nações Unidas em 1948, traz como pilares desse sistema a igualdade, solidariedade e liberdade, sendo:

> Liberdades tais como a liberdade de pensamento, consciência e de religião, bem como de opinião e de expressão estão protegidas pelos direitos humanos. Do mesmo modo, os direitos humanos garantem a igualdade, tal como a proteção igual contra todas as formas de discriminação no gozo de todos os direitos humanos, incluindo a igualdade total entre mulheres e homens. A solidariedade relaciona-se com os direitos económicos e sociais, tais como o direito à segurança social, remuneração justa, condições de vida condignas, saúde e educação acessíveis, que são parte integrante do sistema de direitos humanos. **Aqueles pilares surgem em detalhe, sob cinco títulos, sendo estes os direitos políticos, civis, económicos, sociais e culturais, juridicamente definidos** em dois Pactos paralelos que, juntamente com a DUDH, formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos. (MOREIRA, GOMES, 2012, p. 44)

Estes pilares, convocam princípios e procedimentos capazes de funcionarem na resolução de conflitos e manutenção da paz e de ser "uma estratégia viável para um desenvolvimento humano, social e económico" (MOREIRA, GOMES, 2012, p. 45).

A violação desses princípios, como a desterritorialização de um grupo para o atendimento de grandes empreendimentos há tempos vem gerando desigualdades sociais no Brasil. Devido a essas situações de deslocamento, vários movimentos,

principalmente a partir dos anos 1970, surgiram em prol da defesa da terra, do trabalho digno e da defesa dos direitos humanos além de um direito social, descrito na CF no art 6º, alguns exemplos: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), dentre outros.

Como movimento social, entendem-se as ações coletivas de caráter sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político assegurado pela Constituição Federal brasileira em seu artigo 5º, inciso XVI, assim como por diversos documentos internacionais (BRASIL, 1988).

Acompanhando essa trajetória de organização e de luta, tão importante quanto a posse da terra e da moradia, seja no campo ou na cidade, temos a defesa pela água e pelo meio ambiente equilibrado em defesa da vida. Nessa luta, surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como um:

> [...] movimento nacional, autônomo, de massas, de luta, como uma direção coletiva em todos os níveis, que integra rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, orientação política, nem grau de instrução. É um movimento popular, reivindicativo e político (MAB, 2017a).

O histórico do MAB inicia-se no final da década de 1970, na Ditadura Militar brasileira. Em 1989, a partir das experiências de luta local, foi realizado o *Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens***,** que contou com a participação de representantes de várias regiões do país. Foi nessa época que se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o território brasileiro e se decidiu constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens (MAB, 2017a).

De acordo com os documentos do Movimento dos Atingidos por Barragens:

> A construção de grandes usinas em várias regiões do país, ao mesmo tempo que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Consequência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terras.
> Com isso, gerou-se um clima de insatisfação das famílias e surgiram vários focos de resistência onde as obras estavam sendo construídas. Os principais locais de luta foram: Tucuruí (PA) no norte do país, Itaipu (binacional com Paraguai) no sul, Sobradinho e Itaparica no nordeste. E mais adiante, Itá e Machadinho também na região sul. Nessas regiões os atingidos iniciaram com revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência (MAB, 2017a).

Segundo os registros da criação das comissões regionais dos atingidos:

> Esse processo de organização em nível regional conseguiu desencadear lutas, bem como obteve conquistas importantes para os atingidos, como foi o caso dos atingidos pela UHE Itá, quando em 1987, as famílias conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Esse acordo mencionou sobre regras de quem eram os atingidos e também sobre os padrões de casa, terra, assistência técnica para as famílias reassentadas. O acordo é uma referência até hoje para a luta por reassentamentos nas várias regiões onde os atingidos estão organizados. As conquistas foram acontecendo através de muita luta e organização. Houve enfrentamentos entre atingidos e empresas construtoras das obras para que os direitos fossem cumpridos. Mesmo assim, a forma de indenização dos atingidos foi bastante diversa de acordo com as lutas que se conseguiu travar em cada local (MAB, 2011a).

Isso significa que, há tempos, a organização dos atingidos por barragens vem se colocando em pauta na compreensão de que o problema central está no modelo energético empreendido no Brasil. A partir desse entendimento, a ordem passou a ser "Terra Sim, Barragem Não!", pelo acesso à educação, saúde e segurança, em que: "A luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens" (MAB, 2011a, *online*). Nessa seara, visando a defesa da água como bem coletivo, o MAB coloca em pauta a discussão sobre os empreendimentos que vinham se instalando no país e utilizando as águas dos rios brasileiros para a produção de energia elétrica. Dos debates surgidos nos encontros dos movimentos sociais favoráveis à causa emergiu o lema: "Água e energia não são mercadorias!".

Os discursos do MAB na busca por reparação dos direitos dos atingidos visa a aproximação com os atores sociais (as pessoas atingidas), as universidades e os grupos de pesquisa, assim como o debate com o Estado brasileiro. Faz parte das ações discursivas os processos formativos dentro do grupo, como explica Liciane Andrioli, Coordenadora do Coletivo de Educação do MAB:

> Os coletivos de Educação e Comunicação do MAB vem construindo diferentes práticas educativas unitárias, que buscam qualificar a formação política dos militantes do MAB, promovendo-se uma qualificação teórico-prática no campo da compreensão crítica da realidade que envolve o atual modelo de produção energética do país, de modo a buscar desvelar as contradições presentes na sociedade capitalista e que implicam direta e indiretamente na vida de diversos grupos sociais que se identificam como atingidos e ameaçados por barragens. À medida que se aprofunda a compreensão sobre o processo histórico e social decorrente do modelo energético hegemônico adotado pela classe dominante capitalista, os militantes assumem o protagonismo e envolvem-se em diferentes ações junto aos Grupos de Base do MAB, localizados nas diferentes comunidades

> atingidas. A luta dos atingidos por barragens vem se qualificando ao longo de seus mais de 20 anos de trajetória, na medida em que a desigualdade social traduzida na violação de direitos sociais é problematizada e enfrentada coletivamente (ANDRIOLLI, 2013, n.p.).

Outra questão importante prezada pelo MAB se refere à formação, qualificação e educação dos seus membros. Para Alice Akemi Yamasak, também do coletivo de educação:

> A trajetória histórica do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com a contribuição da Educação Popular em Paulo Freire, tem como prática político-pedagógica os processos de formação política dos militantes do MAB. Entende-se que as práticas dos movimentos sociais, e em particular as atividades do MAB, inserem-se no contexto da luta de classes contemporânea. Sendo assim, aos trabalhadores do campo e, em particular, aos militantes do MAB, interessa compreender criticamente a realidade de modo a tornar-se possível a formulação e a disputa por um outro modelo energético, popular e soberano. A trajetória histórica da luta dos atingidos também ocorre em articulação com grupos sociais progressistas que compõem um Estado Ampliado brasileiro, como as universidades. Os esforços coletivamente realizados para promover uma formação humana unitária têm-se apropriado de pressupostos marxistas, ampliando e aprofundando a compreensão crítica da realidade e a consciência sobre os desafios históricos que o contexto contemporâneo traz (MAB, 2017a).

Com viés histórico-dialético-marxista na construção, discussão e defesa do Projeto Energético Popular, o MAB, e demais movimentos sociais, como a Federação Única dos Petroleiros, assim como a Aliança Operária e Camponesa, há tempos vêm trazendo proposituras à concretização desse projeto, mesmo desafiados pelos grandes empreendimentos energéticos do país, problematizando e enfrentando a situação por meio de uma Educação para os Direitos Humanos.

> A **Resolução 49/184 da Assembleia-Geral**, de 23 de dezembro de 1994, ao anunciar a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos, refere: *"[...] a educação para os direitos humanos deve envolver mais do que o fornecimento de informação e deve constituir um processo abrangente e contínuo pelo qual as pessoas em todos os níveis de desenvolvimento e de todos os estratos sociais aprendam a respeitar a dignidade dos demais e os meios e métodos para garantir tal respeito em todas as sociedades"*. (MOREIRA, GOMES, 2012, p. 46)

Para essa abordagem, a educação para os direitos humanos inclui a transmissão de conhecimentos e de valores das normas e mecanismos para a sua proteção, aprender e ensinar o respeito pelos direitos dos educadores e dos alunos e o empoderamento das pessoas.

O MAB, como produtor dos discursos dirigidos a um público — os atingidos por barragens —, reitera suas enunciações a fim de ser o representante desse público perante a sociedade brasileira nas relações de poder que se tensionam no território, sendo que, a “apropriação de uma parte do rio para gerar energia, permite que este território seja transformado e tenha um novo valor por conta da nova função no atendimento às demandas de mercado” (CAVALCANTE, 2012, p. 9).

Nessas descontinuidades das políticas, de ocupação e da nova conformação dos territórios e das territorialidades, e dos espaços comunicativos, como os fenômenos de mediação entre as manifestações comunicativas de dado lugar com determinado povo, também sofrem rupturas. Assim, o MAB e o coletivo de mulheres do MAB se apresentam como possibilidade analítica para entender as novas relações de poder estabelecidas a partir das práticas comunicativas e do modelo político sentenciado no âmbito do território do estado de Rondônia, a partir das construções hidrelétricas que violam os direitos.

As violações de direitos que envolvem esses megaprojetos hidrelétricos são sistematicamente repetidas em cada obra, segundo o relatório da Comissão Especial *Atingidos por Barragens*, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), agravando sobremaneira as desigualdades sociais já existentes, implantando a miséria, a desestruturação social, familiar e individual. Neste relatório, 16 violações são identificadas com frequência: direito à propriedade, direito à educação, direito à saúde, direito à segurança, direito cultural ligado a manifestação do sentimento religioso, direito ao meio ambiente seguro e sadio, direito à informação e participação nos processos decisórios, o direito à liberdade de reunião, associação e expressão pela comunidade, o direito ao trabalho e a um padrão digno de vida, o direito à moradia, o direito à plena reparação das perdas e ao acesso à justiça.

Ademais, não há uma forte política nacional de acompanhamento desses empreendimentos de forma regulatória, aumentando a dívida social do Estado brasileiro para com essas pessoas. A título de nota: quem faz a declaração se uma barragem pertence ou não à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) são os próprios donos das barragens à Agência Nacional de Águas (ANA). Vale ainda destacar que, com mais de 17 mil barragens, com apenas 32 órgãos fiscalizatórios, fica impossível acompanhar de perto a situação, o que faz com que os empreendimentos sejam autogeridos pelas empresas construtoras que estão preocupadas com o lucro e não com a vida das pessoas.

Desse modo:

> Todo o dinheiro investido sai dos cofres públicos (do povo) para que o capital internacional seja dono das barragens com o mínimo de investimentos e, ao mesmo tempo, promove a venda de seus próprios produtos, [...]. Já as populações locais são obrigadas a sair, abandonando seus lares, muitas vezes, sem compreender o significado de tal mudança, sentindo-se ainda, como entrave ao "progresso" (CAVALCANTE, 2012, p. 45).

Para romper com essa lógica, os movimentos sociais constituem a resistência contra a internacionalização dos bens naturais e do capital que só visa o lucro em detrimento das pessoas. O MAB, como um movimento social de luta coletiva, é uma frente de oposição à construção de barragens e das construtoras que afetam a vida das pessoas. Sua identidade está baseada em defender os direitos das pessoas atingidas, buscando integrá-las nos processos decisórios quando já não é mais possível impedir o empreendimento; e, em sua totalidade, compreende que o modelo energético brasileiro não é sustentável em termos ecológicos e sociais. Como não é possível desvincular o movimento do espaço vivido, pensar o MAB é também pensar em um macro inserido em muitos micro-lugares, travando lutas coletivas que abrangem diversas particularidades territoriais e sociais, assim como de gênero.

4.1 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Os investimentos na área energética na Amazônia tiveram início na década de 1970 e, atualmente, constitui um foco principal das políticas públicas e privadas de financiamento nesta região. É na Amazônia que estão concentradas as usinas de grande porte do país, um dado preocupante considerando as características ambientais amazônicas e os problemas que são causados pelas grandes barragens.

O MAB, em 2007, já estimava que no Brasil mais de um milhão de pessoas tiveram que ser deslocadas por conta de hidrelétricas. Um número que não chega perto da real dimensão do problema, visto que muitas comunidades se recusam a se deslocar, tendo que conviver com as situações e problemas decorrentes da construção dos lagos artificiais, da alteração do curso da água, da qualidade da terra e das plantações, assim como com os problemas sociais causados pela perda de empregos e da geração de renda familiar, desmantelamento dos laços afetivos, entre

outros. Somente uma década depois, por meio da pressão popular, é que a administração pública começou a formular políticas de mitigação ambiental e social:

> Os problemas ambientais ocasionados pelas grandes hidrelétricas na Amazônia e em outras regiões fortaleceram os debates das organizações sociais e não governamentais acerca das obras financiadas pelo Banco Mundial. As pressões foram materializadas na década de 80, cuja expressão maior foi a Lei n. 6.938/81, que institui a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o qual tem como contribuição estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades poluidoras (CAVALCANTE, 2012, p. 47).

A hidrelétrica de Tucuruí (localizado no estado de Tocantins), colocada em funcionamento em 1984, até então a maior construída na Amazônia, foi instalada para atender as empresas de exploração de alumínio. Foi seguida pela Usina de Balbina (localizado no estado do Amazonas), de 1989, considerada uma catástrofe na comparação entre seu potencial gerador de energia e a área alagada. Concomitante, outras usinas foram sendo implantadas na região, como a de Samuel, localizado no estado de Rondônia, igualmente em funcionamento em 1989.

Mas foi em 1982 que o Movimento dos Atingidos por Barragens iniciou a sua atuação no estado de Rondônia com o nome *MABRO*, na época em que se deu a construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, na região de Candeias do Jamari e Itapuã d'Oeste, e também atuando como movimento antibarragens dos projetos previstos para o Rio Machado. O início do movimento no estado se deu com a formação dos grupos de base, que reúnem as famílias de determinado bairro ou comunidade de forma organizada:

> [...] na época, foram criadas comissões locais de atingidos por barragem, especialmente nas "linhas" onde as comunidades eclesiais de base, ligadas à Diocese de Ji-Paraná, coordenada por Dom Antônio Possamai, atuavam. As comissões locais se articulavam em comissões municipais, que por sua vez, se reuniam na Comissão Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia. Esta Comissão participou do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia, em 1989, do I Encontro dos Atingidos pelas Barragens da Amazônia, realizado em Altamira, em 1990 e do I Encontro dos Atingidos por Barragens, realizado em Brasília, em 1991. No mesmo ano, o movimento de ameaçados pelo projeto da Usina Ji-Paraná e o movimento de atingidos pela Usina Samuel criaram o Movimento dos Atingidos por Barragem em Rondônia, o MABRO, embrião do MAB-Rondônia (MAB-RO). Além do objetivo imediato de impedir a construção da Usina Ji-Paraná e de reivindicar soluções para os problemas causados pela Usina Samuel, o MABRO tinha como proposta apontar alternativas energéticas (NÓBREGA, 2008, p. 68).

O MABRO, projeto embrionário, propunha como alternativa para geração de energia na região, as hidrelétricas de pequeno porte. Doravante, o Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia (MAB-RO) hoje é contra os empreendimentos hidrelétricos, pois já se sabe que ser de pequeno porte não significa que o impacto ambiental e social será menor.

> A experiência recente de barragens de pequeno porte instaladas em Rondônia confirma a avaliação de Ortiz e coloca em questão a falsa idéia de que por serem menores, estas barragens não causem prejuízos e de que são, em todos os casos, uma alternativa viável para a geração de energia. Ainda que, em tamanho e potência, muitas delas não se comparem às grandes barragens, estas hidrelétricas têm sido motivo de conflito entre empreendedores e populações ameaçadas ou atingidas e causadoras de graves prejuízos sociais e ambientais (NÓBREGA, 2008, p. 63).

Como havia certo furor alardeado pelos políticos locais e nacionais sobre as potencialidades da região, vários programas energéticos foram debatidos para instauração, os maiores deles faziam referência ao aproveitamento hidroenergético, mas não só:

> A substituição de hidrelétricas por termelétricas na Amazônia fez parte da campanha de Fernando Collor à presidência da República, que em visita à Porto Velho em 1989 reforçou a proposta do Gasoduto. A atuação do secretário de Meio Ambiente do governo Collor, o ambientalista José Lutzenberger, que se declarou totalmente contrário à construção de hidrelétricas (Jornal do Brasil, 15/4/91), provavelmente colaborou para a decisão de suspender os projetos hidrelétricos previstos (NÓBREGA, 2008, p. 75).

Um dos fatores que influenciaram a desistência dos primeiros projetos hidrelétricos foram as legislações que surgiram com a Constituição de 1988, e a Resolução nº 1/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que institucionalizou a exigência dos Estudos Prévios de Impacto Ambiental para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de degradação. Além do que:

> Os investimentos em redes de infraestrutura na Amazônia não constituem uma novidade e não se restringem à implantação de hidrelétricas. Há um constante esforço do Governo Federal em articular a região à economia nacional por meio de obras de transportes, energia e projetos de colonização, atraindo capitais nacionais e internacionais de setores produtivos diversos, contribuindo para a tecnificação do território. O resultado dos arranjos produzidos com esses objetivos acentua as desigualdades territoriais pelos novos padrões de ordenamento. Em Rondônia, as transformações advindas

> por esses projetos de infraestrutura tiveram consequências desastrosas aos aspectos ambientais e sociais (CAVALCANTE, 2012, p. 49).

Mas foi a partir de 2006, com a instalação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, que compreende as usinas de Santo Antônio e Jirau, que o movimento ganhou força nos cinco municípios mais afetados da forma como se conhece hoje: Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã d'Oeste, Alto Paraíso e Guajará-Mirim.

As duas usinas, Santo Antônio e Jirau, que formam o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, já estão em pleno funcionamento e gerando energia. Os consórcios construtores são formados por grandes conglomerados transnacionais com fundos de investimento financeiro internacional e empresas que ficaram amplamente conhecidas nos últimos anos por escândalos de corrupção. O consórcio Santo Antônio Energia, por exemplo, é um consórcio formado pelo Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (composto pelos bancos Santander, Banif e pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e pelas empresas Furnas, Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez. Já a usina Jirau foi construída pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil composto pela GDF-Suez, Camargo Corrêa, Chesf e Eletrosul.

As duas usinas inundaram uma área de mais de 500 km² atingindo 20 mil pessoas, estima o MAB (2014a), para gerar 6.450 MW de energia. Já em seu período de construção, as mudanças ocorridas no território afetaram sobremaneira as comunidades, que viram avançar ao seu redor redes de prostituição, de tráfico de drogas, violência e insalubridade, tanto pelos problemas ambientais, quanto pelo contingente humano que veio para o estado. "No auge da construção, em fevereiro de 2011, as duas obras chegaram a empregar aproximadamente 40 mil trabalhadores, multiplicando também o número de bordéis" (MAB, 2014a, p. 12). Jaci-Paraná, o local mais afetado, viu seu número de habitantes quadruplicarem, em um distrito em que não há infraestrutura para suportar tanta gente.

A falta de critérios para a indenização das populações atingidas é parte da política dos consórcios construtores que, vêem nessas famílias, números a serem superados. Os desmandos para com a situação das mulheres sempre estiveram presentes, como conta uma das atingidas:

> Antes de iniciar a Licenciatura em Educação do Campo passei por uma depressão, causada pelo impacto da construção da hidrelétrica de Santo Antônio, pois tive que sair da comunidade que morava antes com minha

> família. A notícia da construção da Barragem me causou medo e pânico e as negociações por direitos teve muita truculência da empresa. As tratativas de negociações eram definidas pela empresa e o tratamento era desigual esse processo de negação do meu direito que fez com que eu começasse a me interessar por outras coisas para superar a doença (GUSTAVO, 2019, p. 5).

Depois das tratativas truculentas, as pessoas atingidas tiveram ainda que lidar com novos problemas, pois, os locais para onde as pessoas assentadas foram encaminhadas já apresentavam inúmeras deficiências. “Se antes as famílias podiam sobreviver em suas áreas de terras, agora receberam pequenos lotes que variam de 400 m² a 10 hectares de terras, longe dos rios e com condições precárias” (MAB, 2014a, p. 12). Alguns tiveram que esperar meses morando em hotéis que viraram espécies de cortiços, até receberem as novas residências nas terras prometidas. Ao receberem as terras, muitas delas eram improdutivas, sem acesso a água, com casas construídas em formatos inadequados para a realidade amazônica e daquelas populações acostumadas com a beira do rio, tanto é que:

> [...] um recente estudo do próprio consórcio construtor sobre a população atingida pela UHE Santo Antônio mostra que as condições de vida pioraram: 74% dos atingidos constataram que a situação em relação ao trabalho e renda piorou. Com relação à pesca, o mesmo levantamento constatou que para 88% dos atingidos, a situação piorou (MAB, 2014a, p. 12).

A implantação dos grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia desconsidera as características do meio natural para garantir o investimento voltado ao desenvolvimento econômico, justificando para isso que a região é um vazio demográfico. Esse mito, junto com a conivência do governo militar para com a exploração dos recursos por corporações estrangeiras e grandes proprietários, cedeu as melhores terras para a expansão desses empreendimentos. Nessa direção, aponta Aparecida Luzia Alzira Zuin:

> As múltiplas intervenções — nunca sobrestadas — sobre a Amazônia produziram uma distopia: um não-lugar, para as comunidades e endogeneidades socioculturais com características de opressão político-econômica e de privações dos direitos, persistindo-se a iniquidade do movimento colonial. A proposta da modernização e do desenvolvimento, a despeito da desconstrução pós-colonial, nunca alcançou mais que planos políticos-governamentais, que serviram para a manutenção de suas próprias burocracias ou para reconstituir elites (ZUIN, 2018, p. 89).

Os direitos fundamentais, como prevê a CF/88 com base na DUDH, tais quais no art. 6º dos direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer,

previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, a partir dessas escolhas de políticas públicas, não são efetivados e servem apenas para manter privilégios de elites em uma dominação da colonialidade ainda estabelecida atualmente. Colonialidade, como processo de redução das pessoas, desumanizando-as de forma a permitir que não sejam nem classificadas como seres humanos (LUGONES, 2014).

4.2 MAB MULHERES: COLETIVO FEMINISTA

As mulheres atingidas por barragens, comumente conhecidas como Mulheres do MAB, são trabalhadoras do campo e da cidade, presentes em dezesseis estados brasileiros e quatro países da América Latina: Brasil, Chile, Paraguai e México; que lutam em defesa dos direitos e pela construção de um projeto energético popular.

O coletivo, assim como o movimento do qual faz parte, tem como objetivo denunciar os impactos sociais e ambientais ocasionados pelo modelo energético implantando na América Latina e, principalmente no momento atual, na Amazônia, com um olhar voltado à condição de gênero. As mulheres lutam pelos direitos que foram perdidos com a construção das hidrelétricas, assim como pela necessidade de rever o modelo energético a partir das propostas da organização da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE) e demais países onde o MAB atua.

No entanto, o coletivo se volta, sobretudo, à denúncia das violações que influenciam a vida das mulheres, porque além da falta do reconhecimento do trabalho feminino nas comunidades afetadas, os problemas de acesso à terra, antes e depois das construções das barragens, há a violência física, verbal e estrutural cometidas contra elas de forma autoritária e truculenta da parte estatal e privada dos empreendimentos.

Um dos documentos produzidos pelas mulheres do MAB, a “Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB”, de 07 de abril de 2011, denuncia as violações sofridas:

> Não há o reconhecimento do trabalho doméstico e do campo;
> Pela perda do trabalho e da renda;
> Pela ausência das mulheres nos espaços deliberativos;
> Pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano;

> A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres;
> Ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas;
> Perda dos vínculos com a comunidade;
> Perda e quebra dos laços familiares;
> Agravamento da violência sexual e da prostituição (MAB, 2011b, *online*).

Ao exigirem o reconhecimento da situação feminina, elas performam discursivamente como modo de instaurar uma enunciação simbólica no espaço em que querem ser vistas e valorizadas, pelo reconhecimento e exigência em poder participar dos processos políticos e decisórios, ressignificando o espaço vivido — Rondônia — adquirindo a competência para poder-fazer e desconstruir os discursos de opressão do modelo patriarcal, machista e segregador que as cercam. Elas dizem:

> Outro reflexo da opressão é a ausência das mulheres nos espaços deliberativos. A voz sufocada das mulheres no espaço público (ou político) é uma consequência de sua circunscrição à esfera privada. Os homens, seus maridos, irmãos e pais, oferecem resistência à sua participação nas reuniões sobre a implantação da barragem, pois não reconhecem na opinião delas força política (MAB, 2013, *online*).

Logo, por essa performance elas resistem e querem se tornar presentes como enunciadoras protagonistas, acompanhando o movimento do qual fazem parte com suas multiplicidades de sentidos. Suas narrativas, *no* movimento e *em* movimento, têm o objetivo de atingir essa visibilidade pelas arpilleras, pelas cartas abertas, pela organização coletiva, pelo empoderamento da mulher campesina e pelas denúncias midiáticas. Tudo isso faz parte da discursividade do coletivo de mulheres do MAB em sua construção de empoderamento.

4.2.1 Bordando a resistência: as arpilleras

Era 1973 quando os militares chilenos tomaram o poder no Chile. O regime militar de August Pinochet instaurava a repressão, o medo e a violência no tecido social do Chile, em uma das ditaduras mais amargas vividas na América Latina. Vozes são silenciadas, representações deturpadas e símbolos desintegrados, fazendo com que a memória comunitária que serviria de enlace para as vítimas da história tivesse que ser ressignificada. Dentro dessa ressignificação disruptiva das produções artísticas é que as mulheres também puderam dar voz às suas angústias e necessidades, sempre lembrando que:

> Bem sabemos que não basta com que uma obra de arte seja assinada por uma mulher para garantir que essa obra produza significados culturais diferentes e alternativos aos pré-determinados pelos marcos de significação dominantes. A condição "mulher" é dado socio-biográfico a partir do qual se constrói a obra, mas a arte deve ser capaz de transformar esse dado em uma posição de discurso, em uma manobra de enunciação, para ativar a desestruturação crítica das ideologias de poder que configuram a trama cultural (RICHARD, 2008, p. 343. Tradução nossa[6]).

A arpillera é uma antiga técnica de bordado em juta — tipo de tecido que, em espanhol, é chamado de *arpillera* — que transforma a arte em política. O próprio material é por si mesmo um discurso. A juta, ou “fibra de ouro”, é uma fibra têxtil vegetal, produzida principalmente por populações ribeirinhas na Amazônia. Seu plantio começa nos períodos de vazante dos rios Solimões e Amazonas, momento em que a terra se encontra fértil pelo depósito de sedimentos das águas do período de cheias, além de ser um tecido:

> [...] 100% biodegradável e reciclável e, portanto, eco-friendly. Um hectare de plantas de juta diminui cerca de 15 toneladas de dióxido de carbono e libera 11 toneladas de oxigênio. Cultivando juta em rotação de culturas enriquece a fertilidade do solo para a próxima safra. Além do que, a juta também não gera gases tóxicos quando queimada (IDEIA SUSTENTÁVEL NO BRASIL, 2014, n.p.).

No auge da produção de juta, dados do pesquisador Adenor da Silva Pereira[7] apontam que 60 mil famílias vivem da extração das fibras da juta na Amazônia. Para o pesquisador, a produção brasileira, que quase se igualou à liderança indiana, pode ser uma solução econômica e sustentável: “Em tempos de crise econômica mundial, políticas públicas voltadas para a substituição das importações são estratégias de controle de saída de capital, além da geração de emprego e renda no campo e também nas cidades” (LIMA, 2016, *online*).

Na técnica de arpilleria utiliza-se o bordado com linhas coloridas, lã, retalhos e bonecos com preenchimento em alto relevo para dar vida às costuras. O trabalho

---

[6]Do original: “Bien sabemos que no basta con que una obra de arte sea firmada por una mujer, para garantizar que dicha obra produzca significados culturales diferentes y alternativos a los predeterminados por los marcos de significación dominantes. La condición “mujer” es el dato de experiencia socio-biográfico a partir del cual se construye la obra, pero el arte debe ser capaz de transformar ese dato en una posición de discurso, en una maniobra de enunciación, para activar una desestructuración crítica de los ideologemas del poder que configuran la trama de la cultura”.

[7]O pesquisador Adenor Pereira é autor do livro *Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva – Brasil e Índia)*.

dessas mulheres arpilleristas cria poéticas por meio dessa linguagem discursiva. Elas recorreram aos signos bordados como recurso tático em uma enunciação que ultrapassa fronteiras de identidade, de crises de pertencimento e de representação originárias de uma exclusão social e destituição simbólica das pessoas que são condenadas pelo sistema dominante.

Com a liberdade cerceada, a perda de seus direitos civis e muitas vezes de seus esposos, companheiros/as e filhos/as para a violenta ditadura chilena, as mulheres encontraram nas oficinas de bordado não só uma forma de ocupação, mas também uma maneira de gritar para o mundo o que acontecia em seu país. As primeiras oficinas de arpilleria foram organizadas por uma instituição da igreja católica chilena que denunciava a violência da ditadura e financiava apoio médico e legal, além de oportunizar trabalho e refúgio para os necessitados:

> [...] nesse momento nasce uma estratégia alternativa que, além de impulsionar o enfrentamento à ditadura militar com suas denúncias e histórias bordadas, promovia o repensar acerca dos direitos humanos e da posição das mulheres como agentes políticas. As *arpilleras* surgiram como a voz de uma sociedade calada de forma autoritária (FERNANDES; ESMERALDO, 2020, p. 2).

As arpilleristas usavam todo o tipo de técnica têxtil para dar voz a seus bordados de resistência: a juta, os retalhos, pedaços de roupas de seus entes desaparecidos e até o próprio cabelo, dando forma ao espaço vivido e denunciando as violências sofridas. Os bordados, além de trazerem renda com a venda realizada para entidades filantrópicas e Organizações Não-Governamentais (ONGs), criava um ambiente propício ao debate e à união dessas mulheres que discutiam sobre suas condições, sobre a política vigente e sobre formas de transformar essa realidade. O sentimento de união criado pelas bordadeiras fez renascer outras organizações populares no Chile, fazendo com que fossem consideradas subversivas e, portanto, contra o regime. Para continuarem em sua resistência, as mulheres escondiam as arpilleras debaixo das saias até os locais secretos onde passaram a acontecer os encontros. As tapeçarias da difamação, como eram chamadas pelo regime militar, ganharam o mundo não só como forma de arte, mas como forma de resistência simbólica aos desmandos patriarcais (FERNANDES; ESMERALDO, 2020).

Em 2011, o Movimento dos Atingidos por Barragens tece a primeira oficina de arpilleras para as mulheres do movimento como uma metodologia participativa de

formação política feminista. Vai servir como um instrumento para que as atingidas retratem os processos de violações de direitos sofridos com as construções de grandes obras no Brasil, e também como incentivos ao debate pela igualdade de gênero e o protagonismo feminino dentro do movimento. As oficinas de arpilleria ocorrem dentro dos Encontros de Mulheres do MAB e passam por cinco passos antes de serem confeccionados os bordados:

> 1. Apresentar contexto-histórico das *arpilleras* chilenas;
> 2. Dialogar coletivamente sobre as violações de direitos nos territórios das mulheres;
> 3. Sintetizar os principais pontos a serem bordados - pode-se realizar um desenho para ser o referencial/planejamento da *arpillera*.
> 4. Seleção dos tecidos e divisão coletiva dos bordados;
> 5. Bolso secreto no verso da *arpillera* para a documentação: carta escrita pelas atingidas que bordaram, contando o que estão expressando na *arpillera*, quem são as *arpilleristas*, o local e a data da confecção (FERNANDES; ESMERALDO, 2020, p. 6).

As oficinas de arpilleras visam a formação política, a reflexão sobre os problemas causados pelas violações de direitos, a documentação dessas violações e a denúncia. Objetivos estes que sem dúvida são alcançados quando se olha para uma arpillera. Os elementos que se entrecruzam no bordado podem parecer, à primeira vista, uma grande colcha de retalhos, entretanto, no momento em que se observa atentamente, os recortes começam a se juntar e as cores vão transbordando significações, cada elemento representado é notoriamente uma parte de uma vivência, tornam-se um geosímbolo.

Nas palavras de uma arpillerista:

> Quando nos reunimos no grupo de mulheres, sentimos uma sensação de companheirismo, força, entusiasmo, incentivo, capacidade de poder socializar com as companheiras um pouco de conhecimento, sempre levamos coragem, alegria, e esses sentimentos são recíprocos, sentimos isso nas conversas, encontros e oficinas, principalmente no momento da confecção das arpilleras (GUSTAVO, 2019, p. 8).

Manuela Gustavo[8] é ativista, agricultora e arpillerista do MAB-RO; foi coordenadora do coletivo de *Mulheres do MAB-RO* e fez sua primeira formação na

[8]Autodescrição feita pela Manuela em seu Trabalho de Conclusão de Curso: “Eu me chamo Manuela Nunes Gustavo, brasileira, divorciada, acadêmica do curso de Licenciatura em Educação no Campo, mãe, militante e agricultora atingida pelas barragens do Consórcio de Santo Antônio Energia (SAE) em Porto Velho/RO no ano de 2008. Sou filha de camponeses, sitiantes, pescadores, seringueiros,

técnica durante o *Encontro Nacional,* de 2013. O pequeno trecho retirado acima é de seu Trabalho de Conclusão de Curso em Educação no Campo pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Este trabalho traz ao longo do texto cinco arpilleras produzidas, tanto pelo coletivo de mulheres do MAB-RO, quanto pelo coletivo nacional, por entender que as lutas do movimento, assim como os bordados, são costuradas por uma luta de empoderamento comunitário apesar de apresentar características particulares em cada território; as reificações que se apresentam nas imagens também importam para a compreensão analística. Cada uma das arpilleras representa um tema dentro das seis propostas de discussão das oficinas de arpilleria:

1) mundo do trabalho, dialogando com a divisão sexual do trabalho;
2) participação política;
3) relação com as construtoras das barragens;
4) violência contra as mulheres;
5) acesso à energia;
6) convivência familiar e comunitária.

Como o sexto item já aparece como elemento simbólico em todas as arpilleras escolhidas, preferiu-se manter a escolha de cinco bordados.

4.3 AS ATINGIDAS: EFEITOS SOBRE SEUS CORPOS

As mulheres do MAB-RO têm se organizado para participarem politicamente das deliberações do movimento por meio de mecanismos e instrumentos de empoderamento, haja vista o modelo econômico ameaçar tanto os recursos naturais quanto os direitos das mulheres em decorrência do modelo injusto e opressor do patriarcado. Elas são resistência no sentido de que:

> A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ← → resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (LUGONES, 2014, p. 940).

---

agricultores com muito orgulho do meu pai e minha mãe, que criaram seis filhas e dois filhos com a renda familiar só do que plantavam, pescavam e caçavam" (GUSTAVO, 2019, p. 4).

Na subjetividade dos discursos que legitimam, dão voz, sentido e visibilidade às demandas, encontram-se os agenciamentos simbólicos dessa resistência política descolonial. É uma política voltada para dentro rumo à libertação que “mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder” (LUGONES, 2014, p. 941).

Em vários aspectos essa tem sido uma ação eficaz, já que o “conceito de atingido pelas empresas tem sido o territorial-patrimonialista” (MAB, 2011c, p. 18), ou seja, apenas aqueles que são proprietários/as das terras, casas e comércios é que serão afetados/as e entrarão para as estatísticas de compensação das construções de barragens.

Como é sabido, em decorrência de uma visão patriarcal, durante séculos as mulheres não tiveram acesso à titulação da terra, o que reflete até hoje no número de mulheres com títulos de posse. Segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), apenas 1% das propriedades do mundo estão nas mãos de mulheres. No Brasil, apenas 20% das mulheres do campo possuem o título da terra em que vivem e produzem, mesmo que representem 45% da responsabilidade da produção de alimentos. Como é de praxe, além do serviço na roça, elas fazem o trabalho de casa, somando 12 horas semanais a mais de trabalho do que os homens desenvolvem. O interessante é que 90% dos ganhos dessas mulheres é reinvestido na educação e no bem-estar da família (ONU, 2018). A terra, então, é a base material para a subsistência dessas mulheres, que se transforma na fonte “da segurança alimentar de milhões no planeta” (FEDERICI, 2020, p. 279).

> A “vila” — metáfora para denominar a agricultura de subsistência em uma configuração comunitária — também tem sido um lugar crucial na luta das mulheres, fornecendo a base a partir da qual reivindicam a riqueza que o Estado e o capital retiravam delas. Essa luta assumiu muitas formas, sendo dirigida tanto contra os homens quanto contra os governos, mas foram sempre fortalecidas pelo fato de as mulheres terem acesso direto à terra e, dessa forma sustentarem a si e seus filhos (FEDERICI, 2020, p. 289).

Mesmo que seja um equilíbrio frágil, ainda assim, essas mulheres são possuidoras de certa autonomia; quando empreendimentos como uma barragem hidrelétrica, mineradora, etc. alteram essa dinâmica é que os problemas maiores começam a aparecer:

> Esse processo seria responsável, ao mesmo tempo, pela destruição ambiental e pela marginalização das mulheres. As mulheres teriam sido marginalizadas de duas formas: pela destruição das suas condições de sobrevivência (pela extinção das fontes de alimentação, de água, da biodiversidade) e ao mesmo tempo, pelo desprezo ao conhecimento que elas tinham sobre o ambiente natural, perdendo status junto às comunidades, material e simbolicamente. A quebra das relações tradicionais teria feito com que elas perdessem acesso à terra para as culturas alimentares, aos bosques, à água, e passassem a ter menor renda, menos emprego, e menos acesso ao poder; e a sua exclusão da agricultura, teria feito com que também se perdessem os seus conhecimentos, ecológicos e plurais, pois elas eram ao mesmo tempo agricultoras, silvicultoras, administradoras de recursos hídricos, entre outras funções. Seu trabalho era baseado na estabilidade e na sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, no trato de plantas que não tinham retorno comercial imediato, buscando-se o sustento de todos (a alimentação, em particular) sem que houvesse necessidade de excedentes (vistos em algumas culturas como um “roubo” à natureza, uma vez que eram recursos que não necessitavam ser usados) (SILIPRANDI, 2009, p. 94).

Despossuídas de suas bases de sustento, de suas redes de apoio, as mulheres se encontram no lugar da incerteza, da impossibilidade de planejar o futuro e de prover aos filhos e filhas melhores condições de vida. Isso se reflete em como ela se posiciona no mundo e em como é vista e tratada pelos empreendimentos:

> Infelizmente esse tipo de consórcio, chega nos estados e faz com que a gente acredite que tudo vai mudar, que vai ser bom, diferente, esplêndido e extraordinário, de uma dimensão que o ser humano que vive ali, fica esperando uma vida melhor ao longo dos anos. No início nós moradores do local, ficamos pensativos, indecisos e confusos (as) sem saber o que fazer, e após as conversas, os responsáveis pela hidrelétrica acabam nos convencendo. Nós que somos pequenos agricultores, sitiantes, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, meeiros e arrendatários (as), sabemos sobre os benefícios e a necessidade nacional por energia elétrica, porém somos diretamente atingidos pela construção e sofremos na pele, os malefícios ocasionados pelas usinas de energia e após as articulações do consórcio, acabam nos deixando sem opções, se ficarmos no local seremos alagados (as), então nos resta aceitar a proposta do consórcio. Esses grandes empreendimentos já trazem esquemas prontos, para que não possamos interferir. Com a mudança do local, de acordo com minha observação, a empresa tratava as famílias com desprezo e empecilhos para a concretização das obras, tratando em dividir a comunidade criando desavença com os vizinhos (as). Usavam a técnica de dividir o processo de negociação para não ser coletivo facilitando o aceite das famílias. Também há negação das informações completas (Onde o lago ia chegar, Margens da Área de preservação permanente e quantidade de atingidos) (GUSTAVO, 2019, p. 6).

Tenta-se moldar o sujeito pelo sentimento de medo que, segundo Norbert Elias (1993), leva ao sentimento da vergonha e vice-versa, o que significa, de acordo com o autor, que o sujeito modelado pela vergonha tem medo, não se expõe e não aparenta a coragem necessária para enfrentar os problemas do mundo vivido, torna-se tímido. Eis os motivos pelos quais é de praxe, nos dizeres de Elias, que os aspectos

específicos de mudança estrutural da sociedade civilizatória consistem na peculiar tentativa de modelação do outro na relação de dominador-dominado:

> Os medos interiores crescem na mesma medida que diminuem os exteriores – os medos de um setor da personalidade no lugar dos de outros. Como resultado dessas tensões internas, as pessoas começaram a sentir experiências umas das outras que haviam sido veladas enquanto enfrentavam constantemente sérias e inescapáveis ameaças de origem externa (ELIAS, 1993, p. 66).

Entre outros aspectos: às concepções do social como composto por grandes redes sociais e à economia emocional, que envolve as relações complexas entre indivíduos interdependentes, segundo Elias (1993). Estas noções encontraram uso e aplicação nas sociedades ocidentais contemporâneas, nas quais a presença da ação individual não pode ser negligenciada, ao mesmo tempo em que a ênfase focada primordialmente no papel da estrutura social sobre o indivíduo, até então em vigor, decai e começa a ser criticada.

O sentimento de medo começa a tolher as relações sociais das comunidades afetadas, como as próprias mulheres do MAB-RO relatam:

> Vi esses acontecimentos aflorar onde só havia relatos de outros atingidos (as) da usina de Samuel, famílias se afastando e se desfazendo, principalmente o esposo, que com pouco dinheiro já não é a mesma pessoa, e quando tem algum dinheiro, está vindo para casa com amigos de cachaça e depois some. Enquanto isso a mulher está tentando cuidar dos (as) filhos (as) ou do que resta, nesse momento a mulher tem que se manter forte, equilibrada, meiga, resistente, tranquila, inabalável, sendo uma guerreira, o alicerce, o pilar da família, isso acontece nas famílias que são atingidas por barragens. A mulher é a que mais sofre com essa situação, e chega um ponto que ela não resiste mais, está muito abalada, seus filhos já constituíram famílias, em alguns casos sem o companheiro e dinheiro, assim a situação fica afetada em todos os níveis, sendo a pior fase da sua vida. Com tudo o que passou, era o momento em que deveríamos ter o acompanhamento das empresas, a ajuda tinha que ser nesse momento crítico, falta esse momento de ajuda, por não termos esse apoio, adoecemos, vem as preocupações, as perguntas sem respostas, o desânimo, tristeza, depressão, remédios, falta de um atendimento específico para os atingidos (as) por barragem, falta de políticas públicas nesse sentido (GUSTAVO, 2019, p. 6).

Os consórcios construtores, levando a cabo seus projetos hidrelétricos, levam o sentimento de medo pela destruição da memória e dos geosímbolos que constituem seus espaços a grupos nos quais existiam outras preocupações cotidianas. O medo que desterritorializa, cobre de escuridão o território que inadvertidamente vai produzir

luz. Mas para que a energia produzida lance uma nova luz sobre esse território, o MAB propõe outro modelo energético.

Segundo Antônio Moraes, da Federação Única dos Petroleiros, o que está sendo proposto no Projeto Energético Popular é uma desconstrução do modelo energético instituído no Brasil. Dentre as causas manifestas no discurso encontra-se o combate à mercantilização do corpo e da vida das mulheres atingidas nos canteiros das obras de construção das barragens:

> Entre os nossos principais desafios estão a democratização do modelo energético brasileiro, com protagonismo e controle popular, a redução dos preços das contas de luz, **o combate à mercantilização do corpo e da vida das mulheres atingidas nos canteiros de obras**, a convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, o combate à precarização do trabalho e à perda de direitos dos trabalhadores do setor elétrico, fortalecendo a luta contra a regulamentação da terceirização (MAB, 2014b, *online*. Grifo nosso).

Manuela sentiu sobre o seu corpo e de suas companheiras a força implicada nas ações em favor do capital. No caso de Jaci-Paraná, por exemplo, comunidade afetada pela Usina de Jirau, a Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) registrou, entre os anos 2007 e 2010 (início da construção da hidrelétrica), o aumento significativo nos índices de violência: 44% de aumento no número de homicídios dolosos, um aumento de 18% na quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual e um crescimento de 208% no número de estupros, sendo que a maior parte contra o sexo feminino (MAB, 2011c). Não por menos Manuela descreve o sentimento único pelo qual uma mulher atingida passa:

> Uma mulher atingida passa por vários processos, é um sentimento diferente, que faz com que se transforme em outra pessoa, e pode passar o tempo que for não volta a ser como era antes. Nesse caso, passei por esse processo e observei que as mulheres que convivi na comunidade passaram pelo mesmo processo depressivo e doloroso. Não viver sua vida, sobreviver em outra forma de vida, um dia após o outro, levando consigo boas lembranças, no tempo que brincava, sorria, sonhava, fazia planos para o futuro, tinha em si sua alegria, resplandecia vida. Quando a gente tem aquela vontade de viver, tudo se torna mais agradável, e relembrando aquele lugar de onde saímos, só vem lembranças de um lugar que já foi bom, agradável e inesquecível (GUSTAVO, 2019, p. 7).

Além da população local que sofre com os impactos e as mudanças trazidas pelas barragens, o contingente de pessoas que migram para a construção traz junto

com ele vários problemas por conta da falta de infraestrutura e fiscalização nas obras. Longe de suas famílias, cumprindo cargas de trabalho pesadas, os barrageiros, como são chamados os que trabalham na barragem, majoritariamente homens, tinham como válvula de escape desse cenário os bares, boates e casas de prostituição, estas se multiplicaram em um curto período de tempo, mais um caso que pode ser ilustrado pelo impacto causado por Jirau:

> De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Construção Civil de Rondônia (STICCERO), durante a fase de maior intensificação das obras os operários eram bonificados com um “cartão fidelidade”, que funcionada como um cartão de débito em que se creditava mensalmente valores de até R$ 600,00, fora da folha de pagamento, “para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família”. Segundo a denúncia desse sindicato, o cartão foi largamente aceito pelo comércio local, “inclusive em clubes vinculados a prostituição” (DhESCA, 2011, p. 17). Isso indica que prostituição era vista pelo consórcio construtor como um “mal necessário” prestando-se para aplacar a libido dos homens, diminuir os conflitos e tensões dos operários e, especialmente, conseguir a adesão à carga horária de trabalho intenso objetivando cumprir prazos e metas previstas nos contratos das construtoras (ARAÚJO, 2017, p. 96-97).

Nesse contexto desafiador, as mulheres que já sofriam com a perda da terra, de seus pequenos comércios, da roça de subsistência e do companheiro/a, não encontravam alternativa de sustento fora da prostituição. Na Imagem 1 a seguir, uma das arpilleras denuncia essas condições.

Imagem 1 – Trabalho sustentável x Prostituição

Fonte: MAB (2020)[9]

A arte é dividida em duas partes pelo rio barrado, representando o ciclo da vida deste lugar sendo interrompido e transformado; o barco utilizado para pesca está abandonado, já que o sustento que era tirado dali pereceu junto com a barragem. Esse divisor também serve para ilustrar os dois campos sígnicos, o esquerdo e o direito, que trazem elementos e significados diferentes do mundo vivido por essas mulheres. No lado superior direito, vê-se diversas bonequinhas de pano, algumas explicitamente femininas (pelos atributos como cabelos longos, o bebê no colo, roupas curtas), todas elas racializadas pela tonalidade do tecido escolhido. A figura masculina, mais próxima do rio, está vestida com o uniforme das construtoras e segurando notas de dinheiro em direção às mulheres. As várias casas de prostituição

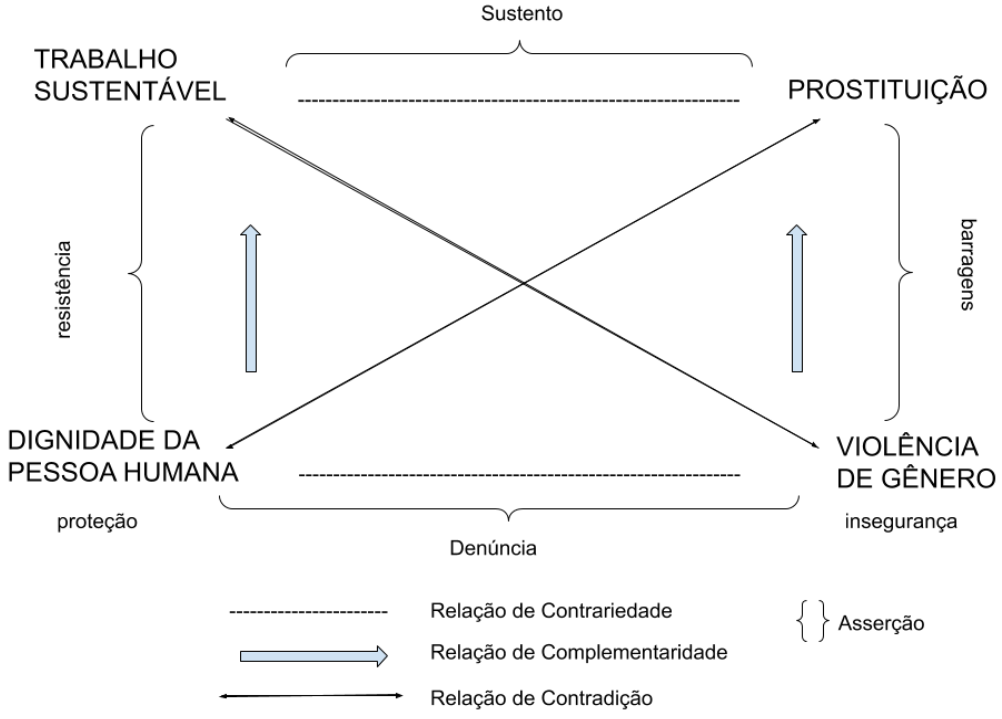
[9]Imagem disponível no portal oficial do MAB com a seguinte legenda: “O aumento da prostituição está presente em todas as construções de barragens da região norte do país. Esta arpillera mostra como, mesmo antes da chegada da maioria dos trabalhadores, aparecem inúmeras casas de prostituição. A violência contra as mulheres se agrava e se torna cotidiana: ocorrência de estupros de mulheres são fatos constantes nas comunidades e municípios do entorno. Porém os serviços relacionados à proteção da mulher não funcionam ou sequer existem. As delegacias da mulher não funcionam 24 horas e geralmente são em municípios distantes. Arpillera brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, agosto 2014” (MAB, 2020, *online*).

ao fundo, não apenas uma, mas um conjunto delas que surgem como uma plantação que se multiplica e ao invés de trazer a vida pelo alimento, traz um sustento mercantilizado, que sexualiza o corpo feminino e o prostitui. No canto esquerdo, uma única mulher é vista tentando chegar à delegacia que tem na porta um X. A legenda da foto explica a dificuldade do acesso ao cumprimento da lei: “os serviços relacionados à proteção da mulher não funcionam ou sequer existem. As delegacias da mulher não funcionam 24 horas e geralmente são em municípios distantes”.

Com o que era possível prover para sua família antes das barragens, as mulheres do MAB possuíam o que se pode chamar de “trabalho sustentável”, no sentido ambiental, porém mais profundamente no sentido da dignidade da pessoa humana, uma vez que não havia a vergonha, a humilhação ou a necessidade causada pela miséria ao desenvolver esse trabalho, fosse ele no campo, no comércio, etc. Com a chegada das barragens e a alteração do espaço vivido dessa comunidade, a violência de gênero se sobressai e a prostituição causada pela insegurança (econômica, alimentar e social) é o resultado que acaba afetando a todas.

Essa problemática pode ser apresentada da seguinte maneira nos eixos de oposição, ilustrados na Figura 1.

Figura 1 – Trabalho sustentável x Prostituição



Fonte: Elaborada pela autora.

Não se quer dizer que a violência de gênero não existisse antes das construtoras, mas era outro perfil de violência e os índices também eram outros. O que se pretende mostrar são o agravamento e o impacto que tais mudanças causam, muitas vezes sendo cerceadas pelo interesse público no capital financeiro; um exemplo é exposto do caso do “cartão fidelidade” em Jirau. A complexidade que essas novas relações criadas à força trazem para a comunidade vai muito além do que ela consegue absorver no curto tempo em que acontecem as transformações no território.

Nesse tensionamento que é causado na realidade já existente, quatro pontos focais chamam a atenção nessa situação:

• O sustento dessas pessoas (“pessoas”, porque apesar das mulheres serem as mais afetadas, as questões de gênero, principalmente no caso da prostituição, não se resumem apenas ao sexo feminino) que passa de um “Trabalho sustentável” para contrariamente assumir uma posição de “Trabalho insustentável” (no caso, a prostituição). Mesmo que as duas formas de trabalho sejam socialmente vistas como diferentes, ambas não deixam de ser uma fonte de renda e de sustento para essas pessoas. A prostituição pode ser colocada nesse eixo como insustentável também pela perinidade de condições, como a idade, o local e a situação econômica momentânea da pessoa que o exerce;

• As barragens, que são causadoras potenciais do aumento no índice da violência de gênero, ocasionando inseguranças;

• A resistência em suas múltiplas formas, tanto na fixação do MAB naquele território quanto nas ações ativistas;

• E a denúncia em busca da proteção e da dignidade da pessoa humana. As delegacias e delegacias das mulheres, representada na arpillera com sua porta cerrada pelo X, lembra o quão difícil tem sido chegar ao ideal dessa proteção, contudo, como mais uma vez lembrado no bordado, as mulheres não têm deixado a luta de lado e mesmo que sozinhas, como a boneca do lado esquerdo da arpillera, elas continuarão lutando.

O principal aliado contra esse sistema opressor e violento é o feminismo. O movimento feminista é um movimento social e uma teoria política que reivindica a igualdade e o respeito, independente do sexo biológico, da identidade de gênero ou orientação sexual das pessoas, por meio de ações que prezam a equidade e a divisão justa do trabalho doméstico e familiar. Mais uma vez as mulheres fazem frente a essa construção.

Uma das vertentes do feminismo, que se volta para as relações dos seres humanos com a natureza, é o ecofeminismo; em sua essência, além de questionar as relações de poder entre homens e mulheres estabelecidas pelo patriarcado, também questiona o consumismo da sociedade industrializada e a destruição da natureza pelo modelo de desenvolvimento capitalista que vê a natureza como um recurso ilimitado a serviço da acumulação do capital. A próxima seção abordará como o ecofeminismo vem sendo uma estratégia para os movimentos sociais de mulheres, incluindo o MAB.

5 ECOFEMINISMO COMO RESISTÊNCIA: MULHERES NA FRENTE DE LUTA

A América Latina passou por um processo histórico de colonização da terra e dos povos originários que ainda perduram no pensamento e na reprodução da vida e da economia existentes atualmente na colonialidade. Isso tem a ver também com a produção e comercialização das riquezas naturais desses países, que desde o período colonial, serviram de fonte de recursos ambientais primários para os colonizadores. Ainda hoje, a América Latina, incluindo Brasil, é, basicamente, exportadora de matéria-prima. As terras brasileiras passaram por transformações profundas atendendo aos discursos do colonizador, descaracterizando o território das populações originárias, suas condições de vida e a relação com a terra e a natureza. A divisão grosseira da terra, primeiro em capitanias hereditárias, passando pelos regimes de sesmarias, até chegar a um embrião do que a Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) promulga, preteriu o direito indígena, quilombola e de comunidades tradicionais a territórios imemoriais.

A repartição desigual que exprime o caráter dominialista dos latifúndios brasileiros concentra na mão de uns poucos “senhores de terra” as vastas extensões de áreas produtivas, tornando-se uma violência institucionalizada e generificada. Essa violência, para autoras como Anne McClintock (2010) e Silvia Federici (2018) tem início anterior ao período colonial e que foram expandidos para o Novo Mundo, são condições históricas intensificadas com os cercamentos que se deram pela privatização da terra no começo do capitalismo, que desmantelava os regimes comunitários e demonizava integrantes dessas comunidades possuidores de saberes tradicionais.

> O conhecimento do mundo desconhecido estava mapeado como uma metafísica da violência de gênero - não como o reconhecimento expandido das diferenças culturais - e era validado pela nova lógica iluminista da propriedade privada e do individualismo possessivo. Nessas fantasias, o mundo era tornado feminino e espacialmente exposto para a exploração masculina, e então remontado e organizado no interesse do poder imperial massivo. Assim, para René Descartes, a expansão do conhecimento masculino equivalia a um violento arranjo de propriedade que fazia dos homens "senhores e possuidores da natureza". Na mente desses homens, a conquista imperial do globo encontrava sua figura e sua sanção política na prévia subordinação das mulheres como uma categoria da natureza (MCCLINTOCK, 2010, p. 47).

Como indivíduos essenciais para a reprodução da vida em comunidade, dos conhecimentos medicinais das plantas, do plantio e colheira, as mulheres foram sobremaneira afetadas nesse processo. Federici (2019a) atenta para afetação mais sistemática das mulheres mais velhas, que impactadas pela precificação dos alimentos, a perda de seus direitos costumeiros e o prestígio comunal, deixaram de ter de onde tirar o sustento. O modo de produção com vistas à acumulação do capital forjou novos indivíduos para atender as capacidades produtivas de trabalho industrial e qualquer empecilho que fizesse frente à plena exploração da mão de obra, que ligava o ser humano ao mundo natural, a outras pessoas e ao próprio corpo, tinha que ser liquidado.

Os movimentos feministas mais recentes vão discutir as consequências desse sistema de exploração capitalista patriarcal:

> Pode-se dizer que as questões tratadas hoje em dia pelo feminismo, para além das reivindicações de igualdade nos espaços públicos e das questões relativas à esfera privada – família, sexualidade –, estão, justamente, na imbricação desses diversos processos de opressão, na redefinição da existência de uma articulação entre as esferas do público e do privado, levando em consideração as diferentes formas como os mecanismos de dominação operam em cada situação (SILIPRANDI, 2015, p. 44).

Nessa lógica, o ecofeminismo surge como movimento questionador dessas estruturas moldadas por séculos, em que ao mesmo tempo a mulher é o sagrado e o profano, o fraco e o vil, a natureza e a morte; revisita, assim, a figura da mulher como estratégias de empoderamento, visando, para isso, estabelecer relações mais harmônicas entre o meio natural e o material, questionando os modelos capitalistas e patriarcais que silenciam metade da humanidade para explorar a tudo. É uma teoria de interpretação da relação de dominação entre a humanidade e a natureza reconhecendo que há um marco opressivo de cunho antropológico, etnocêntrico e androcêntrico.

Os movimentos de mulheres começaram a se conectar mais com o movimento ecológico na década de 1960:

> [...] período em que eclodiram os movimentos da contracultura na Europa e nos Estados Unidos, questionando não apenas os grandes modelos políticos e econômicos — capitalismo e socialismo —, mas o conjunto das instituições sociais, as ideologias, os valores que regulavam os comportamentos dos indivíduos. Assim como se denunciavam as relaçoões opressivas entre os países – o imperialismo, a política armamentista, as guerras –, politizavam-se as relações pessoais, colocando-se em evidência os mecanismos de

> poder que estavam por trás do racismo, do sexismo e da postura irresponsável da humanidade para com o meio ambiente, por exemplo. Questionava-se um modelo civilizatório (SILIPRANDI, 2015, p. 45).

As mulheres fazem ao mesmo tempo uma crítica ao patriarcado e ao capitalismo, em particular com a faceta neoliberal deste. As mulheres se organizam para denunciar a destruição do ambiente natural e o modelo implantado no Brasil, assim como a opressão sobre as mulheres, especialmente as mulheres dos campos, das águas e dos movimentos. É o reconhecimento de outras problemáticas para além de classe e gênero, é um olhar pelas interseccionalidades.

O ecofeminismo é formado por alguns princípios estabelecendo um paralelismo da forma como se dá a opressão das mulheres e a exploração da natureza e como o espaço natural é feminizado, resgatando uma ética do cuidado ambiental e fazendo uma crítica aos sistemas de dominação, assim como às hierarquias e ao desenvolvimento a serviço da acumulação e do lucro.

Quando se fala na feminização da natureza podem-se relacionar os termos conhecidos que falam da natureza no feminino (a mãe natureza, por exemplo), enquanto que o mundo urbano e industrial são atribuições que correspondem ao masculino. Por esse viés, tem-se a ideia de que a natureza é uma coisa que pode ser usada pela humanidade, no caso, pelo capitalismo, para a geração de lucro.

Por outro lado, o ecofeminismo ao resgatar a ética ambiental de cuidados, juntamente com a economia feminista, critica os sistemas de dominação compostos por hierarquizações, incluindo a da humanidade sobre a natureza, porque reconhece que os humanos são ecodependentes, ao contrário do que o patriarcado apregoa, no qual o ser superior independe do que ele considera como inferior. Para o ecofeminismo não há humanidade sem a natureza, portanto, o respeito é elemento base para a sobrevivência no mundo. O ecofeminismo critica a tecnologia e a visão do conhecimento que estão pura e exclusivamente a serviço do lucro.

> Feminismo e ecologia serão dois movimentos sociais fundamentais no século XXI. O primeiro porque, adquirida a autoconsciência como coletivo e formação necessárias, já não é mais possível pararmos (embora possamos sempre retardar a chegada dos objetivos emancipatórios com diversas estratégias); o segundo pela cada vez mais evidente insustentabilidade do desenvolvimento técnico-econômico. Estamos assistindo ao começo do fim da Natureza. Já não é fácil para os meios de comunicação dissimular, como tem sido até agora, a conexão existente entre diversas catástrofes naturais

> que nada mais são do que manifestações de uma mudança climática global com consequências inimagináveis (PULEO, 2002, p. 36. Tradução nossa[10]).

Uma das vertentes do ecofeminismo é o Ecofeminismo Comunitário e Pós-colonial, que surge da organização das mulheres do chamado sul-global, da América Latina e das comunidades indígenas, que critica o colonialismo, inclusive o colonialismo do pensamento. Essas mulheres, que são de uma realidade específica, reivindicam o direito de poderem pensar e tomar as próprias decisões a partir de suas vivências, especificidades e experiências corporificadas, pensando um feminismo ecológico que se enquadre dentro de seus próprios valores, não um feminismo engessado e não representativo. São realidades complexas e múltiplas que possuem características próprias e necessitam de um enquadramento social, geográfico, étnico e ideológico para suas realidades, pois:

> [...] as mulheres de diferentes comunidades estabelecem estratégias discursivas organizadas por seus grupos sociais étnicos de acordo com padrões que são valorados na constituição da história de sua comunidade, a partir de gerações de mulheres. Assim, tal como Bonfim (2013) argumenta, essas mulheres reconhecem o pertencimento a uma determinada ancestralidade, de acordo com o estatuto da comunidade, em um dado momento histórico e espacial.
> A transmissão de saberes em comunidades amazônicas, por meio da oralidade é um importante aspecto a ser considerado no empoderamento feminino e na forma como as mulheres conseguem manter suas tradições religiosas, de saberes de fabricação artesanal, de plantio e do funcionamento da natureza (SILVA *et al.*, 2017, p. 240).

Mas existe aqui uma diferença entre esse ecofeminismo do ecofeminismo puramente essencialista, que também teve seu papel nessa importante construção entre feminismo e ecologia, mas que sozinho não abarca o conjunto de reivindicações dessa vertente. O ecofeminismo essencialista ou espiritualista, como o de Vandana Shiva (2013), remete a uma ideia de que ao se nascer do sexo masculino/homem ou do sexo feminino/mulher, carrega-se uma essência feminina ou masculina que nunca vai mudar e que deve se desenvolver plenamente, nesse sentido, o feminino é em si

---

[10]Do original: “Feminismo y ecologismo serán dos movimientos sociales fundamentales en el siglo XXI. El primero porque, adquirida la autoconciencia como colectivo y la formación necesarias ya no es posible detenermos (aunque se puede siempre retrasar la llegada a las metas de emancipatorias con diversas estrategias); el segundo por la cada vez más evidente insostenibilidad del modelo de desarrollo tecno-económico. Estamos asistiendo al comienzo del fin de la Naturaleza. Ya no resulta fácil a los medios de comunicación disimular, como hasta ahora, la conexión existente entre diversas catástrofes naturales que non son sino manifestaciones de un cambio climático global de consecuencias insospechadas”.

a natureza, a gestação, a correlação com os elementos naturais em sua forma mais pura, daí advém o cunho de ecofeminismo *essencialista*. Já na corrente brasileira da Teologia Ecofeminista, que vem da Teologia da Libertação, Ivone Gebara, mesmo dentro de uma visão religiosa, amplifica o olhar da sua teoria para o que seria uma ecojustiça:

> Nessa perspectiva, o discurso teológico, especialmente dos últimos 25 anos se concentrou em torno da justiça social a partir de uma análise econômica e situada na herança colonial do continente latino-americano. Hoje ocorre nova virada não só introduzida pelo feminismo, mas pela situação da Terra. Reconhecemos que o destino de oprimidos(as) está intimamente ligado ao destino deste planeta vivo, vulnerável aos comportamentos destrutivos da humanidade. Por isso, falar de justiça social implica falar de ecojustiça e impõe uma mudança nos discursos e práticas oficiais das igrejas (GEBARA, 1997, p. 19).

E faz a crítica:

> Do ponto de vista teológico, a preocupação em torno do ecofeminismo na América Latina é ainda reduzida. Não se captou com a agudez e crítica suficientes a cumplicidade das elaborações cristãs patriarcais com a manutenção da dominação das mulheres e da exploração sem limites dos recursos naturais. [...] Não enfrentamos as consequências reais do discurso religioso cristão na atual crise que atravessa o planeta e a comunidade humana (GEBARA, 1997, p. 19).

Mesmo que Gebara (1997) reconheça a diferença de gênero de forma não binária, não é esse essencialismo que aqui é tratado, mas da reivindicação feminista por empoderamento dentro de suas realidades e geograficidades. Empoderamento não como uma palavra da moda, mas como conceituado pelas feministas descoloniais:

> [...] as feministas do sul-global começaram a incluir o termo no repertório léxical do desenvolvimento em meados da década de 80. Aquelas mulheres compreendiam o “empoderamento” como a tarefa de “transformar a subordinação de gênero” e eliminar “outras estruturas opressoras”, assim como a “mobilização política” coletiva. Alcançaram parte de seus objetivos quando a 4º Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, adotou “uma agenda para o empoderamento da mulher” (ZAKARIA, 2017, *online*. Tradução nossa[11]).

[11]Do original: “[...] las feministas del Sur Global comenzaron a incluir el término en el repertorio léxico del desarrollo a mediados de la década de los ochenta. Aquellas mujeres comprendían el ‘empoderamiento’ como la tarea de ‘transformar la subordinación de género’ y eliminar ‘otras estructuras opresoras’, así como la ‘movilización política’ colectiva. Lograron parte de sus objetivos cuando la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, realizada en 1995, adoptó ‘una agenda para el empoderamiento de la mujer’”.

Como medidor de políticas públicas sobre as condições de gênero, o empoderamento tem a capacidade transformativa geosimbólica em que atividades coletivas voltadas para as mulheres alteram os processos e estruturas dos espaços democráticos, participativos e vividos pelas mulheres. Atividades como a oficina de arpilleria, de cultivo de ervas medicinais, de artesanato, de culinária, de criação de animais, de manejo de pragas e de agroecologia são ações de empoderamento ecofeminista capazes dessa transformação.

Contudo, primeiro é necessário romper a ideia de que existem papéis específicos a serem desempenhados por mulheres e homens em sua relação com a natureza. A mesma mulher que cuida da casa, também planta, colhe, pesca, constrói cidades, gesta, cuida e, acima de tudo, luta. Na luta pela terra, pela água, pelo acesso à saúde e à educação, as mulheres estão à frente; elas demonstram força onde lhes é pedido complacência:

> Percebi, sobretudo nas periferias urbanas, que são as mulheres as responsáveis por levar crianças adoentadas para os postos de saúde e enfrentar longas filas à espera do atendimento. São elas que se angustiam atrás dos remédios vivendo uma via-sacra em busca dos recursos necessários para salvar as vidas que lhe são confiadas. São elas as primeiras a buscar alternativas para melhorar a qualidade do ar e da água através de reivindicações públicas, organizando mutirões para a limpeza dos bairros e tantas pequenas iniciativas a fim de garantir um mínimo de condições de salubridade para a vida da família. [...] Mulheres, crianças, populações de origem africana e indígena são as primeiras vítimas, as primeiras a serem excluídas dos bens produzidos pela Terra. São elas que ocupam os lugares mais ameaçados do ecossistema. **São elas que vivem mais fortemente no corpo as ameaças de morte que o desequilíbrio ecológico produzido pelos "outros" lhes impõe** (GEBARA, 1997, p. 16. Grifo nosso).

Mulheres, como Nicinha do MAB, que morreu defendendo os direitos dos atingidos por barragens, viveu na pele e sentiu em seu corpo o que os danos ecológicos, em favor do capital hidroenergético, são capazes.

5.1 ENTRE O DITO E O VIVIDO PELAS MULHERES: CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS

Os sistemas político e econômico atuam como mecanismos de opressão, e a invisibilidade simbólica da mulher nos espaços de decisões são parte da orientação patriarcal do silenciamento feminino. No entanto, não há uma essência feminina, o ser

mulher é uma construção social em que as estruturas econômicas, sociais e hierárquicas vão dando tônus ao papel de gênero.

> O feminismo mostrou desde cedo que um dos mecanismos de legitimação patriarcal era a naturalização da Mulher. Em Segundo Sexo, Simone de Beauvoir denuncia a exclusão das mulheres do mundo público realizada através da conceituação da Mulher como Alteridade, como Natureza, como VIda Cíclica quase inconsciente, por parte do Homem (o macho) a quem se reservavam os benefícios da civilização. O famoso "não se nasce mulher, torna-se mulher" beauvoriana é uma denúncia do caráter cultural, construído, dos estereótipos femininos e, ao mesmo tempo, um apelo pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, enquanto seres humanos portadores de um projeto existencial, para chegar ao mundo da Cultura do qual fomos injustamente excluídas. O feminismo liberal, socialista e radical do início dos anos setenta renovaram essa reivindicação conseguindo romper, ao menos em grande parte, a prisão doméstica na qual estavam trancadas as mulheres da época (PULEO, 2002, p. 37. Tradução nossa[12]).

E as atingidas por barragens sofrem com um agravante nas condições de gênero: as construtoras barragísticas tem a força econômica para silenciar a voz dessas mulheres, fazendo-as perderem seus laços comunitários ao reassentá-las em localidades diferentes de seus espaços de vida, impedindo-as de terem acesso às políticas públicas que lhe são de direito, modificando seus modos de trabalho e desqualificando-as politicamente, além das violências físicas e sexuais.

A Comissão Especial de Barragens do Conselho Nacional de Defesa da Dignidade da Pessoa Humana (CDDPH) diz que as mulheres “são atingidas de forma particularmente grave e encontraram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida” (MAB, 2020, *online*). O próprio MAB admite que as relações de gênero da sociedade patriarcal em vigência impõem às mulheres situações muito mais agressivas na luta do que ao homem: “As mulheres historicamente são as vítimas ‘necessárias’ para a reprodução do modo de produção capitalista, patriarcal e machista, pois através do seu trabalho invisível (doméstico)

---

[12]Do original: “El feminismo mostró desde temprano que uno de los mecanismos de legitimación del patriarcado era la naturalización de la Mujer. En el Segundo Sexo, Simone de Beauvoir denuncia la exclusión de las mujeres del mundo de lo público realizada a través de la conceptualizació de la Mujer como Alteridad, como Naturaleza, como Vida Cíclica casi inconsciente, por parte del Hombre (váron) que se reservaba los beneficios de la civilización. El famoso ‘no se nace mujer, se llega a serlo’ beauvoireano es una denuncia del carácter cultural, construído, de los estereotipos femeninos y, al mismo tiempo, un alegato en favor del reconocimiento del derecho de las mujeres, en tanto seres humanos portadores de un proyecto existencial, a acceder al mundo de la Cultura del que fuimos injustamente excluidas. Los feminismos liberal, socialista y radical de principios de los años setenta recogerán esta reivindicación consiguiendo romper, al menos en gran parte, la prisión doméstica en la que se hallaban encerradas las mujeres de la época”.

possibilitam diminuir o custo social da hora trabalho na indústria" (MAB, 2015, p. 46-47).

Entretanto, as relações de interdependência vão diminuindo conforme vão aumentando as ações de empoderamento das mulheres dentro de suas comunidades pelo envolvimento em projetos, como o de plantio, artesanato, profissionalização e comercialização de produtos.

Para as reassentadas na área rural existe ainda a questão de que, no Brasil, quando a ecologia começou a ser debatida, este foi um momento político em que se reconheceu juridicamente a mulher como um sujeito de direitos; então, feminismo e ecologia são projetos alinhados:

> A partir da segunda metade da década de 80 a questão "gênero e meio ambiente" passou a fazer parte da Agenda política de organizações internacionais, contemplando dois pontos imprescindíveis: a) a impossibilidade de vislumbrar-se o futuro das novas gerações sem políticas adequadas de proteção ambiental; b) a impossibilidade de vislumbrar-se "o mundo de amanhã", sem a participação ativa e igualitária das mulheres (ROSSINI; CALIÓ, 2008, p. 3).

Políticas públicas de acesso a terra e aos benefícios agrários (que antes não eram possíveis), ao crédito e comercialização, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram ações que deram apoio a grupos de mulheres autônomas do campo:

> Esses movimentos de base, assim como outros menos conhecidos ocorridos em diversas regioões da Ásia, da África e da América Latina, contribuíram para mostrar que as mulheres do terceiro mundo – em particular, as camponesas – não eram necessariamente nem vilãs nem vítimas apáticas da destruição ambiental. Eram também ativistas e militantes com propostas de mudança nos modelos produtivos, construídas a partir de suas condiçoões concretas de sobrevivência. Essas lutas combinavam a defesa do meio natural com a demanda de um protagonismo das mulheres nas decisoões sobre o seu território, e contribuíram para enriquecer o conjunto das lutas feministas, mostrando faces da opressão das mulheres – decorrentes da forma como as políticas de desenvolvimento as atingiam especificamente – que não estavam na ordem do dia para as mulheres dos países desenvolvidos (SILIPRANDI, 2015, p. 53).

A ação performativa do movimento ecofeminista é uma resistência descolonial como forma de decolonialidade do pensamento e dos corpos femininos em luta, como detentoras dos conhecimentos referentes à alimentação e saúde, como um conhecimento ancestral e, não ancestral pensando num essencialismo, mas de um

conhecimento que vem de uma atribuição de gênero, que faz parte desse reconhecimento do saber-ser-mulher no espaço vivido.

Mesmo não se autointitulando ecofeministas, ver o propósito das mulheres dos movimentos sociais no uso e conservação da biodiversidade, como a guarda das sementes e de recursos genéticos, o manejo de animais domésticos e de pequeno porte (como galinhas, patos, cabras, etc.) e o uso de ervas e plantas medicinais sendo realizados de maneira muito mais sustentável, é ver o ecofeminismo em ação.

Por razões de sobrevivência, é necessário formular um novo padrão no qual as gerações atuais não destruam as condições de sobrevivência das gerações futuras, priorizando a participação feminina, pois:

> A insuficiente participação das mulheres tanto nos níveis de decisão e formulação de políticas como na gestão, conservação e sustentabilidade da Amazônia, leva ao sub-aproveitamento de suas experiências e capacidades voltadas às técnicas de utilização dos recursos, e repercute também nas instâncias de poder e de tomadas de decisoões (ROSSINI; CALIÓ, 2008, p. 3).

Do ponto discursivo, as mulheres vêm sendo as primeiras a denunciarem as grandes corporações pelo acaparamento dos territórios pelas mineradoras, pela utilzação de áreas de reflorestamento com capital internacional para produção de madeira, celulose e papel, e pelo avanço da monocultura da soja e outros produtos destinados fundamentalmente para a exportação, o uso massivo de agrotóxicos que contaminam e empobrecem o solo, a água e as pessoas; estas trazem consequências cada vez mais danosas ao meio ambiente e à vida de comunidades no campo e na cidade.

Ações de empoderamento nesses locais resultam em importantes mudanças nas condições de saúde, na redução de tempo empregado em trabalhos domésticos e na condição socioeconômica que permitem o desenvolvimento de outras atividades, possibilitam o diálogo entre as mulheres, criam espaços de informação e novas possibilidades de formação e de organização.

Por essas experiências, têm-se pensado e construído um feminismo camponês e popular que vem de baixo para cima. Elas começaram discutindo temas da previdência, a necessidade de terem seus nomes nas notas de produtor para ter acesso ao crédito e aposentadoria, brigaram por terra, pela reforma agrária e por crédito em nome das mulheres, elas se organizaram em diferentes movimentos

autônomos e em diversas organizações, sempre priorizando a ação coletiva em benefício de todas.

Atualmente são algumas organizações formais na construção do movimento no Brasil que lutam por políticas territoriais como direito da mulher, como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR), do MST, do MAB, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), da Via Campesina e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). São movimentos contra a violência machista, racista, homofóbica e transfóbica, e são ecofeministas; eles executam ações em prol do acesso das mulheres à posse de terra, à documentação pessoal básica para ascender às políticas públicas, sindicalizam as produtoras para que tenham resguardados os direitos previdenciários, auxiliam na formação técnica sobre cultivo, produção e venda agroecológica, criam associações cooperativas e coletivos para aumentar o debate sobre a temática dentro dos movimentos, entre outras.

As mulheres fazem parte de intervenções de impacto e repercussão nacional e internacional construindo experiências práticas e científicas de base agroecológica. O MAB-RO, por exemplo, desenvolve hortas com as mulheres para que elas possam ter renda e alimentos de forma sustentável e ecológica. Suas práticas foram retratadas nas arpilleras:

> Ao confeccionar a arpillera sobre as hortas (que pode ser observada na figura 1), Rosa do Deserto afirma ver sua história, pois ela se intitula como agricultora e feirante, em que relata também sua atividade em feiras da reforma agrária, atual forma de renda da entrevistada, que afirma estar feliz participando da confecção de arpilleras.
> A arpillera acima foi confeccionada para expressar todas as hortas do coletivo de mulheres do Pamos, representando por meio dos bordados o galinheiro, ao redor os canteiros ou leiras com verduras e legumes, sendo esses: cheiro verde, cebolinha, pepino, couve, rúcula e alface. Também está representando os carros que levam os produtos para serem vendidos nas feiras, produtos agrícolas que são vendidos pelo coletivo do assentamento entre homens e mulheres, sendo a figura feminina representada na arpillera (GUSTAVO, 2019, p. 14-15).

A arpillera a que se refere Gustavo (2019) como “figura 1” segue ilustrada a seguir na Imagem 2 e na Imagem 3, o modelo de horta representado no arpillera:

Imagem 2 – Mulheres do MAB-RO e suas hortas

Fonte: Gustavo (2019, p. 14).

Imagem 3 – Horta das mulheres do MAB-RO

Fonte: Gustavo (2019, p. 15).

Com a alimentação sendo majoritariamente preocupação feminina, seja no plantio, no cuidado ou na preparação, fica fácil entender o porquê do ecofeminismo e sua compreensão entre impacto na vida das mulheres e destruição da natureza fazer sentido. Os movimentos de mulheres (em especial as campesinas e agricultoras) são um ato de resistência permanente contra o modelo capitalista e patriarcal que impõe

um sistema hegemônico que depreda o meio ambiente, o modelo alimentar e explora os seres subalternizados.

Movimentos de mulheres assumem o protagonismo na luta pela soberania alimentar discutindo sobre sustentabilidade, práticas agroecológicas e de consumo sustentável. Elas estão em múltiplos espaços, garantindo a visibilidade de seus trabalhos, se organizando e lutando diariamente. Elas estão na produção de alimentos, no resgate e conservação das sementes, nos processos de resistência de seus territórios e no cuidado com a alimentação.

Resumindo, os ecofeminismos são percursos teórico-práticos que ajudam a pensar estrategicamente as mudanças para um mundo possível e sustentável; contribuem para o fortalecimento da participação das mulheres do campo, das florestas e das águas nos movimentos, reconhecendo as problemáticas para além da classe e do gênero, criando articulações políticas femininas. Essas linhas teóricas estabelecem novas bases de articulação entre o feminismo e outras lutas sociais, como a busca pela soberania alimentar e a agroecologia. Isso se baseia em um dos direitos fundamentais da pessoa humana, o acesso à alimentação nutritiva, saudável, segura e em quantidade suficiente.

Sobre soberania alimentar, a autora Estefanía García Forés (2012, p. 23. Tradução nossa) ressalta a importância da mudança das atitudes da humanidade por meio de uma visão feminista e afetiva, como um imperativo ético para o cuidado com o resto do mundo. A autora comenta que, com esse olhar afetivo, “podemos definir o trabalho como uma prática de criação e recriação da vida e das relações humanas, [...], onde os papéis entre mulheres e homens troquem e desapareçam, como uma construção alternativa e abrangente para o atual sistema alimentar mundial[13]”.

Pela resistência, as mulheres no interior dos seus movimentos iniciaram uma agenda de ações a favor da vida e contra o descaso social, as invasões do poder público e dos consórcios de energia. A particularidade expressa não está somente na agenda unificada, mas nos sujeitos que estão enunciando esses discursos e lutas — as mulheres dos diversos segmentos sociais (movimentos sociais, sindicatos, ONGs,

[13]Do original: “Desde la universalización de esa mirada afectiva del mundo, de la conexión con las emociones, podemos definir el trabajo como una práctica de creación y recreación de la vida y de las relaciones humanas, desarrollándose desde la colaboración y cooperación con la naturaleza y el resto de seres. Podemos aplicar un enfoque agroecológico, que recupere la función principal de la agricultura de alimentar a las personas, cuyo objetivo sea la satisfacción de las necesidades, donde los roles de mujeres y hombres se intercambien y desaparezcan, y desde donde construir una alternativa integral al actual sistema agroalimentario mundial: la Soberanía Alimentaria”.

Igreja, etc.) e de diversas regiões/municípios do Brasil, elegendo o feminismo e a ecologia como um caminho de transformação viável e eficaz.

> Certamente, as consequências da economia mundial globalizada teriam sido muito mais nefastas se não fosse o esforço realizado por milhões de mulheres para garantir o sustento da família, independentemente do valor que lhes concedam no mercado de trabalho capitalista. Através de suas atividades de subsistência, assim como várias formas de ação direta (da ocupação de terras públicas à agricultura urbana), as mulheres ajudaram sua comunidade a evitar a espoliação total, a esticar os orçamentos e a colocar comida na panela. Em meio às guerras, crises econômicas e desvalorizações, enquanto o mundo a sua volta estava desmoronando, elas continuaram plantando milho em áreas abandonadas, preparando alimentos para vender nas ruas, criando cozinhas comunais [...], interpondo-se à mercantilização total da vida e iniciando um processo de reapropriação e recoletivização da reprodução, o que é indispensável se quisermos recuperar o controle [...] (FEDERICI, 2019b, p. 232).

O MAB-RO, em parceria com a ONU Mulheres, desenvolveu um diagnóstico participativo com um grupo de 62 mulheres de comunidades atingidas pelas barragens de Santo Antônio (Santa Rita, Joana D'arc e São Carlos) e Samuel (Itapuã do Oeste)[14]. Foi possível conferir que 78% das entrevistadas trabalhavam na lavoura e nos trabalhos domésticos, enquanto que apenas 14% delas recebiam algum tipo de remuneração por esses serviços. Ou seja, a terra e o plantio não só são fontes de renda, mas de sustento básico dessas mulheres e suas famílias. Com a chegada das barragens e as transformações espaciais que se dão no local e com as populações atingidas, coube ao movimento, além de denunciar as violações dos direitos dos atingidos, propor "uma série de iniciativas para fortalecer a participação das mulheres no Movimento, como encontros de formação específicos para elas, incentivos para que elas assumam papéis de coordenação nas instâncias do Movimento, entre outras" (MAB, 2014a, p. 61).

As denúncias em forma de arte nas arpilleras é uma das iniciativas do MAB para que essas mulheres entendam o quão importante é a sua participação ativa dentro das ações, formações e mobilizações por uma transformação social empoderada.

> Nós falamos de transformação social, de superação das desigualdades sociais, e por isso precisamos pensar novas linguagens. É assim que as

[14]Cartilha distribuída pelo MAB Nacional com o título "Mulheres Atingidas por Barragens" como forma de ampliar a divulgação das ações do Movimento para a sociedade. O material é veiculado gratuitamente e também pode ser encontrado na *internet*.
Cf.: https://issuu.com/mabnacional/docs/barragens_web.

> *Arpilleras* exploram a subjetividade e saltam do universo particular para a problemática coletiva, na reconstituição do tempo concreto a partir da utopia impossível — na medida em que o impossível é traduzido e tornado presente, contra a lógica de esvaziamento de futuro, na primazia da ética do presente das ausências. Em uma expressão de resistência em movimento, é o tal do caminho que se faz ao andar. Eis a arte! (MASO, 2020, n.p.).

Nessa busca por empoderamento, o feminismo camponês e popular ganha espaço na luta das mulheres do campo organizadas em movimentos sociais. O feminismo camponês e popular é um conceito construído pela Via Campesina, mais especificamente da Coordenadoria Latino-Americana das Organizações no Campo (CLOC). A Via Campesina é uma congregação de movimentos e organizações do campo presente em mais de 70 países em todo o mundo e a CLOC faz parte da Via Campesina, assim como o MAB.

Segundo Kelly Mafort[15], assentada e coordenadora do coletivo de gênero do MST, “o feminismo é uma ferramenta de luta fundamental para a organização das mulheres, para o debate de gênero e da diversidade”, mas que, no entanto, os movimentos sociais perceberam que na tradição da política de esquerda em relação ao feminismo, tinha-se um feminismo pautado no eixo eurocêntrico que não tratava diretamente das mulheres do campo (SEMENTE BOA, 2020, *online*).

Dessa maneira, o feminismo camponês e popular surge do entendimento de que há uma relação direta entre a concepção de gênero e classe, que nasce da luta socialista, especialmente das greves operárias, das experiências socialistas do século XIX e XX, e que também tem uma vinculação direta com a mudança estrutural da sociedade, estando ligado aos movimentos indígenas, de mulheres negras, assentadas, acampadas, pequenas produtoras, pescadoras, quebradeiras de coco, etc.; ou seja, aos movimentos do campo, já que, como afirmam Sérgio Resende Carvalho e Denise Gastaldo (2008), as teorias estruturalistas fundadas na constatação da existência de classes sociais, buscando denunciar a opressão e a exclusão de grupos sociais (como o feminismo da segunda geração e o neomarxismo) embasaram a produção de conceitos como a determinação social do empoderamento.

Mafort destaque que algumas das pautas mais importantes desse feminismo é a luta pela organização e inserção das mulheres na base do movimento, a luta pela autonomia econômica como forma viável de evitar a violência e os machismos, a

---

[15]Transcrição da entrevista concedida por Kelly Mafort ao Podcast *Semente Boa* (episódio 07: *Feminismo Camponês*), um projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

participação da mulher em organizações mistas, como a do MAB e do MST que possuem diretriz constitutiva de suas coordenadorias (nacional, regionais e locais) uma mulher e um homem, de forma a gerar uma paridade de gênero para que de fato elas possam participar efetivamente e terem voz dentro de seus movimentos (SEMENTE BOA, 2020, *online*).

O feminismo camponês e popular luta pela capacidade participativa das mulheres para que elas estejam nos espaços efetivos de decisão política e, para isso, uma medida muito importante é que elas apareçam no quadro de dirigentes como figuras públicas, que dominem seu papel de liderança com conhecimentos de política, economia, filosofia, geografia, história, etc. Entende-se que, para além de um conteúdo teórico feminista, o que é relevante nesse contexto é a forma efetiva com que essas mulheres se organizam em seus movimentos e em como o movimento enuncia o feminismo dentro de sua estrutura.

Considerando os discursos do MAB, seu coletivo de mulheres atua e se movimenta e se empodera não nas clausuras do modelo de sociedade patriarcal, como sempre lhe foram impostas, mas nas dobras do tempo e do espaço onde, como protagonistas, acompanham o movimento do mundo do qual fazem parte, com suas multiplicidades de sentidos.

As mudanças estruturais necessárias para esse empoderamento perpassam as mudanças nas relações sociais, especialmente nas relações de gênero, uma vez que a construção do gênero também é uma construção de poder. É através da luta feminista, em todas as suas vertentes e pautas, que se fundamenta a transformação social, estabelecendo outras significações, construindo uma nova realidade equitativa e não discriminatória.

Importante ressaltar que, quando se fala em feminismo, não são apenas as mulheres que têm o dever de compreenderem a construção que o movimento pretende realizar na sociedade, mesmo os homens de todas as classes, inseridos ou não no movimento, deve ser o alvo na conscientização sobre seus papéis. Os homens também são afetados por essa relação estrutural de poder capitalista, patriarcal e machista, tanto como vítimas, quanto como reprodutores da violência real e simbólica de gênero, sendo, portanto, necessário que a educação que media as conquistas femininas abarque os homens que compõem as comunidades, reeducando-os, punindo os erros quando for necessário, fazendo-os enxergar o que significam as violências cometidas contra os diferentes a si, qual o significado do sentimento de

possessividade com relação às suas companheiras e o que precisa avançar nesse aprendizado. Como diz Manuela, militante do MAB-RO:

> Nessa vida de militante participamos de formação em outros estados, reunião da coordenação ou de mulheres sempre para expor o que fazemos nos Estados e planejar atividades, o que eu aprendo é muito gratificante, tanto para mim quanto passar para as pessoas ao meu redor e também ao movimento (GUSTAVO, 2019, p. 7).

Isto é, todos ganham com esse aprendizado, não apenas a mulher. As pessoas ao redor, seus filhos e/ou filhas, seus companheiros/as e sua família. São esses os reconhecimentos necessários para que a construção feminista, ecofeminista camponesa e popular, atinja o seu objetivo de mudar as relações de poder vigentes na sociedade atual.

Nesse sentido, as performances discursivas são uma possibilidade da existência feminina no movimento e seu lugar no mundo almejado:

> Esses exemplos mostram que o poder das mulheres não vem de cima, concedido por instituições globais como as Nações Unidas, mas que deve ser construído de baixo para cima, pois apenas pela auto-organização as mulheres podem revolucionar a própria vida (FEDERICI, 2019b, p. 191).

Ao exigirem o reconhecimento e a participação das mulheres nas deliberações, do decurso de suas ações de empoderamento, debate, construções políticas e denunciativas, elas encontram a valorização e, enquanto lugar do discurso, da voz e da comunicação da mulher, permitindo construir e reconstruir significados no espaço vivido.

5.2 MULHERES DO MAB NA FORMULAÇÃO DO PROJETO ENERGÉTICO POPULAR

“Entre sol e chuva
A lutar
Entre guerras e batalhas a conquistar
Somos trabalhadores e trabalhadoras na
tarefa cotidiana de se organizar.

Na beira do rio

Ou na periferia da cidade
Somos todos atingidos por esse modelo de gerar eletricidade.

Pois não importa
Se somos expulsos por uma barragem
Ou roubados numa cobrança na conta de energia
A nossa luta é travada no dia a dia
Contra a exploração do capital e a favor da soberania

Pois entendemos que água e energia não são mercadorias."

(Amanda Caroliny, Aline Pereira e Vitoriano Bill. Altamira, Pará)[16]

A energia elétrica é um dos inventos mais importantes para a acumulação do capital, junto com a divisão sexual do trabalho. O modelo de produção industrial, baseado na energia elétrica, permite que as fábricas ampliem o tempo de serviço dos/as trabalhadores/as explorando a mão-de-obra, aumentando a geração de lucro e, consequentemente, aumentando a produção de valor. Além disso, a eletricidade tanto pode ser um bem de consumo a ser utilizado pela população, como pode ser um bem de produção empregado na indústria para geração de produtos e na produtividade dos trabalhadores/as.

Empresas de grande porte e investidores do capital financeiro, enxergando esse potencial, têm se apropriado dos recursos naturais para produção de energia, como o petróleo, carvão, gás mineral, água, etc. Enquanto a principal fonte de energia utilizada mundialmente ainda é constituída pelo petróleo, dados da Empresa de Pesquisa em Energia apontam que 61,6% da geração de energia no Brasil são elétrica hidráulica (MME, 2019); o que corresponde a uma grande vantagem para quem a

[16]Poesia publicada no *Instagram* oficial do Movimento dos Atingidos por Barragens em homenagem ao Dia da Mulher, em 08 de março. Cf.: https://www.instagram.com/atingidosporbarragens/.

explora, já que “o rendimento e a eficiência da geração hidráulica é de quase 90%” (MAB, 2015, p. 11). Esse setor se fortaleceu no país entre as décadas de 50 e 60 com o controle total da produção pelo Estado, desde a geração de energia à transmissão e a distribuição/comercialização.

Na década de 1990 começam as privatizações que afetaram o setor, que é vendido para empresas particulares e transnacionais, modificando a cadeia que vai sendo fracionada em vários negócios para gerar energia, transmitir, distribuir e comercializar.

> Para dimensionar o abismo em que nos deparamos, é preciso recordar que a partir dos anos 90, o sistema elétrico nacional deixou de ser mero instrumento de acumulação para ser espaço prioritário de acumulação. O fatiamento do sistema elétrico nacional e a conversão de cada fase (geração, transmissão e distribuição) em nichos de mercado forneceu não apenas elevada rentabilidade aos novos operadores privados e transnacionais. Abriu-lhes também a possibilidade de planejar a expansão e condicionar o uso da energia elétrica no país. Economia emergente por conta da triangulação de investimentos dos países centrais e da disponibilização de plataformas operacionais de suprimento e/ou de montagem para as transnacionais, além do oferecimento de toda a sorte de facilidades creditícias e regulatórias. Nem foi preciso a ALCA ou a sanção de acordos de proteção de investimentos para estabilizar tamanha interdependência. Medidas de desregulamentação/re-regulamentação no plano doméstico, imbuídas por assistências técnicas do BIRD e projeções do FMI, bem como acordos comerciais e financeiros pontuais e setoriais, têm deixado os mercados confiantes no Brasil (MAB, 2009).

Para regular o setor foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e também o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). De acordo com a EPE, em 2018, a energia consumida pela indústria é de 31,7%, transportes 32,7% e residencial 9,9%, sendo que, em média, os preços praticados no setor residencial são superiores aos dos outros setores devido aos maiores custos de distribuição (MME, 2019).

Apesar das grandes vantagens financeiras na produção de energia através das hidrelétricas, as barragens constituem um perigo iminente.

> Apesar dos inúmeros benefícios ligados à existência das barragens, elas geram impactos sociais e ambientais na região onde são instaladas, como, por exemplo, alteração do regime fluvial nos aspectos quantitativos e qualitativos, alteração de ecossistemas, deslocamento de populações, sismos induzidos, etc. Por isso, para sua implantação é necessária a obtenção de autorização que defina como essa estrutura deva ser construída e operada, minimizando os impactos de sua existência. [...]
> Além disso, independentemente de seu tamanho, as barragens têm risco de falhar e romper, o que pode gerar danos às populações, ao ambiente e à

> economia. Tais danos, muitas vezes, são potencializados quando várias barragens são atingidas por acidentes em cascata. É um direito da população saber dos riscos a que está submetida, conhecendo onde se encontram as barragens existentes e sua situação, até mesmo para se preparar para momentos de emergência envolvendo incidentes com barragens (ANA, 2019, p. 17).

Nos últimos anos, o Brasil tem experienciado esse efeito em cascata de desastres, principalmente as de mineração. Os atingidos pelos maiores rompimentos, como Mariana e Brumadinho (ambas as cidades do estado de Minas Gerais), e outros de menor porte pelo Brasil, como o do barramento de água de Joaçaba (estado do Rio Grande do Sul), ainda lutam pelos seus direitos na Justiça. No dia 25 de janeiro de 2021 completou dois anos do rompimento em Brumadinho, destruindo o Rio Paraopeba, fonte de vida e sustento para tantas famílias. No dia 24 de julho de 2020, a Vale, empresa responsável pela barragem, suspendeu o fornecimento de água potável para um dos bairros afetados, mesmo após determinação da Justiça. O acesso à água, como um direito humano básico, é ferido novamente.

Somente em 2010 foi consolidada a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010) que atribui ao empreendedor (dono da barragem) o dever de cuidar e manter a barragem segura e, ao poder público, a fiscalização da segurança. Para isso, foram criados instrumentos que auxiliam no processo de instauração da Política, como a classificação das barragens, o Plano de Segurança, o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e o Relatório de Segurança de Barragens (RSB), entre outros (BRASIL, 2010).

Não obstante, mesmo com potenciais desastres, o cenário hídrico brasileiro tem sido altamente disputado, já que a energia hidrelétrica é vendida no momento em que se constitui o leilão para a construção das usinas. Desse modo, quanto mais cedo uma obra termina, mais dinheiro se ganha com a comercialização da energia. No Brasil, a concessão pública pelo Estado permite que a empresa construtora lucre com a geração de energia por 20 a 30 anos após o início do leilão. Esse é um dos problemas apontados pelo MAB para a atual crise do setor energético brasileiro, assim como a privatização.

No primeiro encontro de comunidades atingidas de todo país, em 1989, uma pauta única foi aprovada para continuar lutando por um modelo energético que fosse sustentável e no qual a conta mais alta não fosse cobrada da população, estabelecendo:

> 1) Elaboração de uma nova política para o setor elétrico, com a participação da classe trabalhadora;
> 2) Resolução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas hidroelétricas já construídas, como pré-condição para a implantação de novos projetos;
> 3) Cumprimento de acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias;
> 4) Fim imediato de subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico;
> 5) Reforma agrária, já sob o controle dos trabalhadores;
> 6) Demarcação das terras indígenas;
> 7) Demarcação das terras negras das comunidades remanescentes de quilombos (SILVA, 2007, p. 108-109).

De 1989 até a atualidade, mesmo crescendo, tendo passado por várias etapas, infelizmente as reivindicações continuam sendo as mesmas, como retratado na arpillera.

Seguindo a lógica de que a energia é mais uma mercadoria e que as empresas que a produzem devem obter o máximo de lucro, sem se importar com o social, os que pagam a conta, como sempre, são os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras. As famílias, privadas do acesso à água, antes um bem comum usado na pesca, irrigação, consumo próprio e pelos rios, vêem o bem mais precioso fornecido pela natureza ser cerceado, transformado e expropriado; aquele que era mutável (sempre se renovando) se transforma em um lago de águas paradas, represado e privatizado. Os atingidos passam a ser reduzidos a números e custos de indenização, em que só o homem é visível, causando invisibilidade à mulher.

Imagem 4 – Energia x Mercadoria

Fonte: MAB (2020)[17]

As empresas (Vale, Gerdau, Tractebel) apontadas na arpillera ilustrada na Imagem 4 são conglomerados internacionais com investimento financeiro nas diversas áreas de exploração de matéria-prima; e seus produtos são comercializados nos cinco continentes, atendendo setores: da construção civil, industrial e agropecuária; compõem a estrutura de residências, *shopping centers*, hospitais, pontes, hidrelétricas, torres de transmissão de energia e comunicação, na indústria automotiva, de mineração, na petroquímica, nos setores ferroviário, naval, ortodôntico, médico e alimentício. Com faturamentos bilionários, as empresas investem seu capital explorando os recursos naturais sob uma fachada de responsabilidade socioambiental que envolve os indicadores de: políticas de emprego, políticas de remuneração,

[17]Imagem disponível no portal oficial do MAB com a seguinte legenda: “O atual modelo energético brasileiro, que segue a lógica: energia=mercadoria, visa obter o máximo de lucros para as empresas. Quem paga a conta são as famílias brasileiras. As empresas privatizam o rio, transformando-o em lago, para produzir energia, privando as famílias do acesso. Os direitos das populações atingidas são vistos como custos a serem reduzidos, quando são indenizados, reconhecem no homem o direito de proprietário, invisibilizando o trabalho da mulher. Por outro lado, as mulheres organizadas fazem a luta pelos direitos de toda a família, e mesmo com a repressão seguem firmes na luta popular. Arpilleras brasileiras, coletivo nacional de mulheres do MAB, agosto de 2014” (MAB, 2020, *online*).

qualidade de vida, qualidade do ambiente, impacto da empresa, prevenção dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, qualidade dos produtos, garantia e serviços, informação, relações com clientes, ajuda filantrópica a entidades, obras e campanhas, participação direta em atividades comunitárias, relação com acionistas, relação com os governos e relações com outras empresas (SILVA, 2011).

Porém, as relações que se estabelecem entre as pessoas que são afetadas por grandes empreendimentos dessas empresas, com a empresa em si, se colocam em oposição a esses preceitos socioambientais em diversos aspectos. É possível colocar em destaque, por exemplo, a qualidade de vida; considerando como a situação das atingidas pela barragem de Brumadinho se encontra, é impossível dizer que este item foi alcançado pela Vale em sua responsabilidade socioambiental. Ou então, a proteção do meio ambiente em Mariana (MG). Mas no quesito relações com os governos e outras empresas, certamente se faz uma pontuação mais alta. A Gerdau, na qual o presidente do conselho administrativo é Jorge Gerdau, tem estreitas relações políticas, inclusive como fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) que reúne os maiores investidores do país:

> A missão do MBC é buscar a competitividade do país, buscar a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, não tem como só pensar no aumento da competitividade do setor privado, não tem como ter empresas competitivas se o ambiente não for competitivo sustentavelmente, se o setor público não tiver gestão eficiente que permita ao setor privado ser competitivo (REVISTA EXAME, 2010, *online*).

Mas convém lembrar que o lucro dessas empresas com capital estrangeiro não retorna à população como investimentos em empregos, informação, garantias e serviços; ao menos não de maneira integral. A Tractebel Suez, como empresa parte do consórcio construtor de hidrelétricas na Amazônia, foi denunciada no Ministério Público por enviar todo o dinheiro arrecadado com a venda da energia para sua matriz na França. É por práticas como essa que o Projeto Energético Popular é tão importante.

Foi no III Congresso Nacional do MAB, em 1996, que se intensificou a luta por uma política energética nos moldes populares, reafirmando essa proposta em 2014, construindo com a Plataforma Operária e Camponesa da Energia o Projeto Energético Popular (PEP), que contempla (MAB, [ca. 2014]):

1) A posição contrária do MAB à construção de grandes barragens;

2) Exige do governo brasileiro uma política energética com:

a) a participação da população no seu planejamento, decisão e execução;

b) sob o controle estatal do Setor Elétrico, retomando também as empresas privatizadas;

c) que os dois principais bens estratégicos do povo brasileiro, a água e a energia, estejam a serviço do povo e sob o controle dele;

d) que as questões ambientais e sociais sejam priorizadas acima do lucro;

e) que as distorções do setor, que causam desperdícios na distribuição, transmissão e consumo de energia, sejam corrigidas;

f) fim dos subsídios aos grandes consumidores;

g) investimento em pesquisa, desenvolvimento e implantação de fontes energéticas alternativas;

h) a construção de um programa de conservação de energia que seja efetivo;

i) que as empresas transnacionais que querem construir barragens no Brasil respeitem as legislações brasileiras e internacionais;

j) e que 20% do capital internacional que é destinado para a construção de barragens seja revertido em investimentos, em pesquisas e fontes alternativas de energia.

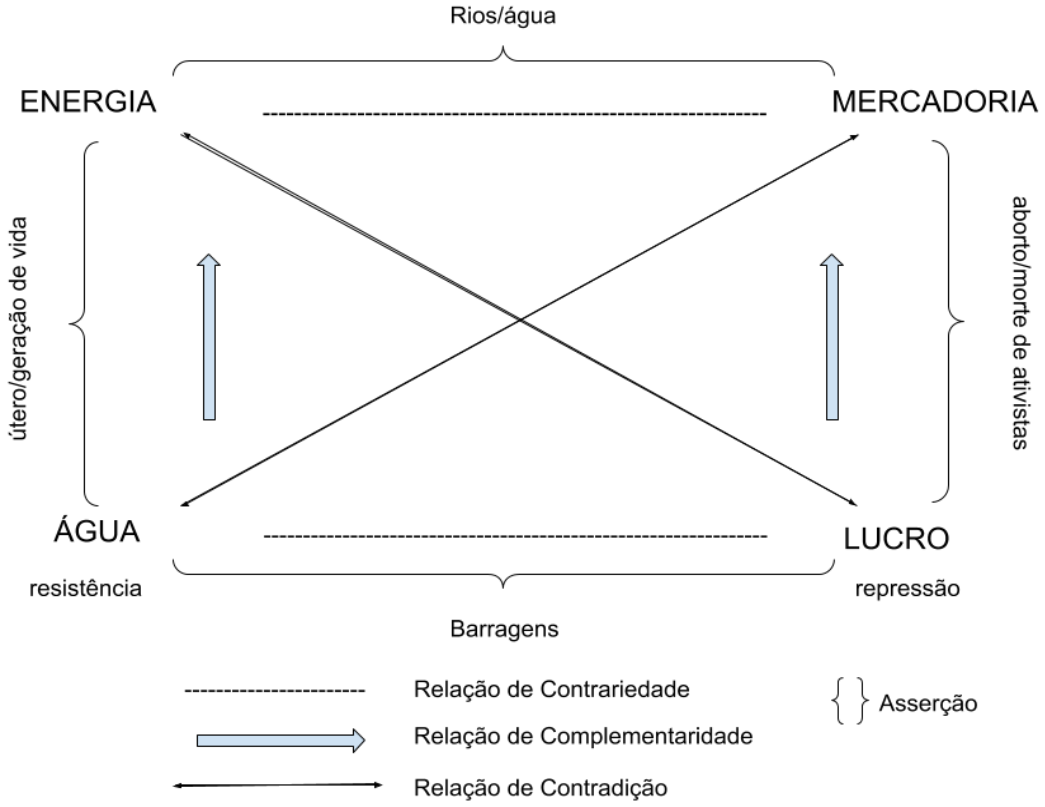
A construção do PEP é um dos discursos que o coletivo de mulheres do MAB faz coro. Ao defenderem um projeto emancipador em que a população tem um espaço decisório garantido, elas estão defendendo também o seu próprio processo de formação identitário, que vai além das conquistas materiais; sendo reconhecidas no espaço de planejamento, decisão e execução pensando em estratégias de vivência, reconhecendo-se como ecodependentes:

> Precisamos implementar políticas de gestão da demanda, de redistribuição da riqueza, de reorganização dos tempos para que a corresponsabilidade nos cuidados e na reprodução cotidiana da vida seja uma obrigação. Precisamos reformular os direitos e deveres cidadãos, de forma que a emergência ambiental e social e a vulnerabilidade da vida sejam consideradas pilares. Precisamos nos entender como seres ecodependentes (HERRERO, 2020, p. 15).

Ao romperem com as formas de opressão, entre elas a mercadologização da água e da energia, essenciais para a vida, a intenção é performarem como protagonistas de seus próprios espaços. O PEP, como enunciação de uma competência de saber-fazer adquirida pelo experienciado, torna-se um símbolo que faz parte de um projeto de ressignificação geosimbólica dos espaços das mulheres do MAB, que com as hidrelétricas sofreram apagamentos de memória e afetividade, em que os lugares de pertencimento precisam ser revisitados para novamente se dotarem da capacidade de representação da vida dessas pessoas.

Pedir o fim dos grandes empreendimentos barragísticos é resistir sistematicamente ao silenciamento de gênero em que os corpos, a água, a energia e a vida são mercadorias. Pela arpillera da Imagem 4 encontra-se o seguinte quadrado semiótico, apresentando na Figura 2 com os eixos significantes presentes na arpillera:

Figura 2 – Energia x Mercadoria



Fonte: Elaborada pela autora.

Para entender a propositura da relação dos eixos de contrariedade é necessário lembrar o lema do MAB, “Água e energia não são mercadorias”, porque os valores significantes de energia e mercadoria se complementam na oposição

semântica. Do mesmo modo, na relação de contradição estão energia e lucro, já que para o movimento é imperial que a energia seja um bem de acesso a todos, principalmente para aqueles que dentro da cadeia produtiva da hidrelétrica acabam diretamente afetados.

Com um olhar atento à arpillera ilustrada na Imagem 4[18], essa denúncia é visível no formato que a barragem assume, como um útero que cheio de líquido gera a vida. Mas a vida representada no bordado está se afogando, ela foi colocada ali por um nascimento forçado, como indica a cicatriz de cesárea por onde pende a corda do afogado. Do mesmo modo como também pendeu tantas mulheres ativistas que foram mortas ou ameaçadas, em que seus corpos vitimados se tornaram a representação sígnica da luta. Nicinha (MAB-RO), Índia (MAB-RO), Dilma (MAB-PA), Ana Flávia (MAB-RO) se atreveram a defender: a vida; a energia e água para todos; a agricultura familiar; a pesca tradicional; suas comunidades; e suas famílias; elas viram seus caminhos impedidos pelas empresas donas dos empreendimentos, muitas vezes pagando com a vida o preço dessa exploração.

Nicinha foi assassinada e seu corpo ficou desaparecido por cinco meses antes de ser encontrado na barragem da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho (RO). Dilma Ferreira, seu companheiro e um amigo do casal foram brutalmente torturados e assassinados em sua própria casa na zona rural do município de Baião (PA). Dilma dedicou sua vida à luta pela reparação dos atingidos/as e em defesa do território diante da cobiça do latifúndio na Amazônia. Índia e Ana Flávia atualmente, após diversas ameaças e atentados contra suas vidas, fazem parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), que no momento corre o risco de ser extinto sob o regime do atual governo.

Essas mulheres viram seus futuros nascimentos, no sentido de empoderamento coletivo, bloqueados, assim como o canal de saída representado na arpillera pelo canal vaginal, que está bloqueado pelos interesses do capital, dando nome às empresas que simbolizam esse bloqueio. A repressão armada, às vezes realizada pelo próprio Estado pela figura policial, aparece representada na polícia em volta dos manifestantes segurando bandeiras do MAB do lado direito da imagem.

Não se pode esquecer especialmente o que está representado do lado direito: são as mulheres organizadas que fazem a luta e seguem firme na revolução popular,

[18]Imagem 4 (p. 105).

mesmo com a repressão sofrida. A defesa de um Projeto Energético Popular, pensado com e pelas mulheres, garante que haja o olhar de gênero necessário para mudanças estruturais profundas na qualidade de vida das mulheres. Ao pensar sobre a importância que a água e a energia têm para o fortalecimento social e econômico dessas mulheres, o ecofeminismo surge como um esforço no movimento para proteger e beneficiar aquilo que está sendo ameaçado pelos empreendimentos barragísticos, defendendo uma proposta do uso não comercial dos recursos naturais.

Dentre as estratégias do MAB como trabalho organizativo para as mulheres está o estudo e análise da realidade de cada lugar para saber quais são os impactos na vida dessas pessoas, em especial das mulheres, e para ter clareza do inimigo central para identificar as lutas necessárias. É importante compreender que o mundo vivido é machista, patriarcal, baseado na opressão e violência contra a mulher, forçando padrões de valores consumistas e objetificando, inclusive, o corpo feminino.

Então, para que as mulheres sejam sujeitas ativas do processo político e organizativo no MAB, o trabalho organizativo dentro do movimento é conjunto, “com condições de construir um trabalho que possibilite a emancipação e auto-organização das mulheres, com a clareza que nosso inimigo é de classe” (MAB, 2015, p. 47). Isso tudo, articulando formações, organizações e lutas, motivando o trabalho das atingidas, criando condições para que elas se insiram nos espaços organizativos no movimento, ocupando cargos diretivos em todas as instâncias (nacional, regional, local) como forma de protagonizarem a própria história, empoderando-as a lutarem por pautas concretas, como contra a violência, a efetivação de políticas públicas de geração de renda para as mulheres, a construção de uma rede de apoio, como a Ciranda, como forma de manter a inclusão feminina, da mãe e dos filhos e filhas na luta.

5.3 DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES DE PODER

Em uma sociedade patriarcal e machista, que vê no homem (aquele ser que nasceu com o sexo masculino e se identifica com ele) o grande potencial transformador, a mulher acaba relegada a um papel de espectadora das transformações que ocorrem ao seu redor, inclusive enxergando as instituições e empresas atuantes em seu entorno, pois, “para muitos indivíduos e grupos, especialmente as mulheres, é provável que os papéis sociais tenham um impacto

maior sobre o comportamento espacial do que a classe social" (MONK; HANSON, 2016, p. 33).

Não são realizados estudos específicos sobre o impacto de determinadas ações espaciais sobre a vida de mulheres, por isso que estatísticas e compensações financeiras de empreendimentos de construção, normalmente, são estabelecidas unicamente a partir de dados sobre homens. Pensando na construção de barragens, por exemplo, os consórcios construtores não estão preocupados em levantar questões de gênero que determinam os papéis sociais dentro de uma comunidade atingida. A grande preocupação é quantificar o número de pessoas a serem indenizadas e, ainda assim, isso é feito com grandes margens de erro para menos.

Caso houvesse uma preocupação com esses papéis, os reassentamentos de pessoas afetadas por barragens teriam que ser minuciosos, visto que as redes sociais que se estabelecem entre vizinhos/as, entre as mulheres da comunidade, as crianças e idosos/as em cada espaço são extremamente complexas. Uma vizinha pode não ser apenas uma pessoa que mora ao lado, ela pode ser a pessoa que ajuda a cuidar dos filhos/as durante o trabalho, que cuida da casa quando uma viaja ou que olha pelos idosos/as enfermos, que compartilha o alimento na hora da falta, que faz companhia na hora da solidão, pode ser aquela que dá o suporte necessário para a jornada tripla daquela mulher. Quando se é transferido de um lugar para outro pela construção de um empreendimento barragístico, quem faz as realocações não tem como preocupação principal manter esses vínculos, não é a prioridade.

Os espaços topofílicos em que as imagens poéticas se fortalecem é o espaço vivenciado inclusive na imaginação, nem positivo, nem negativo, mas nas particularidades positivas e negativas. A perda da casa, que vem a ser um dos enfrentamentos dos atingidos/as por barragens, é a perda da imagem do lugar de segurança, o lar, que também é a narrativa individual:

> Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância. Imóvel, imóvel, como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade, nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens (BACHELARD, 1978, p. 201).

Então, pensar nas especificidades de um lugar não é simplesmente pensar naquele lugar, mas também nas redes de relações que se estabelecem nele e por ele, incluindo suas riquezas naturais e humanas. Um conjunto de lugares hierarquizados pelas relações e itinerários forma o território, segundo Bonnemaison (1981).

Com o processo de globalização, principalmente pelo viés econômico envolvendo grandes empresas transnacionais, alguns desafios se impõem para que as desigualdades não sejam reproduzidas e acentuadas nas novas redes de relações que acabam se formando com a troca de hierarquias dos lugares no território.

A defesa dos Direitos Humanos surge como um discurso para defender as pessoas nesse processo de mudanças promovidas por empresas. O Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos (*Business & Human Rights Resource Centre*), uma entidade da Organização das Nações Unidas (ONU), além de acompanhar como empresas e governos atuam nos impactos causados pelas empresas, age como um observatório informativo dessas atuações, trazendo à luz denúncias e propondo ações e políticas específicas para casos de violação, com base nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos estabelecidos pela ONU. Os Princípios servem para fornecer orientação para que empresas pratiquem o tripé “proteger, respeitar e remediar”, numa tentativa de tornar essas questões mais normalizada dentro do gerenciamento corporativo.

Entretanto, os princípios são apenas uma orientação que, apesar de poder contribuir para a conscientização e responsabilização com relação aos Direitos Humanos, fica a cargo da empresa tomá-lo como uma medida amplamente difundida em seu negócio, sendo quase que um compromisso moral, o que muitas vezes não condiz com a aplicabilidade empresarial que visa o lucro.

Voltando ao tripé, também existe um erro básico no pensamento de “proteger, respeitar e remediar”. Ao inserir a “remediação” como item nos princípios, é como se já se intencionasse um erro ou que qualquer erro que ocorra, com baixo ou alto impacto, possa ser remediado ou sanado com um efeito paliativo, como se vidas pudessem ser resgatadas, territórios recuperados e desastres apagados por uma indenização financeira.

A ONU e suas diretivas, levando em consideração especial a ONU Mulheres e a comissão de Negócios e Direitos Humanos (*Business and Human Rights*) são aqui importantes a serem ressaltadas, porque seus discursos também se conectam com um espectro mais amplo, que no caso seriam as construtoras, mesmo que a atenção

principal desta pesquisa seja voltada a como as Mulheres do MAB ressignificam sua espacialidade através das construções simbólicas. E por que a ONU como forma de compreender esse vínculo empresa/movimento social? Pelo entendimento de que a ONU, como uma organização internacionalista, apesar de se posicionar de maneira protetiva em relação aos elos mais fracos da sociedade (diga-se os pobres) e consolidar diretrizes internacionais que compele o tratamento mais digno a essa camada social, muitas vezes acaba dialogando com o setor empresarial e governamental de maneira sistêmica, de forma a reproduzir ou corroborar com os mesmos discursos que os movimentos sociais tentam romper. E o mundo globalizado atual, com empresas transnacionais cada vez mais conectadas ao capital global, consegue permear suas teias por entre a organização e fazer dela uma parte de sua estrutura de construção territorial.

Ademais, a ONU é uma organização ligada às estruturas do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estruturas que, apesar de seus discursos em defesa dos direitos humanos, impactam sobremaneira na geopolítica mundial, com visões conservadoras que financiam investimentos habitacionais, educacionais e socioambientais, em que o retorno financeiro suplanta a importância das mulheres, das comunidades e dos grupos sociais.

5.3.1 Negócios e Direitos Humanos

Mesmo com marcos regulatórios, legislações e princípios norteadores para a defesa dos Direitos Humanos em Negócios (*Business*), é difícil visualizar os Direitos Humanos e os Negócios andando juntos de forma harmoniosa. Quando o contexto é o Brasil, o cenário é ainda mais sombrio e complexo quando se relaciona com as barragens hidrelétricas.

Na história do setor elétrico brasileiro, os casos de violação e negação de direitos dos atingidos/as por barragens foram se acumulando ao longo dos anos nesse rol de adversidades. Vários problemas ambientais são relatados em decorrência da instalação das barragens, como a infestação de insetos pelo desequilíbrio ecológico, secas e enchentes em períodos incomuns, mudança na dinâmica da reprodução de peixes, contaminação dos lençóis freáticos afetando a água de poços artesianos, e mais:

> No caso das usinas de Jirau e Santo Antônio, a mobilidade populacional, com a migração de mão de obra trabalhadora na construção da barragem e o deslocamento dos atingidos pelo reservatório, causa um descompasso na organização existente a exemplo das tensões sobre o uso dos recursos hídricos, em que algumas atividades tradicionais ou diretamente ligadas ao rio são inviabilizadas, enquanto que as ligadas ao agronegócio são energizadas mesmo em áreas sem aptidão agrícola; o grau de fragilidade ambiental à erosão na área é intensificado pela dinamização da pecuária e exploração madeireira, resultando em pressão em áreas de unidade de conservação e terras indígenas (CAVALCANTE, 2012, p. 137)

As mulheres, já afetadas pelas relações desiguais de gênero, têm sua situação agravada neste cenário. São essas mulheres que na estrutura hierárquica de poder, numa sociedade machista e patriarcal, as responsáveis pela manutenção do lar e dos laços comunitários. Com a instalação dos empreendimentos hidrelétricos, o MAB ressalta seis eixos principais violências contra as mulheres em todos os lugares onde esse tipo de negócio é implantado.

O primeiro deles é no mundo do trabalho. A divisão sexual do trabalho nas diferentes sociedades de classe foi se somando à divisão social do trabalho, em que há uma divisão e naturalização do trabalho intelectual (quem pensa? quem faz ciência? quem produz conhecimento?), do trabalho manual (e que exijam força física), em quem pensa e quem faz, quem detém os meios de produção e quem detém somente a força do trabalho, e que também hierarquiza o feminino abaixo do masculino. Isso é um pilar fundamental na origem das sociedades de classe, na origem do Estado e da família mononuclear. Tocar nesse ponto é extremamente importante, pois uma enorme parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é aquele não pago, não remunerado, é essencial para a sociedade do capital:

> Ao apontarem a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres como a raiz da exploração feminina na sociedade capitalista, Dalla Costa e James demonstraram que era possível transcender a dicotomia entre o patriarcado e a classe, e deram ao patriarcado um conteúdo histórico específico (FEDERICI, 2018, p. 11).

O trabalho doméstico, apesar de não ser considerado trabalho remunerado, é extremamente necessário tanto no sentido organizativo como funcional para manter a sociedade capitalista e a acumulação de bens. Françoise Vergès (2020), feminista, anticapitalista e antipatriarcal, ressalta que a acumulação de capital só é possível por causa desses trabalhos femininos não remunerados, inclusive a reprodução, que é o que fornece a mão-de-obra ao capitalismo:

> A cada dia, em cada cidade, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade. Elas limpam os espaços que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, sendo tudo isso prejudicial a sua saúde (VERGÈS, 2020, p. 3).

Portanto, se não fosse essa exploração reprodutiva e assalariada, o sistema não teria a mesma força:

> Uma vez mais, muito da violência empregada é dirigida contra as mulheres, porque, na era do computador, a conquista do corpo feminino continua sendo uma pré-condição para a acumulação de trabalho e riqueza, tal como demonstra o investimento institucional no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que, mais do que nunca, reduzem as mulheres a meros ventres (FEDERICI, 2018, p. 37).

Ao mesmo tempo em que as mulheres são fundamentais em seu papel reprodutivo, é necessário que sejam mantidas silenciadas e dominadas. Pauperizando as mulheres, retirando seu sustento, seu acesso a terra e à água, destruindo a vida comunitária e tornando-as dependentes financeiramente, (re)criam-se as condições materiais para a sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho pelos trabalhadores homens.

> Hipoteticamente, vamos considerar uma trabalhadora que produza uma mercadoria qualquer, por exemplo, sapatos. Supomos que ela fabrique 300 sapatos mensalmente, trabalhando 8h, e seu salário seja R$ 2 mil. Se cada sapato é vendido pelo dono da fábrica e R$ 50, então essa trabalhadora produziu riqueza equivalente a 300 x R$ 50 = R$ 15.000! Sendo seu salário R$ 2 mil, supondo que o dono da fábrica gastou R$ 3.500,00 com matéria-prima (couro), que gastou R$ 400,00 com manutenção dos meios de produção, com encargos 100,00, mais-valia extraída (ou seja, riqueza roubada) pelo seu patrão é equivalente a R$ 9.000,00 mil em um mês, e isso saiu do trabalho da mulher (MAB, 2015, p. 38).

É possível encontrar outros registros desse tipo de exploração em outros lugares onde foram construídas barragens para fins de produção de energia:

> Um dos fatores de violação dos direitos das mulheres atingidas diz respeito diretamente ao não-reconhecimento do trabalho. Por exemplo, no cálculo da indenização para os atingidos pela barragem de Itá (Santa Catarina, 1987), a força de trabalho de uma mulher adulta foi considerada como 80% da de um homem da mesma faixa etária. Para os idosos, enquanto a força de trabalho masculina foi reduzida à metade, a das mulheres caiu para 25% de um homem adulto.
> [...] Para além das violações decorrentes da construção das obras, as mulheres também são vítimas das contradições do modelo energético. A ausência de energia e água, situação precária a que muitas famílias atingidas

> são submetidas, torna o trabalho das mulheres muito mais árduo, pois elas acabam gastando mais energia humana para compensar a falta de energia elétrica em casa, além de ter que percorrer grandes distâncias para conseguir água para a família (MAB, 2013, *online*).

Atrelado ao conceito de “feminização da pobreza” encontra-se o conceito de “pobreza energética”, da falta de fornecimento de energia às famílias, que em muitos casos são definidas por políticas públicas e outras intervenções que resultam nos efeitos diferenciados das restrições de acesso a insumos básicos para a população vulnerável — mulheres e crianças:

> A pobreza em geral e a pobreza energética em particular[19] afetam as mulheres em maior medida em termos de saúde, esforço e tempo, limitando sua capacidade de participar de atividades educacionais, de desenvolvimento pessoal e de geração de renda (MOLINA, 2020, p. 9).

Outro ponto que o MAB ressalta é a participação política feminina. De acordo com o MAB (2015, p. 42), as mulheres são desqualificadas como sujeitos de direitos e não têm voz participativa principalmente nas negociações com os empreendimentos; também na ausência de serviços básicos que possibilitem às mulheres acessarem os espaços públicos de maneira plena, tais como creches, escolas, transporte e saúde. A ausência delas nos momentos de decisão, ou o seu não reconhecimento como sujeitos de direito tem profunda relação com o fenômeno sociocultural vigente em uma sociedade que não preza pelas propriedades fundamentais relacionadas à participação e à comunicação dos sujeitos para a formulação e o movimento natural dos espaços do mundo vivido.

A arpillera nomeada de “Direitos Já”, ilustrada na Imagem 5 a seguir, foi construída pelo coletivo nacional de mulheres do MAB e apresenta os problemas centrais relacionados às políticas públicas e hidrelétricas que perpassam a vida das atingidas. Na legenda da imagem elas ressaltam a educação deficitária para as mulheres camponesas, o preço da energia que é a fonte de lucro dos empreendimentos hidrelétricos que as afetam, a privatização e a falta de água, assim como a falta de creches para a permanência das crianças.

---

[19]Vale ressaltar que dados do Instituto de Energia e Meio Ambiente apontam que mais de 2 milhões de brasileiros/as vivem sem energia elétrica, sendo que 990 mil deles estão na Amazônia (IEMA, 2019).

Imagem 5 – Materialidade dos direitos x neutralidade dos direitos

Fonte: MAB (2020)[20]

As mulheres utilizam diversas imagens para representar na arpillera cada uma das problemáticas citadas, como no caso da representação do feminino pelo símbolo ♀ na arpillera. Quase todos os elementos aparecem dentro deste formante eidético, exceto uma única boneca: é como se as necessidades representadas dentro deste formante fossem ao mesmo tempo o que elas vivem e o que elas sentem falta,

[20]Imagem disponível no portal oficial do MAB com a seguinte legenda: “O símbolo do feminino representa as mulheres nesta arpillera. A hidrelétrica atravessando toda a imagem, de baixo até em cima, é a causa dos problemas centrais apresentados relacionados com as políticas públicas na vida das mulheres. Entre eles vêm a saúde feminina preventiva representada através do útero, o acesso que se torna difícil nas estradas das comunidades, a falta de educação para mulheres camponesa, a energia cara, tomada como fonte de lucro para as empresas, a falta de água e sua privatização, a torre levando nossa energia para fora dos pais e a necessidade de creches representada pela ciranda. Arpillera brasileira, coletivo nacional de mulheres do MAB, agosto de 2014” (MAB, 2020, *online*).

enquanto que o único elemento fora (a boneca) viesse reforçar que as mulheres se encontram em ausência com essas representações dentro do significado simbólico de ♀, usado como referência para indicar as mulheres.

Outro formante que compõem a figura do lado esquerdo é: o útero com a cruz **+**, as gotas de água cortadas pelo **×**, um livro, o capital **$**, uma casa com a escrita "CIRANDA" e uma criança, além do rio represado. Retomando o título da arpillera, que é "Direitos já", todos esses formantes vêm a ser a representação daquilo que está em falta para as mulheres cortadas e interrompidas pela barragem. O rio represado no feixe de formante topológico da esquerda tem a água estagnada, assim como os direitos dessas atingidas. Pelo útero com a cruz, representa-se a ausência de cuidados ginecológicos, o difícil acesso à medicina pela mulher durante toda sua vida sexual reprodutiva.

Mesmo tendo o rio e a hidrelétrica no quintal de suas casas, as gotas com o **×**, mostram como são ausentes as políticas públicas de saneamento básico, refletindo na ausência de água encanada. Além da energia com alto custo, impossível de ser usufruída por todos enquanto é fonte de capital (**$**) dos empreendimentos, e muitas vezes tira o sustento das famílias atingidas. O livro remete à dificuldade em ter acesso à educação, tanto pelas mulheres camponesas quanto para seus filhos e filhas, seja pela distância das cidades ou pelos reassentamentos mal estruturados que não possuem escolas e nem creches. Inclusive, a falta de creches vem representada pela casa com o título "CIRANDA".

A Ciranda[21] é uma metodologia utilizada dentro dos movimentos sociais como MAB e MST. É um espaço destinado às crianças para ensino, jogos educativos e entretenimento durante os encontros políticos e de formação. A Ciranda surgiu da necessidade de se criarem espaços seguros para as crianças, de forma com que as mulheres pudessem participar das tomadas de decisões, já que se pressupõe na sociedade machista que é dever só da mulher cuidar de sua prole.

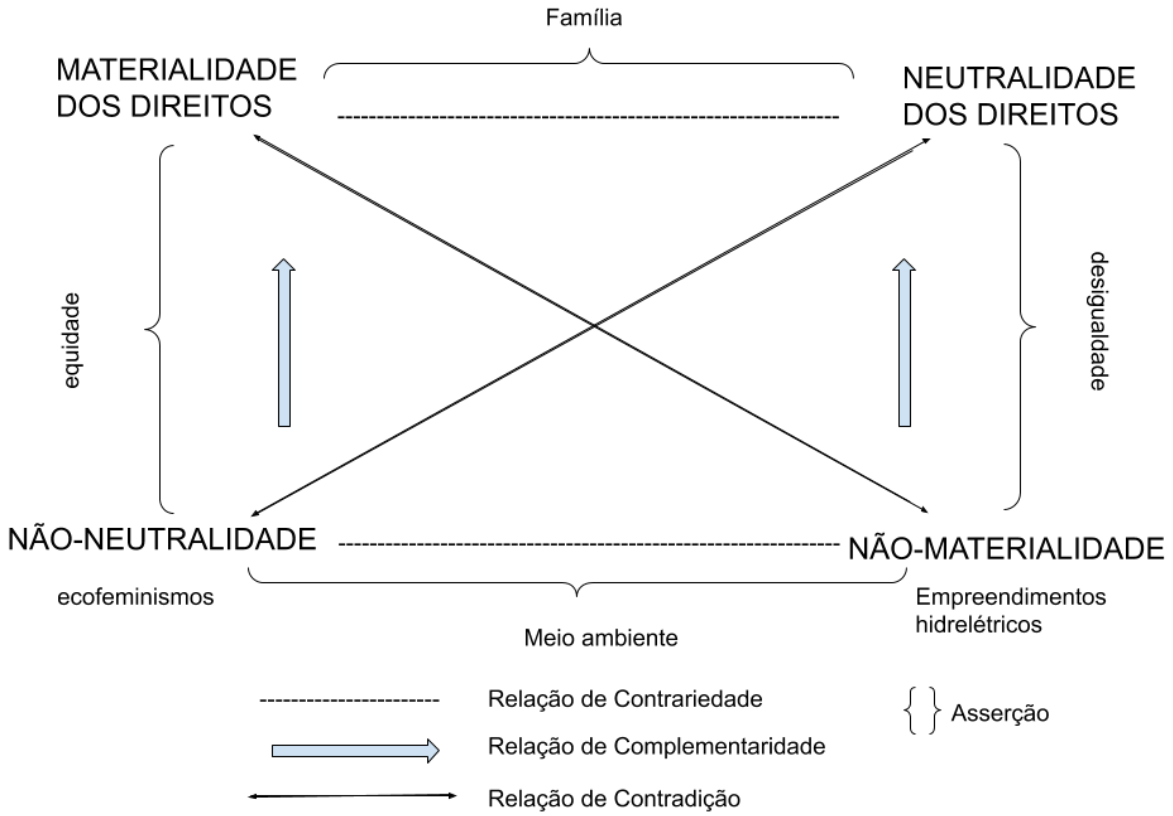
---

[21]"Surgida em 1997 — como uma experiência de movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — a Ciranda garante que mães, pais e responsáveis, que trouxeram as crianças, participem das atividades do encontro. A ciranda é um espaço seguro e agradável, mas se diferencia por ter uma intencionalidade política e pedagógica. [...] A metodologia utilizada no cuidado e educação das crianças possui uma intencionalidade política e pedagógica baseada em cinco princípios: integração social, promovida entre os educandos e os demais participantes do evento; trabalho coletivo; realidade local e global; auto-organização dos educandos conforme gênero e raça/etnia; e gestão democrática do espaço, em que crianças mais velhas contribuem na organização e construção da Ciranda" (NACIF; ANDERSON, 2016, *online*).

A utilização da Ciranda na arpillera tem tripla significância, primeiro é que faltam espaços educativos da educação formal, como creches e escolas, para as crianças atingidas, e por isso se mostra necessário utilização deste; segundo que nos reassentamentos muitos laços comunitários são quebrados e as mulheres perdem companheiras vizinhas ou familiares que antes tomavam conta das crianças para elas; e, por último, mostra que as mulheres, mesmo com todas as adversidades impostas, continuam marcando presença dentro dos círculos de decisão, e que agora conquistaram esse benefício que as ajudam nesse processo.

No eixo topológico da direita tem-se a torre de transmissão de energia da hidrelétrica e diversos bonequinhos e casas; existe também uma pequena estrada que é interrompida pela linha transversal que representa a barragem. É como se esse lado estivesse desconectado, neutralizado na busca pela garantia de seus direitos. O círculo que compõe a parte superior da figura é a negação dessa busca quando a linha transversal atravessa esse círculo formando um símbolo que, na matemática, significa um conjunto vazio, aquilo que não pertence a algo.

Figura 3 – Materialidade dos direitos x neutralidade dos direitos



Fonte: Elaborada pela autora.

Na relação de contradição entre dois termos da categoria binária asserção/negação, a relação se estabelece “após o ato cognitivo da negação, entre dois termos, de que o primeiro, posto antecipadamente, é tornado ausente por essa operação, ao passo que o segundo se torna presente” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 98).

Então, pressupondo a Materialidade dos Direitos, se presentifica a Neutralidade dos Direitos, o que vai significar nessa realidade figurativizada pela arpillera é que, mesmo que haja uma materialidade prescrita por leis e normas para o atendimento de todos, existe também uma neutralidade desses direitos que vão atender as demandas do capital financeiro, aqui representado pelas empresas transnacionais que exploram os recursos naturais, tornando os direitos um conjunto vazio, em que nem todos têm acesso à integralidade garantida por lei.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, por exemplo, os artigos 196[22], 205[23], 225[24] já garantiriam boa parte das necessidades reivindicadas na arpillera (ilustrada na Imagem 5 e analisada na Figura 3), como saúde, educação e equilíbrio ecológico pela fiscalização de grandes obras depredativas, sendo assim uma materialidade. Entretanto, a neutralidade é trazida pela asserção “desigualdade” com a instalação das barragens de grande porte, sendo uma Não-materialidade dos direitos presentificados pela falta de fiscalização das obras de construção, pelos impactos ambientais que causam estragos superiores ao previsto e pelas populações não indenizadas pelas construtoras.

Nos eixos de contradição que é “a relação de pressuposição recíproca que existe entre os dois termos de um eixo semântico, quando a presença de um deles pressupõe a do outro e, vice-versa, quando a ausência de um pressupõe a do outro”

---

[22]Art. 196. “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p. 116-117).

[23]Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 121).

[24]Art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-los para as presentes e futuras gerações. [...] §1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: III- definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção; IV- exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 1988, p. 127).

(GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 99), vê-se Materialidade dos Direitos/Não-Materialidade e Neutralidade dos Direitos/Não-neutralidade. Ressaltando a contradição Neutralidade/Não-neutralidade, trabalha-se na perspectiva de uma reconquista desses direitos, carregando-os novamente de significado e deixando o estado de ausência. Medidas como a Ciranda e o ecofeminismo dentro do movimento fazem parte dessa construção por mais equidade e direitos para todas e todos.

Retomando o esvaziamento simbólico que se dá no conjunto de direitos dos atingidos, como visto acima, outro esvaziamento simbólico também presente na Amazônia é a posse da terra. Há que se ressaltar nessa trajetória a importância da terra e do significado da sua posse, já que um lugar “vazio” passa a ser visto também como uma “terra de ninguém”, pois, não sendo reconhecida sua posse, é o mesmo que dizer: “sem dono”. Esse fator é importante para entender alguns aspectos históricos e discursivos que a Amazônia também enfrenta, como, por exemplo, o constante mito do vazio demográfico carregado de significados ressaltado por Aparecida Luzia Alzira Zuin e Ilana Strozenberg (2014, p. 65):

> Um dos indícios é o fato da existência da rede inter-relacionada de direitos, deveres, privilégios e imunidades que os indivíduos e os grupos dentro de uma sociedade observam em relação aos recursos da terra. Por isso, em “terra de ninguém” o que prevalece é a posse privada em detrimento da propriedade coletiva, como naquela nos moldes instituídos pelos nativos.

Ou como aponta McClintock:

> O mito da terra virgem é também o mito da terra vazia, envolvendo tanto uma despossessão de gênero quanto de raça. Em narrativas patriarcais, ser virgem é estar vazia de desejo e de atuação sexual, aguardando passivamente o ímpeto da inseminação masculina da história, da linguagem e da razão. Nas narrativas coloniais, a erotização do espaço "virgem" também faz uma apropriação territorial, pois, se a terra é virgem, os povos colonizados não podem reivindicar direitos territoriais originários, e o patrimônio masculino e branco é assegurado violentamente, assim como a inseminação sexual e militar de um vazio interior (2010, p. 57).

É essa “terra de ninguém” que se torna solo fértil para o enraizamento do sistema capitalista patriarcal no qual a divisão sexual do trabalho continua forte e bem estabelecida. O patriarcado, como resume a autora Heleieth Saffioti (2011, p. 44), “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Nesse sistema, tanto o trabalho doméstico e familiar realizado principalmente pelas mulheres, quanto

à natureza são explorados e invisibilizados, apesar de serem indispensáveis para a sobrevivência humana.

Assim como o patriarcado explora as mulheres, o capitalismo explora a natureza de forma indiscriminada. De maneira intensificada, nos últimos 60 a 70 anos, famílias camponesas e comunidades tradicionais têm sido expulsas do campo com toda a sua sabedoria sobre as árvores, as florestas, as ervas medicinais e os animais, para serem substituídas por grandes monoculturas que produzem alimentos artificialmente e com grande parte voltada para alimentação de animais criados em confinamento. A terra, e o que provém dela, virou concentração de dinheiro e poder na mão de poucas empresas que comandam o mercado, sendo este o resultado de políticas públicas ditadas pelos interesses dos grandes conglomerados transnacionais.

Nesse cenário, em que as mulheres são as mais afetadas, é fato que elas estão na linha de frente da luta por melhores condições de vida e defesa dos seus direitos. Por isso, não poderia ser diferente com o coletivo de mulheres do MAB. Em nota de apresentação da *Cartilha de Mulheres Atingidas por Barragens em luta por direitos e pela construção do Projeto Energético Popular*, elas ressaltam:

> Historicamente, o MAB tem levantado inúmeras denúncias de violação aos direitos humanos na vida das populações atingidas, e das mulheres de forma particular. Segundo a Comissão Especial de Barragens do Conselho Nacional de Defesa da Dignidade da Pessoa Humana (CDDPH), elas são “atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida”. Diante disso, essa cartilha vem, dentro da perspectiva norteadora da educação popular, estimular o nosso empoderamento como sujeitas no processo de emancipação humana, afirmando nossa identidade de lutadoras frente à realidade desigual da sociedade e do modelo energético brasileiro.
> [...] As mulheres atingidas por barragens sempre entoam cantos de lutas, por direitos e pela sua emancipação, desde os vários lugares e obras do Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste. Lutam por amor à vida, gritando: Mulheres, água e energia não são mercadorias (MAB, 2015, p. 3).

Como a luta feminina é muito mais coletiva que individual, como se vê ao longo da história, o empoderamento é a chave enunciativa. A palavra empoderamento, para alguns autores/as, é um neologismo do educador Paulo Freire e tem origem no termo inglês *empowerment*, que define um conceito fundamental para entender as aspirações dos movimentos sociais atuais, como o caso do movimento das mulheres do MAB. Para Ana Freitas:

> A ideia é dar a alguém ou a um grupo o poder de decisão em vez de tutelá-lo. O movimento feminista negro, por exemplo, trabalha para empoderar mulheres negras, promovendo conscientização, por meio de educação comunitária, palestras e produção de conteúdo. O objetivo é dar instrumentos necessários para que esse grupo reivindique políticas públicas que beneficiem ou diminuam suas dificuldades específicas.
> É, portanto, um conceito fundamental para explicar as principais faces de movimentos sociais que defendem mais participação social e oportunidades para minorias (FREITAS, 2016, *online*).

O termo empoderamento foi criado para tentar definir formas de poder adquiridas por grupos minoritários, com pouco poder ou emergentes, e cuja definição tem diversas vertentes:

> É preciso abarcar o empoderamento a partir de duas dimensões: uma coletiva e outra individual. O empoderamento implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público e também em contextos mais específicos, ou individuais (LÉON, 2001, p. 12).

Em vista disso, divergindo da banalização atual do termo empoderamento como uma busca individual por crescimento pessoal; empoderar é canalizar um movimento coletivo para uma construção que vá além de um aqui-agora, mas que signifique uma capacidade de crescimento e de autosustentabilidade em longo prazo para este coletivo. De acordo com a ONU Mulheres[25]:

> Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável (ONU MULHERES BRASIL, 2017a, *online*).

---

[25]Em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou a ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Ao fazê-lo, os Estados-Membros da ONU deram um passo histórico para acelerar a implementação das metas da Organização sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A criação da ONU Mulheres surgiu como parte da agenda de reforma das Nações Unidas, reunindo recursos e mandatos para gerar mais impacto. A instituição agrega e constrói sobre o importante trabalho de quatro setores prévios distintos do Sistema das Nações Unidas, que se centram exclusivamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres: Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW); Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW); Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI); e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). As suas principais funções são: apoiar os organismos intergovernamentais como a Comissão sobre o *status* da mulher na formulação de políticas, padrões e normas globais; e ajudar os Estados-membros a implementar estas normas, fornecendo apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicitem; bem como estabelecendo parcerias eficazes com a sociedade civil; ajudar o Sistema ONU a ser responsável pelos seus próprios compromissos sobre igualdade de gênero, incluindo o acompanhamento regular do progresso do Sistema (ONU MULHERES BRASIL, 2017a).

Os sete princípios de empoderamento das mulheres, conforme documento da ONU Mulheres são:

> 1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
> 2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
> 3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
> 4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
> 5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
> 6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
> 7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU MULHERES BRASIL, 2017b, *online*).

Mesmo considerando problemática a concepção de empreendedorismo assumida nos documentos da ONU, que apresenta uma relação entre capital e trabalho numa esfera globalizante que possibilita uma regressão dos direitos trabalhistas, num sentido de "uberização da vida"[26], a ideia aqui é apresentar como essas diretivas dão base para diversas ações, como a *Agenda 21 de Ação para as Mulheres*, discutida pela primeira vez no *Planeta Fêmea*, congresso organizado em Nova York (EUA) com o apoio da *Women's Environment and Development Organization/*Organização de Mulheres pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO, 1992); este foi um passo importante na articulação de propostas feministas para um mundo sustentável que foi defendido na *Conferência Eco-92*; em seu capítulo 24, *Medidas mundiais em favor da mulher para conseguir um desenvolvimento sustentável e equitativo*, as questões femininas foram amplamente abordadas:

> O objetivo geral do capítulo 24 poderia ser expresso como "melhorar a participação das mulheres na tomada de decisões, tendo em vista a necessidade da sua participação na ordenação dos ecossistemas e na luta contra a degradação ambiental". Para isso, seria necessário: eliminar os obstáculos que impediam a sua participação, tais como o acesso a educação, capacitação, informação, serviços, recursos (terra, crédito, direitos de propriedade, insumos agrícolas); reconhecimento dos seus direitos reprodutivos e sexuais; e eliminação da violência contra as mulheres. Além

[26] A "uberização da vida", assim como a "uberização do trabalho" são conceitos novos que podem ser considerados "como um amplo processo de informalização do trabalho, processo que traz mudanças qualitativas para a própria definição de trabalho informal. Mostra-se complexa e poderosa na redefinição das relações de trabalho, podendo ser compreendida como mais um passo no processo de flexibilização do trabalho, ao mesmo tempo que concorre com as terceirizações na forma como as conhecemos nas últimas décadas." (ABÍLIO, 2020, p. 112)

> disso, explicitava-se uma série de medidas que os governos deveriam desenvolver para garantir o cumprimento dessas metas (SILIPRANDI, 2009, p. 84).

Tais obstáculos, passados quase 30 anos, ainda não foram completamente ultrapassados, mas os primeiros passos já foram dados. Mais uma vez as mulheres fazem frente a essa construção e parte disso é atribuido ao ecofeminismo. O ecofeminismo, em sua essência, além de questionar as relações de poder estabelecidas pelo patriarcado entre homens e mulheres, também questiona o consumismo da sociedade industrializada e a destruição da natureza pelo modelo de desenvolvimento capitalista que vê a natureza como um recurso ilimitado a serviço da acumulação do capital.

6 MULHER *NO* E *EM* MOVIMENTO: “MULHERES, ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS!”

No cenário atual, as políticas públicas voltadas para a economia, a exportação e a promoção dos capitais transnacionais são atores das mudanças estruturais do território. Para Cavalcante (2012), a questão do ordenamento territorial no estado de Rondônia, o dinamismo econômico e a conservação ambiental (em esferas e escalas de entrosamento a nível global e local) têm importância para entender como se dá a disputa sobre o uso do território e dos recursos naturais da Amazônia, que nessa tensão é alterado, fragmentado, reorganizado e refuncionalizado.

Nessa disputa, a população tenta manter suas tradições culturais, suas terras, casas e plantações que são transformadas por essas políticas, dado que:

> Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, aterritorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória [quando lhes é dada como possibilidade], resultado da total falta de [...] alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2016, p. 250-251).

Isto é, ao mesmo tempo em que são vistos como sujeitos de direito em textos constitucionais, seus territórios são esvaziados geosimbolicamente, pelas empresas e grandes empreendimentos econômicos e pelo poder público. O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, por exemplo, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, no artigo 3º, inciso I, tem por princípio: “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica” (BRASIL, 2007, *online*). Mas não há como garantir esse princípio se os megaempreendimentos continuam se expandindo pelo território nacional, já que os impactos e contradições dessas obras causam direta e indiretamente tensões e transformações.

> No caso evidenciado, a implantação das usinas do Rio Madeira promove: a desarticulação da cultura tradicional amazônica com a desapropriação da população ribeirinha sob a influência do reservatório; o rompimento do cultivo na várzea; a desarticulação da pesca; o deslocamento e o surgimento de novos povoados; o desmatamento para conversões de novos usos e ocupação de novas áreas; a redefinição nos limites em unidades de conservação em função do reservatório e a migração de centenas de trabalhadores envolvidos na construção da usina (CAVALCANTE, 2012, p. 139).

Observa-se atualmente que, do mesmo modo como o programa de desenvolvimento regional utilizado anteriormente via propaganda governamental “integrar para não entregar”, durante o período de ditadura militar, os projetos de infraestrutura na Amazônia desconsideram a cultura local e a política ambiental, sendo responsáveis pelo descaso com os povos indígenas, ribeirinhos, castanheiros, extrativistas, pescadores, agricultores, quilombolas e tantos outros; daí a perda de suas posses ocasionarem danos dos mais diversos, o que significa viver de fato em um “vazio”.

O Estado, em si, reconhece esse problema, em denúncias do Ministério Público. No texto abaixo se apresentam as consequências inerentes à degradação ambiental e o desrespeito aos direitos dos cidadãos e cidadãs devido à retirada dos moradores de uma região para outra com o objetivo do enchimento do lago para o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Jirau.

> Direitos fundamentais como saúde, educação, segurança e moradia digna estão sendo desrespeitados pelo poder público e pela empresa construtora da Usina Hidrelétrica de Jirau. Isto é o que afirmam os Ministérios Públicos Federal e Estadual de Rondônia, que ingressaram na Justiça Federal com uma ação civil pública contra a União, o Ibama, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), consórcio ESBR (Energia Sustentável do Brasil S/A), prefeitura de Porto Velho e governo de Rondônia.
> A Usina de Jirau, no Rio Madeira, inundará o distrito de Mutum-Paraná, distante 136 quilômetros da sede do município de Porto Velho (RO). A população urbana do distrito e os ribeirinhos que serão atingidos pela inundação provocada pela barragem terão que deixar o local.
> Para reassentar as famílias, um complexo residencial chamado de Nova Mutum foi instalado a 17,2 quilômetros do distrito de Mutum-Paraná. Quem não concordar em mudar para Nova Mutum deverá ser indenizado. Entretanto, há diversos problemas tanto para quem ficou na antiga vila quanto para quem foi para a nova (MPF; MPRO, 2010, *online*).

Outro exemplo são as comunidades ribeirinhas realocadas após a construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, também parte do Complexo Energético do Madeira que, como no caso dos moradores de Mutum-Paraná, as comunidades também tiveram que abandonar seus territórios.

Retiradas de suas terras tradicionais com cultivos de subsistência e de manejo sustentável às margens do Rio Madeira há mais de cem anos, próximos da ou dentro da mata nativa, as famílias foram reassentadas em grandes campos abertos de floresta desmatada, onde a terra é só poeira, requerendo tentativas de correção e adubo para que nasça somente a mandioca e a banana, isso quando nascem. A

relação com a água, tão profunda para essas comunidades que vivem na beira do rio, se alimentando, criando e produzindo, é dilacerada nessa mudança; se um *ser* forte e produtivo é retirado de seu rumo, assim como a água, o baque sentido altera sua essência. Pois a água é elemento da alma, como aponta Bachelard:

> Desse modo, a água nos aparecerá como um ser total: tem um corpo, uma alma, uma voz. Mais que nenhum outro elemento talvez, a água é uma realidade poética completa. Uma poeética da água, apesar da variedade de seus espetáculos, tem a garantia de uma unidade. A água deve sugerir ao poeta uma obrigação nova: a *unidade de elemento.* Na falta dessa unidade de elemento, a imaginação material não é satisfeita e a imaginação formal não basta para ligar os traços díspares. A obra carece de vida porque carece de substância (BACHELARD, 1998, p. 17).

Alterando o curso do rio, altera-se a imagem ali refletida que representava a substância que compunha o seu leito. “Os fenômenos da água iluminada por um sol de primavera proporcionam assim metáforas comuns, fáceis, abundantes, que sustentam uma poesia subalterna” (BACHELARD, 1998, p. 21). É uma poesia da vida, do ser e estar no mundo. Ao revolver o fundo dessa água, o conteúdo se torna revolto, procurando novos lugares para se depositar. Essa transmutação leva um tempo até que as águas voltem a se acalmar e os sedimentos a se depositarem no fundo, tornando-as límpidas novamente.

Essa metáfora contempla o processo pelo qual os atingidos por barragens passam ao perderem seus espaços de convivência com a água. Primeiro eles perdem o rumo, depois eles revoltam-se, até que novo curso vai se assentando. Essa dinâmica não é a mesma para todos e não leva o mesmo tempo, pois assim como as águas que são fluidas, o sentimento humano também o é. Alguns leitos podem ter mais sedimentos, podem levar mais tempo para encontrarem seus cursos, assim como as pessoas são afetadas em escalas diferentes e de formas diferentes e por diferentes estratégias.

Outra estratégia prevista na Amazônia se ancora na ideia de que a região é homogênea, isto é, por suas terras se estende um grande tapete verde, quando, na realidade, existem situações muito mais complexas no que se refere à diversidade climática, geológica, biológica e étnica que compõe o ambiente amazônico.

Além disso, tem-se também a crença na fertilidade dos solos amazônicos que há centenas de anos vêm frustrando empreendimentos bilionários de exploração para o plantio, e criando reféns em áreas desmatadas, enquanto que a verdadeira riqueza

está na biodiversidade e no ecossistema, já percebidas pelas comunidades tradicionais. Se assim não fosse, não haveria os problemas constatados ao remover uma população do seu território para dar lugar a um empreendimento do capital, são os direitos fundamentais das pessoas que se perdem ante aos interesses econômicos.

A lógica da apropriação/violência se presentifica na cadeia significante: “desmatamento, usurpação, ambição, violência contra as comunidades tradicionais, desrespeito ao meio ambiente, invasão de terras”, etc.; produzida pela convocação da propaganda estatal — que constituem muito mais convocações econômico-exploratórias do que sociais e culturais para a qualidade de vida e a constituição do seu povo —, exigindo ações práticas discursivas de enunciação que visam conferir à região uma ancoragem histórica para a produção de outros efeitos de sentido em defesa de um propósito social e cidadão em que a Amazônia constitui espaço em confluência com a identidade de quem a habita.

> A Amazônia é palco de exploração, mas é também palco de inúmeras lutas de resistência e afirmação, como aquela da defesa dos lagos contra os peixeiros predadores; do extrativista que, na reserva, gesta um novo pensamento coletivo de viver em meio à abundante natureza; dos cientistas que, pacientemente, aprofundam conhecimentos sobre a realidade amazônica e os devolvem à população. E há a teimosia diária dos povos indígenas em continuarem, dinamicamente, a viver do seu jeito (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 238).

Nessa perspectiva, as emergências da identidade popular surgem por uma condição tanto estrutural, na somatória de demandas sociais, quanto histórica e geosimbólica. Nesse sentido, utilizando os termos de Ernesto Laclau:

> Vivemos em sociedades que tendem a aumentar a homogeneidade social através de mecanismos infraestruturais imanentes ou, ao contrário, habitamos em um terreno histórico onde a proliferação de pontos heterogêneos de ruptura e antagonismos requer cada vez mais formas de políticas de reagregação social – quer dizer que estas dependem menos de uma lógica social subjacente e mais dos atos [...] (LACLAU, 2013, p. 326).

Tais atos se tornam presentificados quando os sujeitos atingidos por barragens ressignificam os símbolos que os unem como comunidade. O eu-aqui-agora enunciativo rompe com a lógica estrutural e retoma para si o curso de sua própria água, mesmo frente aos desafios e relações de poder manifestas nesses acontecimentos e outros aspectos na relação rio-comunidade-mulher.

6.1 DA ÁGUA PARA A TERRA SECA: REFLEXOS DO REASSENTAMENTO

As usinas hidrelétricas no Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, para conseguirem a liberação de funcionamento (Operação de Licença), como institui o Programa Básico Ambiental (PBA), tiveram de realocar as pessoas que moravam à beira do rio, e que acabaram sendo desapropriadas depois do enchimento dos reservatórios mediante o Remanejamento das Populações Atendidas. Como parte do PBA, os empreendimentos têm que fazer relatórios semestrais desde o ano 2010 para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre a situação desses reassentados. Esses relatórios deveriam ser de domínio público, entretanto, o próprio Ibama não tem o acesso direto a esses relatórios em seu *site* como é instituído. Apenas depois de uma ação civil pública do Ministério Público Estadual de Rondônia é que o órgão enviou o acesso compartilhado desses documentos. Pelos relatórios está tudo dentro dos conformes e bem estabelecido. Mas o Ministério Público, ao cruzar as informações com o que os/as moradores/as contam, constatou que há inúmeras irregularidades.

A maior parte das ações coletivas instauradas pelo Ministério Público em Porto Velho é relacionada a questões de meio ambiente, e quase todas elas envolvem as usinas. Em uma pesquisa de 2016 no Reassentamento Riacho Azul, as famílias contam as dificuldades e os problemas enfrentados após seu deslocamento para a área onde foram transferidas, muito longe do rio ao qual estavam acostumados (MATARÉSIO, 2016).

O Riacho Azul, com nome próspero e que deveria significar esperança para um novo recomeço, já que representa a água, é mais uma dessas terras desmatadas que sem sua diversidade biológica perde a potência e vai se transformando em pó, junto com quem mora nela. A comunidade fica distante cerca de uma hora de Porto Velho, 15 minutos de estrada asfaltada e mais 45 minutos de estrada de terra, sentido Amazonas. O reassentamento é composto por 42 lotes para 58 famílias, mas algumas já venderam os terrenos, seja pela não adaptação, seja para buscar melhores condições de vida (MATARÉSIO, 2016).

Francisca Brito Sales, uma das reassentadas, conta que, antes de a família ser transferida, tinha há seis anos uma casa na comunidade Porto Segura, na estrada que dava acesso à Cachoeira de Santo Antônio (que desapareceu depois do enchimento dos reservatórios da Usina de Santo Antônio), onde plantava para consumo (banana,

macaxeira, cana e manga) e considerava a terra onde estava antes “muito boa”. Os reassentados consideram as condições do solo de onde vivem atualmente “pobres”, pois mesmo com a correção da terra não é possível plantar como estavam acostumados. Além disso, as indenizações não contemplaram a real estrutura das terras antes ocupadas, como conta Francisca. Antes, ela e sua família tinham 25 hectares, mas receberam somente 17 hectares no processo de indenização. A negociação com a Santo Antônio ocorreu durante um tempo e, como disse Francisco, o marido dela, “fomos iludidos que nem criança, eles nos prometeram muitas coisas, disseram que tudo iria ser bom; esse foi o nosso problema: ter acreditado”. O casal conta que o solo de onde moravam anteriormente era “muito bom para plantar, nem precisava de adubo”, mas agora onde estão na época da chuva a terra encharca e, sem chuva, a terra racha (MATARÉSIO, 2016, p. 157).

A espacialidade vivida e experienciada pelos reassentados vai além do encharque do solo, passa a ser uma capacidade de relatar seu espaço-tempo transformado. Outro significado toma forma e o sujeito — reassentados/as do MAB e o próprio rio — deve reaprender a se mover, e com outros olhares:

> Mas, se o olhar das coisas for um tanto suave, um tanto grave, um tanto pensativo, é um olhar da água. O exame da imaginação conduz-nos a este paradoxo: na imaginação da visão generalizada, a água desempenha um papel inesperado. O verdadeiro olho da terra é a água. Nos nossos olhos, é a *água* que sonha (BACHELARD, 1998, p. 33).

Os atingidos e as atingidas se vêem como sujeitos desterritorializados dentro dessa espacialidade em que é necessário aprender a se ressignificar para novamente tomar forma como sujeito territorializado. É como dizer que o espaço amazônico, numa escala rondoniense, vai se construindo nessa agregação entre o humano, material e a natureza, mas sendo permeado por discursos (políticos, ambientalistas, cientificistas e economicista) que vão alterando as percepções espaciais e o uso desse espaço geográfico. O ribeirinho e a ribeirinha, como aquele que depende do rio, é transformado pela monetarização da água, e é obrigado a construir uma nova relação com a natureza, em outro lugar.

6.2 ESPAÇO DE PRESENÇA: ÁGUA E MULHER — SIGNOS DA VIDA

"Canção nas águas
acostumei minhas mãos
a brincarem na água clara:
por que ficarei contente?
A onda passa docemente:
seus desenhos – todos vãos.
Nada pára.
Acostumei minhas mãos
a brincarem na água turva:
e por que ficarei triste?
Curva e sombra, sombra e curva,
cor e movimento – vãos.
Nada existe.
Gastei meus olhos mirando vidas
com saudade.
Minhas mãos por águas perdidas
foram para inutilidade."

(Cecília Meireles)[27]

Na poesia de Cecília Meireles as águas recebem os desenhos de uma mão habilidosa, que acostumadas com a água, às vezes clara, às vezes turva, refletem não só os pensamentos daquele que desenha, mas do próprio rio, que mutável e corrediço, deixa saudades quando se mira por muito tempo.

O rio, o mar, as águas, as ondas, são temas recorrentes em poesias, em histórias de cruzadas e em peças teatrais, quase como uma entidade própria; pode ser uma paráfrase do obstáculo a ser superado ou do item de ligação entre dois mundos ou seres, inadvertidamente opostos, mas que se atraem. Assim também o é a relação do ser humano com esse ser místico: "O ser que sai da água é um reflexo

[27] Cf. MEIRELES, Cecília. Vaga Música. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 2019.

que aos poucos se materializa: é uma *imagem* antes de ser um *ser,* é um desejo antes de ser uma imagem" (BACHELARD, 1998, p. 36. Grifo do autor).

É fato que algumas populações, principalmente as mais tradicionais, que ainda mantêm uma relação de contato direto entre pesca, agricultura e subsistência são muito mais conectadas a essa imagem da água. Em Rondônia, em plena Amazônia, com grandes bacias hidrográficas e comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, pesqueiras, entre outros, a água assume um contexto intrínseco à sobrevivência e à existência. Entretanto, nas últimas décadas, a exploração desse bem que se acreditava ser renovável, mas que já se provou o contrário, gerou conflitos territoriais que influem nos espaços de vida e renovação dessas comunidades.

Nessa direção, nos termos de Amartya Sen (2010) em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, o tema relacionado à Região Amazônica, acrescido ao ideal do crescimento populacional, nunca esteve atrelado à liberdade dos seus povos. Afinal, a exploração nesse contexto implicou muito mais em atender ao mercado e à economia do que em favorecimento de seus habitantes e à qualidade de vida do lugar. A exploração histórica da região marcou de modo decisivo seus modos de existência, ao mesmo tempo em que pouco promoveu suas variáveis socioculturais.

A partir dos programas intervencionistas governamentais e econômicos de exploração de recursos naturais, a região passou a ser pensada em termos de ampliação da malha viária e do ordenamento territorial. Ambos os projetos eram discursivizados e executados por meio dos recursos financeiros do Banco Mundial, dissimulando projetos de desenvolvimento regional, porque na realidade o que se pressupunha ou estava implícito nos atos da fala governamental mostraria, como é visto hoje, enunciados governamentais em prol de indivíduos para explorar o local e não o caráter social do desenvolvimento regional em vista da coletividade.

Atualmente, os novos empreendimentos, em pleno século XXI, como a construção de ferrovias (parceria Brasil-China 2015, ligando o Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, passando por Bolívia e Peru), a Rodovia Transoceânica que liga o Brasil à costa do Pacífico e o Peru através do estado do Acre e as hidrelétricas (projetos que se utilizam de todos os grandes rios da região: Amazônia, Rondônia, Pará, principalmente) não alteram os modelos passados, já que se trata dos mesmos discursos que se dizia serem de cunho desenvolvimentista regional, muito embora sempre estivesse direcionada a outra intencionalidade.

A força dos dispositivos mediáticos governamentais, como imprensa e propagandas, previstas na enunciação publicitária — “desenvolvimento regional” — conseguiu, de certo modo, criar um campo mítico em que os exploradores passaram a se sentir, por assim dizer, participantes de uma força simbólica carregada de valor imaterial que emite palavras de ordem que acabaram comprometendo as identidades e culturas locais, pois se pautam sob os valores exploração-economia-trabalho, valores hierárquicos do sistema capitalista neoliberal.

E dentre esses discursos — o propagandístico governamental e o identitário local — encontram-se os movimentos sociais que ainda lutam para reordenar a vida simbólica em torno do rio, ou pelo menos, ressignificar as propriedades simbólicas desse rio de forma a continuar com suas mãos trabalhando artisticamente, ora em águas claras, ora em águas turvas.

Como sendo um desses movimentos, o MAB tem se estruturado combativamente em oposição aos empreendimentos hidrelétricos que desterritorializa o sujeito de seu local e o transforma em um navegador sem água. Desterritorializa no sentido em que os atingidos perdem o controle desse processo de territorialização que seria:

> Aqui, a territorialização enquanto “controle do espaço” envolve fortes elementos de ordem “natural”, pelo simples fato de que, diante do nível socioeconômico e tecnológico de certos grupos sociais, não existe possibilidade de “dominar” ou de se apropriar de certas áreas onde as condições físicas são muito adversas. [...] Territorialização também pode ser vista, ainda hoje, para alguns grupos como agricultores pobres ou nações indígenas expropriadas, como a busca de terra agricultável ou que disponham dos recursos mínimos requeridos à sobrevivência do grupo. Muitos migrantes estão justamente nesta condição. Migram para encontrar terras que possam utilizar (dimensão econômico-funcional do território) e através das quais possam reconstruir ou manifestar sua identidade cultural (dimensão simbólica ou expressiva do território). Grupos atingidos por barragens e obrigados a migrar para novos sítios também enfrentam este tipo de desterritorialização […] (HAESBAERT, 2016, p. 247-248).

Nesse desterritório, o sujeito tem que (re) aprender a desenhar as águas que antes lhe atravessavam com as próprias mãos. Com o lema “Água e energia não são mercadorias”, dizem não à mercantilização da vida.

Pensando que a relação dessas comunidades está ligada por um fio de água, quando pensamos nas mulheres dentro dessas relações, esse fio cresce e se torna um cordão denso. É pela água que o corpo feminino nutre o ser em crescimento dentro de seu ventre, é pela água que ele o coloca no mundo e “para determinados

devaneios, tudo o que se reflete na água traz a marca feminina” (BACHELARD, 1998, p. 31).

Assim, as mulheres atingidas por barragens, as Mulheres do MAB, são trabalhadoras do campo e da cidade, que lutam em defesa dos direitos e pela construção de um projeto energético popular. As mulheres discutem os direitos que são perdidos com o modelo de construção das hidrelétricas e a necessidade de rever esse modelo em vista do projeto energético popular:

> É Tempo de deixar de sermos rio, que correm margeados sozinhos, para aprendermos a ser totalidades, como o mar. Tal qual as sementes, que bordaram a resistência: Nicinha de Souza, Berta Cáceres, Marielle Franco e Dilma Ferreira. Tantas são as mulheres que cultivam sonhos de novos mundos ainda possíveis (MASO, 2020, n.p.).

Dentre os direitos, reivindicam a organização dos trabalhadores/as atingidos/as por barragens pelo fim das grandes obras de infraestrutura barragística que têm se instalado no Brasil. No entanto, se volta, sobretudo, à denúncia da violação dos Direitos Humanos das atingidas pelas construções, que sofrem com a falta do reconhecimento do trabalho feminino, a ausência das mulheres nas deliberações políticas e estratégicas, a perda dos espaços comunitários e dos lugares de pertencimento nos quais passam a serem tratadas de forma autoritária, truculenta e violenta. A ideia de uma desigualdade entre as pessoas impede a consolidação efetiva dessas garantias. Enquanto não se romper com o sentido de individualidade, sempre haverá um empecilho para a concretização dos Direitos Humanos.

A precarização e instabilidade de instituições, altos índices de desigualdade social, a pobreza e o subdesenvolvimento característico de um pós-colonialismo atrasam a consolidação de um constitucionalismo regional em defesa de povos tradicionais, da proteção das liberdades cidadãs. E um aspecto que sempre se interpôs entre o ser humano e uma cidadania efetiva é a economia.

Para as mulheres o sistema econômico capitalista é ainda mais impactante:

> O regime que primeiro atirou a mulher às fábricas, aos escritórios, ao comércio foi o capitalismo. Fê-lo, contudo, sem oferecer à mulher os serviços públicos que amenizam a sua vida de dona-de-casa, diminuindo-lhe a carga de trabalho doméstico (SAFFIOTI, 1976, p. 100).

De modo geral, o que se vê com o capitalismo é o agravamento da situação feminina no que concerne à desigualdade e, portanto, submissão ao sistema

econômico que enxerga a mulher como mão de obra barata ou não paga para manter as estruturas vigentes em níveis hierárquicos:

> Neste sentido, o domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente vinculado à estrutura econômica da sociedade, acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classe ocupam uma posição oposta à sua (SAFFIOTI, 1976, p. 78).

O que ocorre com as mulheres do MAB quando seus companheiros, esposos e filhos se interpõem como negociantes entre o espaço familiar e os empreendimentos hidrelétricos é uma mediação. Mesmo estando na substrutura social, esses homens (enquanto sexo masculino) sentem-se como porta-vozes de suas famílias nos processos de negociação, enquanto as mulheres são colocadas de lado. Entretanto, o que se vê depois é o prejuízo dessas transações sendo colhidos principalmente pelas mulheres, como pela falta de infraestrutura doméstica, urbana e de saúde que elas acabam enfrentando nesses espaços de reestruturação social. “Nesse sentido, história dos espaços também envolve a força, tanto física quanto simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais” (SILVA, 2003. p. 37). E para essa compreensão é necessário que se olhe atentamente para o cotidiano e ao microssocial dos grupos marginalizados, ressaltando que:

> Da inclusão das mulheres nos acontecimentos políticos e sociais, passou-se a perceber as dimensões femininas da vida humana, antes excluídas do discurso histórico, a exemplo da história da vida privada, da história das sensibilidades, das emoções, dos sentimentos, e de outras dimensões consideradas femininas em nossa cultura (RAGO, 2001, p. 64).

Na defesa por um mundo mais igualitário em que todos tenham acesso à cidadania como concretização dos direitos nas esferas social, política, econômica e cultural, as mulheres do MAB constroem seu projeto de visibilidade por meio da narrativa de luta e de resistência. O grupo de mulheres do MAB se define dentro de um contexto de relações sociais e identidades que vão sendo permanentemente reelaboradas em constante movimento, pois:

> Esta luta não foi construída apenas em torno da reconquista dos seus bens materiais e imateriais, mas também engendrou o processo de formação da

> identidade de atingida por parte das mulheres, as quais, ao romperem com as mais diversas formas de opressão, se transformaram em personagens principais no conflito contra a construção desses projetos. Desse modo, ao se mobilizarem, protagonizaram, principalmente, o fortalecimento da sua identidade enquanto mulheres, num espaço marcadamente masculino (SILVA, 2016, p. 133).

Uma das lutadoras emblemáticas do MAB é Nilce de Souza Magalhães, conhecida como Nicinha. Sua morte se transformou na representação simbólica da luta dessas mulheres, a luta como um ato político de não silenciamento, por uma busca pela justiça.

O crime contra Nicinha é a prova cabal de que as mulheres sofreram e sofrem as violências do sistema. Pescadora e ativista do MAB, ela foi brutalmente assassinada e seu corpo encontrado meses depois em um dos lagos da hidrelétrica de Jirau, um dos grandes empreendimentos hidroelétricos do Complexo do Rio Madeira pelos quais ela lutou contra. E a sociedade viu seu corpo, que antes era alimentado pelos peixes que ela pescava naquele rio, ressurgir com outro significado.

6.3 JUSTIÇA PARA NICINHA

Em *Feminizar é preciso*, Margareth Rago (2001) pergunta qual o “lugar do feminino” em uma cultura que estigmatiza e condena os discursos feministas que buscam não só a melhora na vida das mulheres, mas de todos os seres. Pensar sobre essa questão é problematizar qual o tipo de visibilidade que se dá a determinadas práticas enunciativas. A bandeira feminista pelas “políticas do corpo”, o direito à sexualidade, ao aborto seguro, à maternidade, às políticas sexuais e reprodutivas e, acima de tudo, o direito ao seu próprio corpo, é deturpada por discursos misóginos em uma disputa pelo controle do que significa “ser mulher”.

A resistência tensiva desse sujeito generificado é performada na recusa do olhar masculinizado e das sujeições impostas pela ciência, pela moral e pela religião por meio do próprio corpo desse sujeito performático: a mulher. O corpo, enquanto “eu” generificado pelas ações permanentes da realização performativa busca, na enunciação em ato, transcender as reificações simbólicas que lhe são impostas, criando outras tensões pelas competências adquiridas (BUTLER, 2018). Como materialidade que assume um significado, o corpo é capaz de inúmeras

possibilidades, não sendo apenas um corpo, mas uma corporificação espaço-temporal.

Butler (2018, p. 6), ao dizer que “ser mulher é uma facticidade sem significado, mas ser mulher é ter se tornado mulher, ou compelir o corpo a se conformar a uma noção histórica de ‘mulher’”, o corpo é a representação de um signo cultural dentro de uma possibilidade historicamente delimitada que é reiterada de modo contínuo. Porém, essa representação, por meio de processos performáticos, pode assumir outros significados, como o corpo de Nicinha assume ao ser resgatado do fundo do lago da usina de Jirau.

Nilce de Souza era “filha de seringueiros que vieram do Acre para Abunã (Porto Velho) em Rondônia, onde vivia há quase cinquenta anos, foi obrigada a se deslocar para ‘Velha Mutum Paraná’ junto a outros pescadores” (MAB, 2017b, *online*). *Velha Mutum Paraná*, como começou a ser chamado o local após a construção de Nova Mutum Paraná para realocar atingidos/as pelo lago da hidrelétrica de Jirau, não tinha acesso à água potável ou energia elétrica; porém, ainda era dali que os pescadores conseguiam tirar sua subsistência. E foi ali, em Mutum, que Nicinha realizou diversas denúncias ao longo dos anos, participando de audiências e manifestações públicas, apontando os graves impactos gerados à atividade pesqueira no rio Madeira. Ironicamente, a última vez em que foi vista com vida foi em Velha Mutum, e cinco meses após seu desaparecimento, seu corpo foi encontrado em Nova Mutum (MAB, 2017b).

Então, o corpo passa a ser ressignificado nessas águas que se tornaram improdutivas pela ganância humana que transforma tudo em mercadoria. Para Nicinha, não houve a conquista da sobrevivência física, pois este território lhe foi ressignificado: a água deixa de ser vida e passa a ser morte. Mas para as suas companheiras de luta, o corpo sem vida é símbolo de resistência contra as barragens. Pela subversão, a representação do corpo feminino como frágil, é transformada em potência.

É de um simbolismo marcante que um dos lemas utilizados como marca de luta pelo MAB seja: “Águas para a vida e não para a Morte”. Encontrar uma ativista e pescadora morta dentro do lago de onde ela tirava seu sustento (vida) e que agora passa a ser o local de seu silenciamento (morte) reitera essa imagem neste espaço-tempo.

As mulheres do MAB-RO, em um processo de construção coletiva, produziram uma arpillera de denúncia sobre o caso Nicinha. A obra levou o caso desse homicídio a ser conhecido internacionalmente durante uma exposição na França, junto com outras arpilleras:

> Outra arpillera de grande importância é a denominada “Justiça para Nicinha”, foi confeccionada no dia 16 de julho de 2016, pelas atingidas da hidrelétrica de Jirau em Nova Mutum, e vem sendo uma das arpilleras destaques, com pedido de justiça pela morte de uma mulher atingida por barragem, e de acordo com uma reportagem do MAB em 2016, uma das participantes do movimento relatou que a arpillera foi uma maneira que as mulheres encontraram para denunciar a lentidão da justiça do estado nesse caso (GUSTAVO, 2019, p. 19).

A Imagem 6 é a reprodução desta obra que foi intitulada de “Justiça por Nicinha”.

Imagem 6 – Arpillera pede justiça por Nicinha

Fonte: MAB (2020).

Na arpillera reivindicando justiça pelo caso de Nicinha é possível verificar as representações presentes no bordado como práticas que constroem o social enquanto universo de sentido para essas mulheres que bordam a resistência.

> A arpillera “Justiça para Nicinha” é um exemplo de representatividade feminina, e também de como as mulheres são vítimas de violência. Um país que as mulheres são as maiores vítimas de assassinatos, o caso de Nicinha representa as violações de direitos humanos e o tratamento despendido aos atingidos (as) pelas hidrelétricas em Rondônia e no país. “Nicinha morreu porque não aceitou as injustiças das barragens calada” (GUSTAVO, 2019, p. 20).

Os processos de significação neste retalho com a utilização da linguagem verbal e não verbal presentifica nas formas figurativas a apreensão do sentido de certas qualidades sensíveis imanentes. Por exemplo, as duas figuras em destaque são um casal de bonecos representando Nicinha e seu companheiro. Nicinha aparece no fundo do lago atada a uma pedra e por uma corda que forma um x em seu peito, que pode ser compreendido de duas maneiras: como um símbolo de eliminação, como quando um elemento é excluído e não faz mais parte de determinado conjunto, e como uma dupla negação do coração partido que está acima. Seu esposo aparece no barco, que era instrumento de trabalho e de luta dos dois como pescadores. Essas duas imagens estão separadas por um coração partido, no sentido de perda afetiva daquele amor existente que foi interrompido por um homicídio, que é a eliminação do ser humano.

Para Manuela Gustavo (2019, p. 19):

> Conforme as mulheres do MAB, a arpillera acima representa Nicinha no fundo do rio, jogada no rio pela pedra na qual seu corpo foi encontrado. Na canoa seu companheiro, que sempre a acompanhara na luta e na pesca de mãos dadas, no fundo o linhão da Jirau, e ao lado o acampamento dos pescadores com as caças e seus dois cachorros.

Na peça existem dois lugares representados, um do lado esquerdo e outro do lado direito. O lado esquerdo, o mesmo lado do coração e das emoções, é a boa vida onde está a casa, os animais domésticos e de criação e as árvores frutíferas, o topofílico. Todos os detalhes remetem a um lugar de amor, os dois cachorros de estimação estão com os focinhos quase se tocando, em uma demonstração de afeto, as árvores estão floridas e a casa ocupa um lugar central nesse lado. Do lado direito a morte de Nicinha não vem só representada em seu corpo dentro do lago, ela aparece também no símbolo de uma caveira cruzada com ossos na placa escrita “UHE Jirau”. Esse símbolo, além de representar morte, representa perigo, servindo de alerta para

o possível perigo que a Usina Hidrelétrica de Jirau é para a vida dos atingidos e das atingidas, como foi o caso de Nicinha neste lugar topofóbico.

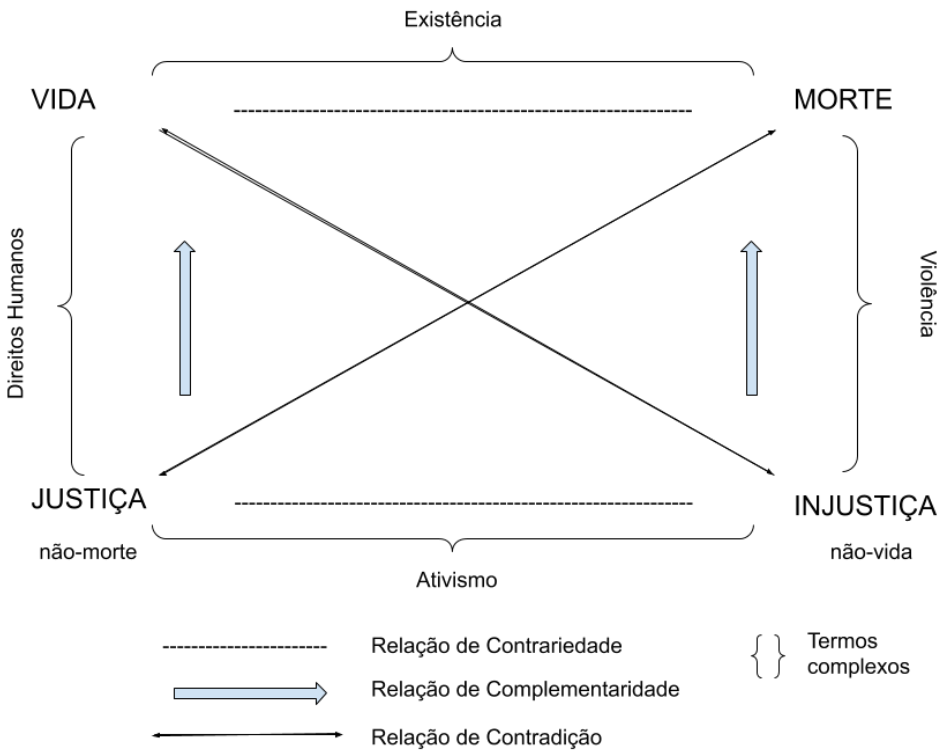
Outro elemento vem compor o alerta de perigo: a grande cobra que sai do lado. A cobra, por mais indefesa que possa ser nas mãos humanas, é uma representação do mal na Terra por sua participação na história bíblica de Eva e Adão. Foi uma cobra que levou Eva à tentação do fruto proibido, que fez com que o casal fosse banido do paraíso. E aqui novamente ela é o sujeito da separação de Nicinha de seu corpo físico para o espiritual, é a vida e a morte, a tentação que faz com que Eva seja banida. E qual seria a tentação de Nicinha? Qual a maçã do pecado mordida por ela? Não seria a defesa dos direitos dos atingidos/as, tanto articulados por ela, que importunava a tantos? Não seria o fato de uma mulher estar à frente de denúncias que prejudicavam os empreendimentos hidrelétricos? A imagem da mulher como a grande causadora dos males da humanidade se fortaleceu pela Igreja Católica com a história do Éden e, mais uma vez, aqui a mulher vem mexer com o que não lhe é devido, causando mudanças que não podem ser desfeitas.

Aparecem também os peixes no lago e o linhão de transmissão de energia da central elétrica. O peixe, assim como a cobra, é outro símbolo do cristianismo, simbolizando a fartura era dele que Nicinha e seu esposo tiravam seu sustento e que agora serão guardiões do segredo dessa morte, já que, mesmo tendo tido dois condenados pela justiça anos depois do crime, peças desse quebra-cabeça continuam soltas. A linha de transmissão é o símbolo mais nefasto para os atingidos/as por barragens hidrelétricas, tanto que na própria marca do MAB vê-se representado um ser humano como se este estivesse crucificado em uma linha de transmissão, como essa que aparece na arpillera.

Esses dois lugares representados pelo lado esquerdo e direito estão separados por uma larga linha vertical costurada grosseiramente como se viesse a interromper bruscamente a história. É a interrupção da boa vida, vivenciada no plantio, na natureza e no sustento pela família e pelos animais, com justiça e dignidade, tendo acesso ao que era necessário para se viver. É a imposição de uma nova realidade, a das hidrelétricas que trazem o perigo, a morte humana e não humana, que faz com que seja necessária a luta em busca de uma existência sem a violência injusta trazida pelas construções barragísticas.

Assim, apresenta-se o quadrado semiótico da arpillera da Imagem 6, na Figura 4.

Figura 4 – Nicinha - vida e morte



Fonte: Elaborada pela autora.

Nos eixos semânticos de contrariedade têm-se Vida/Morte e Justiça/Injustiça, como pressuposições recíprocas, se há um, não existe o outro na mesma linha. A Vida está para o lado esquerdo da arpillera, assim como a Morte está para o lado direito. Na relação de complementaridade, a Justiça está para a Vida, pressupondo o termo complexo da positividade “Direitos Humanos”, pois a vida, vivida em sua plenitude, abarca todos os direitos a que um cidadão deve ter acesso, inclusive à Justiça e a um estado de não-morte, sendo possível a sua existência plena e satisfatória. Seguindo o eixo da complementaridade, a Injustiça está para a Morte, ligado pelo termo complexo da negatividade “Violência”. É a morte violenta que causa uma injustiça, é também a violência experienciada pelos atingidos/as ao serem arrancados de seus territórios pelas construtoras, é a violência feminina pelas mãos de seus companheiros e dos consórcios construtores, criando uma não-vida para os injustiçados/as.

No eixo da contradição apresenta-se Vida/Injustiça que se complexifica pelo termo “Ativismo”. Os atingidos/as, que são injustiçados/as vivendo uma não-vida,

buscam no ativismo uma justiça para as violências sofridas, estabelecendo um regime de junção. “Denomina-se junção a relação que une o sujeito ao objeto, isto é, a função constitutiva dos enunciados de estado” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 279).

Portanto, o sujeito está em disjunção com seu objeto de valor: $S \rightarrow (S_1 \cap O^v)$.

Em que:

S_1 = atingidos/as por barragens

$\cap$= disjunção (injustiça)

Ov = objeto de valor, que seria a justiça.

Na modalização de competências pela busca de uma conjunção com seu objeto de valor, as mulheres do MAB constroem suas performances corporificando, por meio da resistência e do ativismo, agindo sobre sua territorialidade, ressignificando seu espaço por meio de um querer-fazer que provoca e denuncia aqueles que impedem o fluxo normal de sua existência, uma vida plena e justa, até atingir o seu final, como um ser humano de direitos.

6.3.1 Do lodo à vitória-régia: Nicinha é o despertar das mulheres

“Se temos de esperar,
que seja para colher a semente
boa
que lançamos hoje no solo da
vida.
Se for pra semear,
então que seja para produzir
milhões de sorrisos,
de solidariedade e amizade.”

(Autoria desconhecida)

Normalmente, quando uma mulher que milita em algum movimento social toma a palavra em eventos, sua fala inicial é a declamação de poesia. A poesia, assim como a música, é o rio que flui pela garganta e pelos corpos de quem luta. Semear é a

palavra chave, o cerne que move as militantes à espera de sorrisos, de solidariedade e de amizade.

A poesia declamada nesses momentos de militância toma esse espaço dentro de uma reivindicação social. Faz parte da percepção de mundo dessas mulheres quando se tornam proprietárias de uma voz que não é só sua, mas de suas companheiras, seus filhos e suas filhas, seus esposos, sua comunidade.

A declamação aparece como um rito de passagem, algo que assume uma relevância fenomenológica que empodera o sujeito para se colocar no lugar do ser-visto, ser-apresentado, frente aos outros que estão na posição de ouvintes. Assim, é possível emergir na subjetividade do sujeito e compreender o que se passa em seu interior trazendo à tona, em forma de imagens, o que lhe ocorre no interior, onde há antes do pensamento a imagem pré-concebida na alma.

A imagem não é só uma ideia mental, é algo que vai se solidificando até se estabelecer e firmar conceitos sociais por trás. E não é à toa que as mulheres de movimentos sociais iniciam, e por vezes terminam, suas falas com poesias e músicas que retratam sua realidade ou que reforçam sentimentos, elas constroem com esse discurso o tornado também uma marca das suas representações utópicas — como também enunciadas na arpillera.

Imagem 7 – Utopia x Distopia

Fonte: MAB (2020)[28]

A própria legenda da arpillera, ilustrada na Imagem 7, traz a seguinte mensagem: “De um lado, a realidade sonhada sem a construção da barragem, com educação e saúde de qualidade. Do outro lado, a realidade com a construção das barragens, o futuro incerto” (MAB, 2020, *online*). Vê-se a construção de dois lugares que agora fazem parte da realidade do atingido/a, cada um composto por diferentes ideias do que é localidade, qual a sua localização e qual sentido que esse lugar assume para as pessoas que ali vivem.

O termo *Utopia*, para a Filosofia:

> [...] representa a correção ou a integração ideal de uma situação política, social ou religiosa existente. Como muitas vezes aconteceu, essa correção pode ficar no estágio de simples aspiração ou sonho genérico, resolvendo-se numa espécie de evasão da realidade vivida. Mas também pode tornar-se força de transformação da realidade, assumindo corpo e consistência

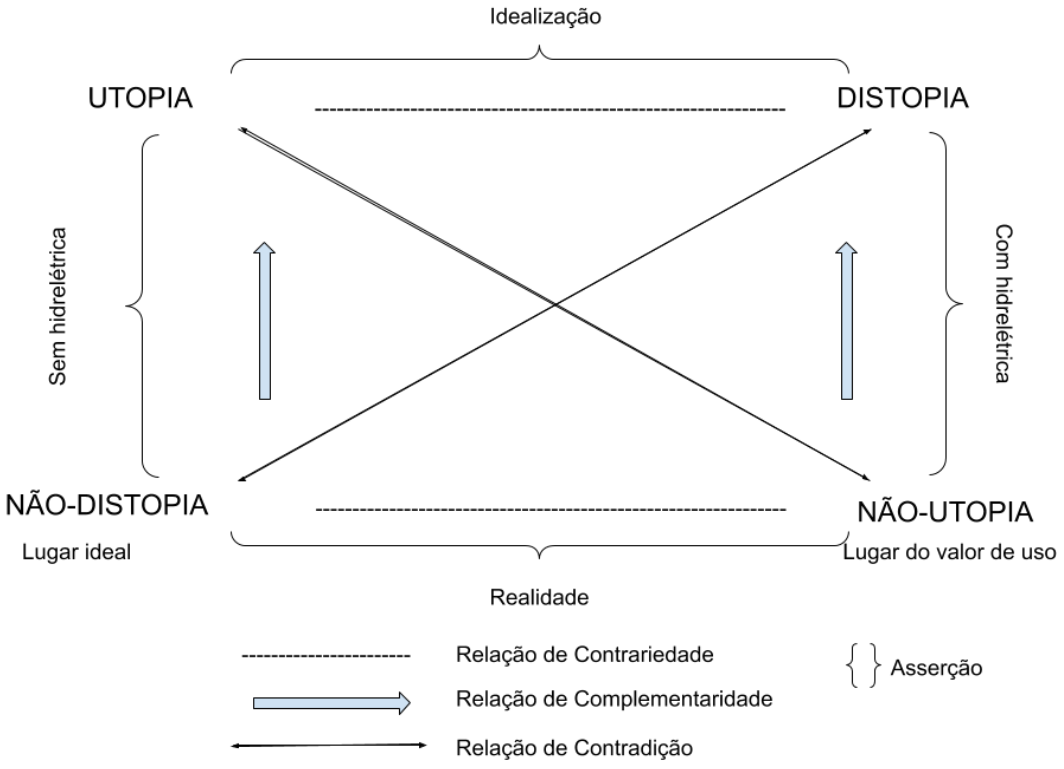
[28]Imagem disponível no portal oficial do MAB com a seguinte legenda: “Representamos o Rio Ribeira de Iguape separando realidades distintas. De um lado a realidade sonhada sem a construção da barragem, com educação e saúde de qualidade. Do outro lado, a realidade com a construção das barragens, o futuro incerto. Arpillera brasileira, agosto de 2014” (MAB (2020, *online*).

> suficientes para transformar-se em autêntica vontade inovadora e encontrar os meios da inovação (ABBAGNANO, 2000, p. 987).

A Utopia na arpillera é o “lugar dos sonhos” onde os valores de base da vida estão representados pela escola (educação), o hospital (saúde), o título da terra (a posse), as árvores frutíferas (meio ambiente saudável) e o plantio (sustento). É um lugar que acontece sem as barragens, em que localidade, localização e o sentido de lugar são a perfeita harmonia sonhada, em que todos os direitos são respeitados e convergem para uma integração total da sociedade. A *Distopia*, por outro lado, é toda a negação desse lugar de sonhos, com um futuro incerto pela falta de educação, sem saúde ou perspectiva de vida, é o aumento da criminalidade e da prostituição pela falta de oportunidades.

O seguinte quadrado semiótico pode, então, ajudar nessa compreensão:

Figura 5 – Utopia x Distopia



Fonte: Elaborada pela autora.

Na relação de complementaridade, em que Não-distopia está para Utopia, é possível relacionar com a parte esquerda-inferior representada na arpillera, enquanto que a relação de Não-utopia está para Distopia, ficando representada pelo lado superior esquerdo do bordado.

Na relação de contrariedade encontram-se as oposições Utopia/Distopia e Não-distopia/Não-utopia.

Na asserção entre Não-Distopia e Não-Utopia encontra-se a realidade em constante mudança, inclusive sendo influenciada pelo próprio MAB como fonte de transformação performativa em busca da Utopia, se estabelecendo como realidade. De um lado existe o Lugar ideal (Não-distopia) com luta e resistência, com as conquistas (como as indenizações; mais pessoas aderindo e reconhecendo a causa dos atingidos; e a construção de um plano para a soberania energética). Do outro, o Lugar do valor de uso (Não-utopia), é a mercantilização da vida que ocorre com a instauração das hidrelétricas, são os problemas constantes enfrentados por todos aqueles que perdem sua identificação com a localidade porque são reassentados em localizações impróprias, perdendo os geosímbolos de toda uma vida, como, por exemplo, os atingidos e as atingidas pela Usina de Santo Antônio, em Porto Velho:

> Todas as famílias em quatro dos sete reassentamentos construídos pelo consórcio da usina de Santo Antônio ainda dependem de verba de manutenção para sobreviver, pois sua atividade geradora de renda não foi restabelecida. Um dos motivos é que as terras adquiridas pela empresa para o reassentamento são improdutivas, dependendo da incorporação de toneladas de insumos agrícolas para fertilizá-las. Além disso, existem lotes dentro do próprio reassentamento que tiveram parte de suas áreas alagadas para o enchimento do reservatório, inviabilizando o sustento das famílias. Como se não bastasse, os pescadores ficaram impedidos de terem acesso ao lago e ao rio abaixo do muro da barragem e nenhum deles recebeu qualquer tipo de reparação ou indenização por esta perda (MAB, 2014a, p. 13).

Nicinha militava em defesa das populações atingidas e denunciava as violências e injustiças cometidas pelo consórcio responsável pela UHE de Jirau. Nicinha é a vitória-régia, que com suas raízes aquáticas se nutre da água que surge no rio apesar do fundo lodoso. Ela foi violentamente morta em uma tentativa de silenciar muitas vozes, mas as raízes são profundas e as sementes se espalham com o fluxo do rio.

Os símbolos produzidos ou ressiginificados nas vivências das mulheres do MAB, nesse caso, Nicinha em especial, constituem-se em acontecimentos discursivos do lugar. Assim, a significação da morte de uma mulher ativista do MAB em Rondônia e outras representações presentes nos discursos que a envolve podem dar inferências dos espaços vividos e, tal qual uma espécie de “cartografia do mundo, resume em si

a filosofia política do momento" (AUGÉ, 2010, p. 109) num corpo que é ao mesmo tempo ausente e presente.

Desse modo, as mulheres do MAB ao quererem ser vistas no espaço de decisões políticas, se movendo na realidade do estado de Rondônia com suas idiossincrasias, querem ser percebidas na cena política do MAB e na sociedade rondoniense. O termo de Eric Landowski, "cena política", significa o lugar da ação que constitui o espaço da visibilidade do sujeito político:

> O que se espera, por conseguinte, dele, nesse plano, é que "aja", que ele se apresente como autêntico sujeito operador, capaz de se impor pela eficácia de seu fazer, antes, por exemplo, que pela colocação em evidência deste ou daquele traço de personalidade original que o desvelamento de seu "ser" íntimo poderia revelar (LANDOWSKI, 2002, p. 189-207).

A cena política tem a ver com a relação das mulheres do movimento e todo o seu contexto de vida, porque o que está em jogo para elas é a instauração da visibilidade que vai se construir pela relação do sujeito com os seus objetos de valores. Para que a relação de "visibilidade" se estabeleça efetivamente entre duas instâncias, são necessárias condições, como, por exemplo, uma fonte de luz que "ilumina" o objeto ao olhar do sujeito.

Nesse caso, vários podem ser as performances das mulheres do MAB nesse querer-fazer: por meio da política; da participação no movimento na busca por reconhecimento; e o ativismo. Ou, ainda, pode ser a utilização das marcas que fazem com que o movimento seja apresentado à sociedade e que, por meio delas, se projeta uma identidade em favor do objeto de valor: a vida (com água, com justiça e com direitos respeitados).

Para Zuin:

> À marca é alçada à condição de sujeito, já que é ela quem "segmenta", "introduz", "recorta", "seleciona", "dota", "ordena", "cria". Isso significa: a marca passa de enunciado a enunciador. Não se trata aqui, evidentemente, de um sujeito ou enunciador "em carne e osso", mas semiótico: a ela é atribuído um papel sintático, uma função dentro de um texto, e é neste sentido que adquire o estatuto de enunciador – cuja natureza, reitere-se, é puramente semiótica e discursiva (ZUIN, 2015, p. 164-165).

Nicinha, ao defender os direitos humanos e o reconhecimento da mulher dentro do movimento, também se tornou uma marca na luta pelo lema do MAB Mulheres: "**Mulheres, água e energia não são mercadorias!**".

A marca enquanto “sujeito semiótico” não tem existência “corpórea”, “material”, sua presença é perceptível apenas no interior de certos enunciados: a “marca” — “Mulheres, água e energia não são mercadorias!” e “MAB pede justiça no Caso Nicinha” — se manifesta nos instrumentos de comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (publicitárias, *marketing* político e matérias jornalísticas) e nas arpilleras, nos comportamentos e nas declarações das mulheres e seus ativismos, nos pensamentos e nas falas dos destinatários a seu respeito.

Desse modo, pode-se dizer que a percepção que se tem da marca corrobora com a percepção que as mulheres do movimento têm, através dos sentidos, das coisas do espaço natural ou social no estado de Rondônia, e que chegam à consciência. O espaço vivido pelas mulheres do MAB é percebido de forma diferente pelos homens do MAB, assim como é percebido diferente pelas empresas construtoras de barragens. Por isso, as mulheres têm uma imagem diferente das marcas e espacialidades que constituem o movimento, e isto tem a ver com a forma como elas a percebem, como por elas é vivido e lutado, como se sentem em relação e como elas a experimentam.

Todavia, essas performatividades das Mulheres do MAB enfrentam o caráter programático dos discursos manipulatórios desempenhados e/ou realizados pelos grandes empreendimentos que se instalaram em Rondônia em benefício das relações econômicas e de desenvolvimento que eles defendem para o estado.

Nessa direção, o movimento tem como objetivo denunciar os impactos sociais e ambientais ocasionados pelo modelo energético implantado na América Latina e, principalmente, no momento atual na Amazônia. As mulheres têm papel importante nessa luta, e, por isso mesmo, reivindicam seu lugar no movimento e se posicionam contra as grandes obras de infraestrutura que têm se instalado em seus territórios em defesa da vida e das populações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não se esgota aqui, seu próprio título já aduz que se está *em movimento*. Movimentar-se é para a humanidade um requisito para existir, uma forma de resistência contra as intempéries da natureza, das condições sociais, econômicas, geográficas e históricas. E é *no movimento* que se encontram as bases para o entendimento das relações sociais entre o capital humano e sua busca por um lugar no mundo.

A insegurança trazida pelos conflitos hidroenergéticos reflete nesse mundo dos atingidos por barragens e faz com que o movimento se posicione perante a sociedade na forma de busca por seu espaço. O MAB, presente em diversos estados do país, com ênfase nas coordenações da região norte, vem alertando repetidamente sobre o desrespeito das empresas construtoras em relação às características culturais de vida da população amazônica (ribeirinhos, quilombolas, indígenas e camponeses) e que coloca essas pessoas em reassentamentos distantes dos rios, igarapés e recursos naturais a que estão acostumadas a retirar o sustento e sobrevivência de suas famílias, como a floresta, o pescado, as terras, a agricultura e o extrativismo; alterando completamente sua cultura e seu modo de vida.

Fora isso, pelo acúmulo histórico também presente na sociedade patriarcal e capitalista, o MAB afirma que são as mulheres a parcela da população que mais sofre com a construção das barragens, e está imbricada dentro de sua luta a busca pela equidade de gênero e o rompimento com esse modelo. A representação desse rompimento aparece em todas as arpilleras. Os desenhos bordados estão sempre divididos, ora pelas barragens, ora pelos fios das linhas de transmissão, ora pela água. A ruptura estrutural é um dos pontos chave *no* movimento, mas para isso, é necessário que se esteja *em* movimento.

Nesse processo, as mulheres são as mais prejudicadas, seja pelo fato de não possuírem o título da terra, seja porque não podem mais ter sua lavoura ou por serem abandonadas pelos companheiros para criarem os seus filhos e filhas sozinhas. Os impactos sobre a vida dessas mulheres podem ser vistos de maneira profunda em suas almas e em seus corpos. E, embora as mulheres do MAB em Rondônia se organizem para avançar politicamente pela formação, com o objetivo de modificar o modelo energético no contexto amazônico e encontrar mecanismos e/ou instrumentos de combatê-lo, ainda são acometidas pela violência estrutural; haja vista as ameaças,

tanto aos recursos naturais da região, quanto ao protagonismo das mulheres em decorrência do modelo injusto e opressor e suas tentativas de esvaziamento discursivo, causando a invisibilidade feminina no movimento.

Nessa direção, os processos de poder/manipulação, como produtoras da espacialidade pela presença da mulher *no* e *em* movimento, compreende a produção simbólica do papel feminino neste lugar que elas habitam, como é o caso das arpilleras que ressignifica tanto seu papel como mulher como a construção das representações simbólicas que as envolvem.

Assim, as mulheres se vêem na necessidade de se tornarem nômades de si mesmas, reinventando seu lugar, seu espaço e seu território como uma forma de enfrentamento ao sistema opressor que se abate sobre elas. Posto isto, não faz sentido enxergar no feminino o sexo frágil, pelo contrário, se faz ainda mais visível o reconhecimento da força feminina diante das adversidades impostas sobre suas mentes, corpos e relações.

Compreender o processo de representação da vida das mulheres no espaço de discussão em defesa da “Água e energia não mercadorias!”, seja mediante a preservação de suas memórias inscritas nas obras que bordam e narram às próprias histórias, dos modos de falar, dos gestos e nas escrituras, seja fazendo uso de outros recursos, implica não apenas refletir sobre a identidade dessas mulheres, mas também a valorização e preservação da identidade do lugar onde elas vivem, pois é pelo corpo feminino que o tecido social mantém a comunidade unida.

Tal força está presente no movimento de Mulheres do MAB, de Rondônia, de outros estados e países, em suas ações e discursos em defesa da vida, dos seus espaços, de seus símbolos e territórios. Por meio de narratividades aparentemente simples, como um bordado em tecido, um poema declamado, um lema gritado numa manifestação ou uma horta comunitária, é construído uma complexa rede de atuações que deixam claras as intenções de resistência e existência dessas mulheres.

O que foi aqui apresentado neste trabalho é pouco perto da grandiosidade do projeto empreendido por essas mulheres. A própria metodologia de construção da arpillera com as oficinas e debates que antecedem a costura, como exposto em uma das seções, permite essa interpretação. O que significa que, a partir da performance das mulheres do MAB, foi possível identificar seus geosímbolos para interpretar como elas se colocam como construtoras, de acordo com sua cultura, enquanto mundo da experiência.

As mulheres do MAB, supostamente destinadas a se mostrarem como competentes do saber-fazer semiótico, como performance actancial de produção de enunciados, vão, pelas formas de centralização discursiva programada em série, serem identificadoras e produtoras do espaço de pertencimento pela criação de novos discursos, porque o sujeito é construtor de si. Esse saber-fazer, enquanto ato de potência, incide sobre um dever-ser daquilo que se quer construir no espaço-tempo.

O espaço de presença das mulheres do MAB não se limita às ações femininas, pois, apesar delas também serem responsáveis pelo processo comunicativo dentro do Movimento, o coletivo feminino faz parte do rol das ações do Movimento dos Atingidos por Barragens em constituir as ações política-performáticas marcadas pelo discurso “Água e energia não são mercadorias!”, este dentro de um espectro maior considerando a sociedade como um todo. O que significa dizer que as mulheres estão em relação ao MAB, assim como o MAB está em relação com o discurso que defende e com os objetos que incidem e indicam nesse discurso.

Assumindo a ideia de que as mulheres do MAB são sujeitas enunciadores competentes, sua ressignificação simbólica é uma manipulação por meio da competência performativa de um saber-fazer, em que seu “desempenho” está em busca de ação transformadora para chegar à conjunção com seu objeto de valor. Essas performances passaram pelas sanções possíveis dentro dessa conjuntura, a cognitiva e a pragmática. Enquanto sanção cognitiva foi possível reconhecê-las como sujeitos do fazer; elas foram capazes de visibilizar a causa e as necessidades locais. Mas como sanção pragmática elas obtiveram tanto a recompensa como a punição; recompensa no sentido de que houve o reconhecimento da importância feminina na luta, mas punitiva pelos enfrentamentos das violências físicas, verbais e psicológicas que tiveram que passar para alcançar o seu objeto de valor — seu espaço simbólico.

São essas mulheres que, na tentativa de ressignificar seu território, elas constroem categorias semântico-narrativas das mulheres *no* e *em* movimento, seja nas suas relações no espaço que querem constituir enquanto sujeitos de poder, seja no espaço do MAB e no mundo. Por outro lado, elas também atuam na linha de frente das medidas de prevenção, lutando para manter escolas abertas próximas às suas comunidades, em especial nas áreas rurais que necessitam de uma educação transformadora como emana da Política de Educação do Campo e marcos normativo; além de elas lutarem por infraestruturas, por estradas, por postos de saúde, por escolas e pelo bem-estar familiar, atentas à qualidade de vida e ao futuro de seus

filhos e suas filhas, sempre preocupadas com a violência, com a carga de trabalho, que é uma forma de silenciamento. O trabalho doméstico recai sobre os ombros femininos como uma carga a mais imposta pela divisão sexual do trabalho, estabelecida há séculos e mantida por um apagamento histórico que intensifica o silenciamento.

É nessa perspectiva que se pode valorizar o caráter semiótico das linguagens visual-iconográfica e discursiva-verbal contidos nas arpilleras, nos documentários, Cartas, artesanatos, etc., elaborados pelas mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens; pois ambas as linguagens permitem construir e reconstruir significantes e significados nos mais diferentes contextos topofílicos, em particular nas narrativas do espaço-tempo da Amazônia por meio da Geosociossemiótica.

Porém, este trabalho não tratou apenas de analisar o sentido da significação dos geosímbolos das mulheres do MAB, mas entender como esse sentido acontece por múltiplas interações existentes em ato, como a criação do espaço e do território; a utilização feminina destes espaços; os embates entre empreiteiras e as mulheres; as significações do que é ser e atuar enquanto comunidade e o que é resistência dentro desse processo; o que a posse da terra tem a ver com o empoderamento feminino; entre outros aspectos. Perceber, com o olhar fenomenológico, as diferentes transformações dos espaços requereu sensibilidade. As pequenas e grandes coisas que se passam nos lugares são parte da construção narrativa espacial e institucional presentificada no lugar. O que pode ser dito sobre os diferentes aspectos dessas construções é uma escolha entre inúmeras que podem ser feitas. Impressões sensoriais (visuais, táteis, auditivas, olfativas e gustativas), são de natureza cognitiva, essas impressões são sempre parciais, distintas entre si, mas, afinal, elas se combinam e atuam em conjunto.

As arpilleras são tão ricas de signos (verbais-visuais) que as interpretações não se esgotam aqui. As análises geosociossemióticas apresentadas são uma visão particular dentro de inúmeras outras possibilidades, pois é pelo sensível que os níveis do percurso gerativo de sentido vão se desenvolvendo aos olhos da pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABILIO, LUDMILA COSTHEK. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Abr. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 Mai. 2021. Epub Mai. 08, 2020. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008.

ANA (Agência Nacional de Águas). **Relatório de Segurança de Barragens 2018**. Brasília: ANA, 2019. Disponível em: http://www.snisb.gov.br/portal/snisb/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2018. Acesso em: 27 jul. 2020.

ANDRIOLI, Liciane. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2013: MARX HOJE, 130 ANOS DEPOIS, 29 set.-04 out. 2013, Niterói. **Anais eletrônicos...**, Niterói: NIEP-Marx/UFF, 2013. Disponível em: http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc651.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. A expansão das fronteiras amazônicas: os legados das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau no estado de Rondônia (RO). **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, Manaus, v. 8, n. 15, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/3378. Acesso em: 30 jan. 2021.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Uneps, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981, p. 83-108.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília,

DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 31 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.334, de 20 de detembro de 2010.** Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e do art. 4o da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de Leituras**, [*s.l.*], n. 78, 2018. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. Energia e Sociedade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/03.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

CARVALHO, Sérgio Resende; GASTALDO, Denise. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2029-2040, dez. 2008. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000900007. Acesso em: 30 jan. 2021.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO**: território, tecnificação e meio ambiente. 2012. 175f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CAVALCANTE, Maria Madalena de A. *et al*. Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil), **Confins,** [*s.l.*], n. 11, 2011. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.6924. Acesso em: 29 jun. 2017.

CHAYB, Lúcia. Tucuruí é modelo para a Comissão Mundial de Barragens. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, v. 50, jan. 2001. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=57. Acesso em: 19 jul. 2020.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: 2011.

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio

de Janeiro, v. 10, n. 18, p. 112-146, abr. 2002. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/210. Acesso em: 30 jan. 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. Teoria dos processos civilizadores**. [vol. 2]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI. Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019b.

FEDERICI, Silvia. Capitalismo, reprodução e quarentena. **Blog Editora Elefante**, 24 abr. 2020. Disponível em: https://www.editoraelefante.com.br/capitalismo-reproducao-e-quarentena/. Acesso em: 27 abr. 2020.

FERNANDES, Beatriz Rodrigues; ESMERALDO, Gema Galgani. Arpilleras: Mulheres Atingidas por Barragens bordando comunicação popular por justiça social. Cadernos de Agroecologia, 2020, Recife. *In*: III COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA. **Anais eletrônicos...** Recife: CIFA, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6320. Acesso em: 30 jan. 2021.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio**. Leitura sem palavras***.* 5 ed. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva*.* **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. 1, 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000100009. Acesso em: 12 mai. 2020.

FLOCH, Jean-Marie. Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral. *In*: FLOCH, Jean-Marie. (Org.) **Documentos de Estudos do Centro de Pesquisas Sociossemióticas**. [vol.1]. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociossemióticas, 2001, p. 09-28.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2007.

FORÉS, Estefanía García. Ecofeminismos Rurales: mujeres por la soberanía alimentaria. **Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas**, [*s.l.*], n. 1, p. 01-44, oct. 2012. Disponível em: https://www.soberaniaalimentaria.info/images/estudios/ecofeminismos.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Ana. A origem do conceito de empoderamento: a palavra da vez*.* **Nexo Jornal,** 06 out. 2016. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez. Acesso em: 20 jan. 2017.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Editora Olhos d'Água, 1997.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Da imperfeição**. São Paulo: Hacker Editores, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

GUSTAVO, Manuela Nunes. **Arpilleras na luta**: resistência e emancipação da mulher camponesa em Rondônia. 2019. 25f. Artigo (Licenciatura em Educação no Campo) – Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, 2019. Disponível em: http://www.educampo.unir.br/uploads/71717171/arquivos/Manuela_Nunes_Gustavo_258390743.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à mutiterritorialidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Prisciila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, abr. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100015. Acesso em: 30 jan. 2021.

HERRERO, Yayo. Economia ecológica e economia feminista. *In*: ISLA, Ana *et al*. **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2020, p. 16-32.

IDEIA SUSTENTÁVEL NO BRASIL. O que é Juta?. **Portal Ideia Sustentável no Brasil**, mai. 2014. Disponível em: https://www.ideiasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2014/05/apresentao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

IEMA (Instituto de Energia e Meio Ambiente). **Relatório Anual 2019**. São Paulo: IEMA, 2019. Disponível em: http://energiaeambiente.org.br/produto/relatorio-anual-2019. Acesso em: 20 jan. 2021.

INTERNATIONAL RIVERS. Amazônia Viva. **Portal International Rivers**, 2020. Disponível em: https://www.internationalrivers.org/pt-br/campaigns/amaz%C3%B4nia-viva. Acesso em: 18 jul. 2020.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. O olhar comprometido. **Galáxia**, São Paulo, n. 2, p. 19-56, 2001. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1241/747. Acesso em: 31 jan. 2021.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: Ensaios de Sociossemiótica**.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, Eric. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galáxia**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 10-20, jun. 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014119609. Acesso em: 30 jan. 2021.

LÉON, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. **La ventana**, [*s.l.*], v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf. Acesso em: 10 jan. 2017.

LIMA, Ada. Estudo conta a história da cultura de juta e malva no Brasil. **Portal FAPEAM**, 27 abr. 2016. Disponível em: http://www.fapeam.am.gov.br/estudo-conta-a-historia-da-cultura-de-juta-e-malva-no-brasil/. Acesso em: 15 jan. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas.** Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/%25x. Acesso em: 30 jan. 2021.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). A crise, o setor elétrico e o PDE 2008-2017: o que será na base do que é?. **Portal MAB**, 28 jan. 2009. Disponível em: https://mab.org.br/2009/01/28/crise-setor-el-trico-e-pde-2008-2017-que-ser-na-base-do-que/. Acesso em: 25 jul. 2020.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional. **Portal MAB**, 2011a. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional. Acesso em: 20 jan 2017.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Carta final do encontro nacional das mulheres do MAB. **Portal MAB**, 04 abr. 2011b. Disponível em: https://mab.org.br/2011/04/08/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab/. Acesso em: 20 jan 2017.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo: MAB, 2011c. Disponível em: https://issuu.com/mabnacional/docs/cartilhamulheres. Acesso em: 29 jan. 2021.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Mulheres atingidas. **Portal MAB**, 13 mar. 2013. Disponível em: https://www.mabnacional.org.br/artigo/mulheres-atingidas. Acesso em: 08 abr. 2020.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Mulheres atingidas por barragens**. [*s.l.*]: MAB, 2014a. Disponível em: https://issuu.com/mabnacional/docs/barragens_web. Acesso em: 20 jan. 2021.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens. **Caderno nº 6 - A crise do modelo energético**: construir um novo modelo é possível. São Paulo: MAB, [ca. 2014]. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/Q4D00118.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens. Organizações sociais e sindicais apontam desafios do Projeto Energético Popular no nordeste. **Portal MAB**, 05 set. 2014b. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/noticia/organiza-es-sociais-e-sindicais-apontam-desafios-do-projeto-energ-tico-popular-no-nordeste-1. Acesso em: 15 dez. 2016.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular**. São Paulo: Secretaria Nacional/MAB, 2015.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas. **Portal MAB**, 2017a. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/historia. Acesso em: 20 jan. 2017.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Justiça condena assassino de Nicinha a 15 anos de prisão. **Portal MAB**, 24 mar. 2017b. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-porto-velho-ro-justi-condena-assassino-nicinha-15-anos-pris. Acesso em: 15 nov. 2018.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Sobre as mulheres atingidas por barragens. **Portal MAB**, 2020. Disponível em: https://mab.org.br/mulheres/. Acesso em: 23 jun. 2020.

MASO, Tchenna Fernandes. **Dossiê das mulheres atingidas por Barragem**. São Paulo: MAB, 2020.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

MATARÉSIO, Larissa Zuim. **Comunicação para a cidadania**: Ministério Público de Rondônia como intérprete e vigilante. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19107. Acesso em: 30 jan. 2021.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MME (Ministério de Minas e Energia). **Oferta e demanda de energia. Instalações energéticas. Energia no mundo**. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético/Departamento de Informações e estudos energéticos, 2019. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/36208/948169/Resenha+Energ%C3%A9tica+Brasileira+-+edi%C3%A7%C3%A3o+2019+v3.pdf/92ed2633-e412-d064-6ae1-eefac950168b. Acesso em: 27 jul. 2020.

MOLINA, Silva. **Mujeres y Energía**. [n° 31]. La Paz, Bolívia: CEDLA/GPFD, 2020. Disponível em: https://cedla.org/publicaciones/pfyd/revista-fiscal-31-mujeres-y-energia/. Acesso em: 31 jan. 2021.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Orgs.) **Geografias Feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 31-54.

MOREIRA, Vital; GOMES, Carla de Marcelino (coords). **Compreender os Direitos Humanos: manual de educação para os direitos humanos.** Graz: European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy (ETC), 2012.

MPF (Ministério Público Federal); MPRO (Ministério Público do Estado de Rondônia). Jirau: MPs movem ação para garantir direitos de moradores de Mutum Paraná. **JusBrasil**, 2010. Disponível em: https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2442157/jirau-mps-movem-acao-para-garantir-direitos-de-moradores-de-mutum-parana. Acesso em: 10 abr. 2016.

NACIF, Dênis; ANDERSON, Kennet. Ciranda Infantil: espaço de cultura e formação para as crianças. **Brasil de Fato**, 07 set. 2016. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/09/07/ciranda-infantil-espaco-de-cultura-e-formacao-para-as-criancas. Acesso em: 16 jul. 2020.

NÓBREGA, Renata da Silva. **Contra as "invasões bárbaras", a humanidada**: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281965/1/Nobrega_RenatadaSilva_M.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX.** São Paulo: Annablume, 1996.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. As Semioses Pictóricas. **Face - Revista de Semiótica e Comunicação**, [*s.l.*], v. 4, n. 2, p.104-145, jul./dez.1995.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. A plástica sensível da expressão sincrética e enunciação global. *In*: OLIVEIRA, Ana Claudia de; TEIXEIRA, Lúcia. (Orgs.). **Linguagens na Comunicação**: desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013, p. 79-144.

ONU (Organização das Nações Unidas). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Plataforma Agenda 2030**, 2019. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/ods/5/. Acesso em: 04 nov. 2019.

ONU MULHERES BRASIL (Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). Sobre a ONU Mulheres. **Portal ONU Mulheres Brasil**, 2017a. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/. Acesso em: 15 jan. 2017.

ONU MULHERES BRASIL (Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). Princípios de Empoderamento das Mulheres. **Portal ONU Mulheres Brasil**, 2017b. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/. Acesso em: 15 jan. 2017.

ONU MULHERES BRASIL (Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). Dia das mulheres rurais - agentes essenciais no desenvolvimento da sociedade. **Portal ONU Mulheres Brasil**, 15 out. 2018. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/noticias/dia-das-mulheres-rurais-agentes-essenciais-no-desenvolvimento-da-sociedade/. Acesso em: 18 out. 2020.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

PULEO, Alicia Helda. Un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo Feminismo y ecología. **El Ecologista**, [*s.l.*], n. 31, p. 36-39, 2002. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=246499. Acesso em: 31 jan. 2021.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspec.**, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 53-66, jul. 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300009. Acesso em: 27 jan. 2021.

REVISTA EXAME. Entenda o que é o Movimento Brasil Competitivo. **Revista Exame**, 12 out. 2010. Disponível em: https://exame.com/negocios/entenda-o-que-e-o-movimento-brasil-competitivo-m0163066/. Acesso em: 26 jan. 2021.

RICHARD, Nelly. Artistas mujeres bajo la dictadura militar en Chile: fugas de identidad y disidencias de códigos. *In*: MONTECINO, Sonia. (Org.). **Mujeres chilenas. Fragmentos de una historia**. Santiago, Chile: Editorial Catatonia, 2008, p. 343-352.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sônia Alves. Gênero e meio ambiente na Amazônia brasileira. *In*: 8º CONGRESSO FAZENDO GÊNERO, 25-28 ago. 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST49/Rossini-Calio_49.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violênci**a. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SEMENTE BOA. **Semente boa 07: Feminismo Camponês**. Entrevistadas: Kelly Mafort, Lucineia Freitas e Atiliana Bruneto. Entrevistador: Douglas Ribeiro. [*s.l.*]: UFJF/MST, 05 mar. 2020. Podcast. Disponível em: https://www.megafono.host/podcast/semente-boa/07-feminismo-campones. Acesso em: 06 jul. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da mente**. São Paulo: Gaia, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full. Acesso em: 22 mai. 2020.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, [*s.l.*], v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Alexandra Martins. **Mulheres em movimento**: luta e resistência contra barragens. 2007. 228f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/9706/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandra%20Martins%20Silva.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Lisiane Vasconcellos da. **A comunicação e a responsabilidade socioambiental da Gerdau e da Vale nos portais corporativos**: possibilidades de legitimação da Identidade, imagem e reputação. 2011. 244f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4474. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Reflexos das políticas públicas desenvolvidas e o empoderamento de mulheres em assentamentos rurais. *In*: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 24-30 jun. 2016, São Luís/MA. **Anais**

eletrônicos... São Luís, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467577643_ARQUIVO_ArtigoENG.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Parteiras ribeirinhas**: saúde da mulher e o saber local. 2004. 215f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Tropical Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. *In*: MARAFON, Glaucio José. *et al*. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 207-221.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides. (Orgs.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2017, p. 11-30.

SILVA, Maria das Graças. *et al*. Ancestralidade feminina e poder: experiências de mulheres da Amazônia. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides. (Orgs.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017, p. 239-254.

TORRES, Maurício. CUNHA, Cândido Neto da; GUERRERO, Natalia Ribas. Ilegalidade em moto contínuo: o aporte legal para destinação de terras públicas e a grilagem na Amazônia. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 202-224.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VERGÈS, Françoise**. Um feminismo decolonial**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WEDO (*Women's Environment and Development Organization)*. Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo. *In*: AGENDA 21, 1992, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WEDO, 1992. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Agenda-21-RIO-92-ou-ECO-92/. Acesso em: 15 out. 2020.

ZAKARIA, Rafia. El mito 'del empoderamiento' de las mujeres. **The New York Times**, [Opinión], 10 oct. 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/es/2017/10/10/espanol/opinion/el-mito-del-empoderamiento-de-la-mujer.html. Acesso em: 04 nov. 2019.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. **Semiótica e Política**: a educação como mediação. Curitiba: Appris, 2015.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. **A mídia e sua relação com os movimentos sociais (direito à terra)**: criminalização e estrutura de poder. Curitiba: Appris, 2018.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; STROZENBERG, Ilana. (Orgs.). **Porto Velho**: do inferno verde ao inferno urbano. São Paulo: Biblioteca24horas, 2014.